



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
E MEIO-AMBIENTE-PRODEMA**

KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES

**A RACIONALIDADE QUE NORTEIA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco**

Recife
2019

KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES

**A RACIONALIDADE QUE NORTEIA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:
observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais

Orientadora: Prof^a Dr^a Vanice Santiago Fragoso Selva.

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecária Valdicéa Alves Silva CRB4-1260

A457r

Alpes, Keyla Gislane Oliveira.

A racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária: observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco. – 2019.
116 f.: il.; 30 cm.

Orientador (a): Prof.^a Dr.^a Vanice Santiago Fragoso Selva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2019 -
Inclui referências, Anexos e Apêndices.

1. Meio ambiente. 2. Turismo 3. Turismo – Aspectos - social. 4. Turismo - aspectos - economicos. 5. Integração - social. I. Selva, Vanice Santiago Fragoso. (Orientadora). II. Título.

363.7 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2019-139)

KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES

A RACIONALIDADE QUE NORTEIA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA:

Observação da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco (PRODEMA/UFPE), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em: 12/03/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a.Dr^a.Vanice Santiago Fragoso Selva (orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a.Dr^a.Luciana Araújo de Holanda
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. Thaís de Lourdes Correia de Andrade
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^a. Dr^a. Júlia Figueiredo Benzaquen
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Dedico esse trabalho a: comunidade da Ilha de Deus

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Pernambuco, ao departamento de Geografia e ao Programa de Desenvolvimento em Meio Ambiente (PRODEMA) pelo apoio estrutural e a CAPES pelo apoio financeiro.

À espiritualidade superior que inspira e sustenta.

Aos meus pais (Socorro e Gercino) por terem incluído nos seus projetos de vida a minha existência no mundo, nascimento primeiro, essencial, que embasa e torna possível os demais nascimentos que se seguem.

À Hermano, pelas alegrias e desafios que compartilhamos.

À minha filha Sofia e ao meu filho Gabriel, pela vivência do amor incondicional.

À Hildeberto e Elisabete por propiciarem lugar firme e seguro a todos, em qualquer momento do processo evolutivo que é a vida.

À minha orientadora Dra. Vanice Santiago Fragoso Selva, por ter me munido de ferramentas para responder de modo cada vez mais aprimorado às responsabilidades profissionais a qual me proponho e, que mesmo nesta tarefa muitas vezes pragmática, se mostrou capaz de dar permissão à “utopia” (mantenedora da alma e do processo evolutivo do ser humano) de co-existir junto à Ciência Moderna.

Aos professores do PRODEMA que em suas diversas disciplinas foram capazes de mostrar e motivar a possibilidade de integração de cada parte do conhecimento para formar um “todo” robusto e coeso contribuindo na construção desta pesquisa e para os próximos passos que se seguirão, porque os verdadeiros mestres não apenas guiam nossas pesquisas, mas nos possibilitam encontrar o nosso “grande” propósito na vida como indivíduo e parte de uma coletividade. Com destaque à professora Edvânia pela motivação em momentos desafiadores. E a professora Ana Lúcia, pela credibilidade e incentivo, desde o início.

Às professoras Rosalva, Thaís, Júlia e Luciana participantes na concretização deste sonho.

À Solange e Tarcísio pela paciência e solidariedade.

Aos colegas do mestrado pelos momentos de partilha de saberes e não saberes, de risos e lágrimas, porque a educação em comunhão ocorre em meio à

vida e não fora dela. Em especial a Amanda pela amizade e cooperação na revisão deste material.

Aos meus irmãos e irmãs, por todo o desenvolvimento como ser humano que a minha interação com eles me propicia.

À Comunidade da Ilha de Deus-Recife nas pessoas de Nalvinha presidente da ONG Saber Viver e Edy Rocha coordenador, bem como, aos integrantes da ONG Caranguejo Uçá nas pessoas de Teresinha Filha e Edson Fly. Todos promoveram um sentimento de esperança quanto às transformações sociais possíveis. Cada um dentro da sua esfera de atuação, são exemplos de organização, resistência, luta e alegria de viver.

À Prefeitura do Recife, nas pessoas de Karina e Bráulio; ao professor João Paulo; ao Catamaran Tours e ao pesquisador Felipe Moraes.

À todas as educadoras e educadores participantes em minha educação formal, não-formal e informal que me incentivaram na intrigante tarefa de descobrir minha melhor essência, lapidá-la e compartilhá-la com o outro contribuindo com a sociedade para aquele que deve ser o intuito comum: a conservação e evolução da vida. Nesta formação, destacam-se o professor Marcos e a professora Elba.

Ao amigo Denny, pela contribuição na parte computacional.

Ao apoio das amigas Rita, Edi e Marlinete.

Ao apoio do amigo Paulo Fernando.

RESUMO

O Turismo, desde meados do século XX, tem-se mostrado uma atividade econômica lucrativa em expansão, à medida que tem crescido o interesse das pessoas pelo consumo de paisagens naturais ou construídas em todo mundo. Por ser uma atividade que surge do sistema socioeconômico capitalista, tem sido exercida seguindo a mesma lógica de maximização de lucros e acúmulo de capital, apresentando problemas inerentes a esse tipo de sistema, tal como, a concentração de renda, exclusão social e insustentabilidade ambiental. Devido a esta realidade, a partir da década de 90 passam a surgir outras formas de iniciativas turísticas mais includentes, como por exemplo, o Turismo de Base Comunitária, esta modalidade turística tem como características principais o protagonismo da comunidade local na elaboração e gestão da atividade, a prática da economia solidária, da boa governança, cuidado e valorização da cultura e dos ecossistemas locais. O fenômeno turístico, pode contribuir para a inclusão socioeconômica e o desenvolvimento dos territórios, contudo ainda necessita ter o seu arcabouço teórico expandido e aprofundado. Neste sentido, esta pesquisa objetivou explicar a racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária, com observação empírica da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-Pernambuco, de modo a contribuir para a consolidação e disseminação desta modalidade turística. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória de característica, principalmente, qualitativa e com uma visão interdisciplinar, de modo a permitir a melhor percepção de um fenômeno multidimensional, como é o turismo, bem como, da multidimensionalidade e subjetividade da lógica humana. Para alcançar o objetivo, foram feitas pesquisas bibliográficas e em *sites*, observação direta da organização da iniciativa turística da Ilha e vivência das atividades turísticas oferecidas pela comunidade. Aplicou-se um questionário à comunidade da Ilha e foram realizadas entrevistas informais com alguns moradores, realizados registros fotográficos e entrevistas semi-estruturadas com sujeitos sociais em relação a iniciativa turística da Ilha de Deus. Foi utilizada a análise de conteúdo para identificar nas entrevistas a forma de turismo e as racionalidades praticadas. Constatando-se, ao final da pesquisa, que existe uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária sendo desenvolvida na Ilha de Deus onde são realizadas atividades de Turismo Social, Turismo Voluntário, Turismo Pedagógico e mais recentemente o Turismo Criativo. A

forma pela qual a comunidade vem desenvolvendo o turismo tem sido norteadora principalmente por uma racionalidade alternativa à racionalidade hegemônica, porém se utilizando de alguns elementos da racionalidade dominante, de modo a incluírem-se no Circuito Turístico da Cidade do Recife; com isso tem sido gerado alguns benefícios para a comunidade da ilha, com espaço, porém, para a ampliação e qualificação destes benefícios. Para a identificação e explicação da racionalidade norteadora da iniciativa turística da Ilha de Deus foram utilizadas como base teórica a Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências e o Trabalho de Tradução de Boaventura de Sousa Santos, conceitos de Turismo de Base Comunitária e parâmetros de sustentabilidade da atividade a partir de diversos pesquisadores desta área, tais como Irving, Coriolano, Bartholo entre outros.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária. Racionalidades. Ilha de Deus. Inclusão Social.

ABSTRACT

Tourism, since the mid-twentieth century, has been showing a lucrative economic activity in expansion, as the interest of the people by the consumption of natural landscapes or constructed throughout the world has grown. Because it is an activity that arises from the capitalist socioeconomic system, it has been pursued following the same logic of profit maximization and capital accumulation, presenting problems inherent to this type of system, such as income concentration and social exclusion. Due to this reality, other forms of tourism initiatives have emerged since the 1990s, more inclusive, such as community-based tourism. This tourism modality has as main characteristics the local community's role in the elaboration and management of the activity, the practice of solidarity economy, care and appreciation of culture and local ecosystems. The tourism phenomenon can contribute to the socioeconomic inclusion and the development of the territories, yet it still needs to have its theoretical framework expanded and deepened. In this sense, this research aimed to identify and explain the logic that guides community - based tourism with an empirical observation of the tourism initiative of Ilha de Deus in Recife - Pernambuco, in order to contribute to the consolidation and dissemination of this tourism modality. In order to do so, a research of an exploratory nature with a qualitative characteristic and with an interdisciplinary vision was done so as to allow the perception of a multidimensional phenomenon such as tourism, as well as the multidimensionality and subjectivity of human logic. In order to achieve this objective, bibliographical and site surveys were carried out, direct observation of the organization and execution of the Island's tourism initiative, experience of tourism activities offered by the community, a questionnaire was applied to the community of the Island and informal interviews were conducted with the community and made photographic records and semi-structured interviews with social subjects in relation to the tourism initiative of Ilha de Deus. Content analysis was used to identify in the interviews the form of tourism and the rationality practiced. At the end of the research, there is a Community Based Tourism initiative being developed in the community of Ilha de Deus, which has been carrying out activities of Social Tourism, Voluntary Tourism, Pedagogical Tourism and, more recently, Creative Tourism. Tourism has been guided mainly by an alternative logic to the hegemonic logic, but using elements of

the dominant logic, to be included in the Touristic Circuit of the City of Recife, generating benefits for the community, but still the authentic exercise of citizenship. For the identification and explanation of the guiding logic of the Ilha de Deus tourism initiative, the Sociology of Absences, Sociology of Emergencies and the Translation Work of Boaventura de Sousa Santos were used as a theoretical basis and the concepts of Community Based Tourism and its sustainability from several researchers in this area, such as Irving, Coriolano, Bartholo among others.

Keywords: Community Based Tourism. Rationalities. Ilha de Deus. Social Inclusion.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Características do TBC	28
Quadro 2 - Características da Economia Solidária	30
Quadro 3 - Parâmetros para qualificação da Boa Governança no TBC	34
Quadro 4 - Parâmetros de sustentabilidade de iniciativas turísticas de base comunitária	36
Quadro 5 - Parâmetros e aspectos relacionados à “monocultura” ou formas de exclusão	38
Quadro 6 - Parâmetros e aspectos relacionados às “ecologias” ou formas de inclusão	39
Figura 1 - Localização da Comunidade Ilha de Deus.....	43
Figura 2 - Estrutura da Ilha de Deus após a execução do Projeto de Urbanização.....	49
Figura 3 - Ações da ONG Caranguejo Uçá na Ilha de Deus	52
Figura 4 - Exemplo de Turismo pedagógico na Ilha de Deus	56
Figura 5 - Atividades turísticas desenvolvidas na Ilha de Deus.....	62
Quadro 7 - Ideologias dos Sujeitos Sociais envolvidos direta ou indiretamente com a iniciativa do TBC da Ilha de Deus	63
Figura 6 - Momento da aplicação do questionário.....	69
Quadro 8 - Participação no turismo da comunidade da Ilha de Deus.....	76
Gráfico 1 - Participação no turismo da Comunidade da Ilha de Deus	78
Gráfico 2 - Aprovação da atividade turística pela comunidade.....	79
Gráfico 3 - Participação da comunidade na tomada de decisão no turismo da Ilha de Deus.....	80

Figura 7 - Reunião do Grupo de Turismo de Base Comunitária da Ilha de Deus e alguns parceiros na sede da Saber Viver.....	85
Quadro 9 - Parâmetros e aspectos relacionados a sociologia das ausências e sua realização a partir da iniciativa de TBC da Ilha de Deus	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
ONG	Organização Não Governamental
RECRIA	Rede Nacional de Turismo Criativo
TBC	Turismo de Base Comunitária
TCLE	Termo de Compromisso Livre e Esclarecido
TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
ZEPA	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	UMA ABORDAGEM SOBRE O TURISMO- DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO ALTERNATIVO	22
2.1	Turismo de Base Comunitária	26
2.2	Razão Indolente, Razão Cosmopolita e o fazer turístico de Base Comunitária – da existência a inclusão social	37
3	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA ILHA DE DEUS.....	42
4	TURISMO NA COMUNIDADE DA ILHA DE DEUS.....	52
4.1	Atividades Turísticas Desenvolvidas pela comunidade da Ilha De Deus	53
4.1.1	Turismo Social	53
4.1.2	Turismo Voluntário	53
4.1.3	Turismo Pedagógico	54
4.1.4	Turismo Criativo.....	55
4.2	Sujeitos sociais envolvidos direta ou indiretamente com o Turismo de Base Comunitária da Ilha De Deus	55
4.2.1	Instituição alemã - Aktionskreis Peter Beda	56
4.2.2	Rede Solivida	56
4.2.3	SEBRAE- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas ...	57
4.2.4	Empresa Catamaran Tours	57
4.2.5	Rede Recria.....	57
4.2.6	Prefeitura do Recife- Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer – Grupo de Trabalho do Turismo Criativo.....	58
4.2.7	Intercambistas.....	58
4.2.8	Outras ONGs envolvidas indiretamente no TBC da Ilha.....	58
4.3	Organização da comunidade da Ilha de Deus para a prática turística de base comunitária.....	59

5	MÉTODO E TÉCNICAS UTILIZADAS NA PESQUISA.....	63
5.1	Natureza da Pesquisa.....	63
5.2	Procedimentos Metodológicos.....	63
6	RACIONALIDADE DA INICIATIVA TURÍSTICA DA ILHA DE DEUS.....	72
6.1	Resultados do questionário aplicado à comunidade da Ilha de Deus	73
6.2	Identificação do TBC na iniciativa turística da Ilha de Deus	82
6.3	Análise das práticas (economia solidária) no TBC da ilha	85
6.4	análise da organização e gestão no desenvolvimento do TBC da Ilha - governança	86
6.5	Análise da racionalidade que norteia o TBC desenvolvido na Ilha de Deus	87
6.5.1	A análise das cinco monoculturas (razão indolente)	90
6.5.2	Análise das cinco ecologias (racionalidade cosmopolita).....	95
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
	REFERÊNCIAS.....	100
	APÊNDICE A - Roteiro de questionário aplicado com a Comunidade da Ilha de Deus.....	104
	APÊNDICE B - Termo de consentimento livre e esclarecido.....	105
	APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas juntos às ONGs Saber Viver e Caranguejo Uçá, João Paulo e Comunidade.....	108
	APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas junto à ONG Saber Viver, ONG Caranguejo Uçá e Comunidade.....	109
	APÊNDICE E - Roteiro de Entrevistas juntos aos sujeitos envolvidos no TBC da Ilha de Deus.....	111
	ANEXO A- Carta de Anuência da ONG Saber Viver.....	112
	ANEXO B - Parecer substanciado do Conselho de Ética em Pesquisa para a realização da pesquisa na Comunidade da Ilha de Deus.....	113

1 INTRODUÇÃO

No período pós Segunda Guerra Mundial, quando o sistema capitalista se recupera de sua quinta crise, os serviços surgem como “carro chefe” de sua reestruturação como sistema hegemônico, é neste momento que a atividade turística se torna valorada e desejada pelas pessoas em vários lugares do globo.

Produto da sociedade “Moderna” e do Capitalismo, o fenômeno turístico assim denominado pela capacidade de modificar positiva ou negativamente as diversas dimensões da vida dos lugares onde se instala, passa a ser oferecido por grandes empresas nacionais e internacionais e estruturando-se a partir de serviços padronizados.

Naquele momento, adequando-se ao capitalismo o turismo assume uma lógica mercadológica, na busca pela maximização dos lucros e do acúmulo e concentração do capital. Nestes moldes, tem-se o que se designou como Turismo Convencional, que desenvolvido desta forma, provoca exclusão social e degradação dos ecossistemas naturais.

Diante desta realidade, outra forma de realizar o turismo, denominado de Turismo Sustentável, passa a ser idealizado nos anos 80. O Turismo de Base Comunitária é um exemplo deste outro fazer turístico, que vai se estruturando na década de 90 a partir de outros lugares e sujeitos não hegemônicos. De certa forma trata-se de um processo de resistência ao Turismo Convencional, pelo fato de se configurar sob o protagonismo das comunidades locais e os benefícios que são gerados serem compartilhados pela própria comunidade. Neste sentido, esta forma alternativa de experiência turística utiliza-se de uma economia e governança diferenciadas em relação à hegemônica. Promove a valorização da cultura local e a conservação dos seus ecossistemas naturais, pois são estes os atrativos principais deste serviço.

Um exemplo desta prática no Brasil é o turismo desenvolvido pela Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM). Esta Rede surge em 2008 como resultado da articulação de grupos de comunidades da zona costeira do Estado do Ceará (TUCUM, 2013). Diversas outras iniciativas de base comunitária são encontradas pelo Brasil e no Nordeste.

Na cidade do Recife, o Turismo Comunitário vem se difundindo nos últimos dez anos, a partir de iniciativas como as desenvolvidas pelas comunidades da Bomba do Hemetério e da Ilha de Deus, que possuem uma história de organização e lutas. No caso da Ilha de Deus, esta preparação para o exercício da cidadania tem início na década de 80, quando religiosos alemães passam a prestar serviços de assistência social e de capacitação profissional às pessoas da Ilha. Mais adiante, a confluência do: capital humano e das condições estruturais melhoradas na Ilha vão possibilitar que em 2010 a atividade turística de Base Comunitária comece a se organizar e se desenvolver naquele local.

Sob a coordenação da ONG Saber Viver (formada por moradores da Ilha de Deus a partir de 1984) em parceria com alunos de uma universidade particular e sob a orientação do professor João Paulo, da área de turismo, estrutura-se em 2015 o projeto turístico da Ilha de Deus.

Em 2016, esta iniciativa turística ganha visibilidade na mídia através da parceria firmada com uma empresa do ramo turístico, a Catamaran Tours, que passa a ficar responsável pelo traslado semanal, via Catamaran, dos turistas interessados em conhecer a Ilha. A partir de então a comunidade da Ilha passa a oferecer na forma comunitária (TBC) as seguintes atividades turísticas: o Turismo Social, o Turismo Pedagógico e o Turismo Voluntário.

Em 2017, ao ingressar na Rede Nacional de Turismo Criativo (RECRIA) a Ilha de Deus incorpora à atividade turística Criativa, em suas vivências turística, um exemplo é a atividade “Cozinhando com Negra Linda”, na qual o turista participa ativamente da experiência gastronômica local (preparando e degustando). Com isto, a ilha inclui-se no Circuito Turístico da Cidade do Recife.

A atividade turística Criativa é o “carro chefe” da Política Pública elaborada para o turismo na Cidade do Recife para o período de 2019 a 2021, conhecido como Plano do Turismo Criativo. Este mecanismo abre espaço para o diálogo e a inclusão de outras experiências turísticas, além da convencional, integrando-as e interligando-as ao Circuito Turístico da Cidade do Recife. Isto é importante, pois atende de certa forma uma demanda dos novos perfis de turistas que já não querem mais usufruir apenas de rotas e serviços turísticos convencionais, mas desejam vivenciar de outra forma suas experiências turísticas, conhecendo outros lugares e sujeitos de forma autêntica sem “atravessador” ou “maquiagem”.

Neste ponto, torna-se importante questionar-se, baseado na Sociologia das ausências e emergências de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2002), se existiria uma racionalidade alternativa à hegemônica que nortearia o Turismo de Base Comunitária possibilitando-o, desta forma, ser uma atividade inclusiva e sustentável. A partir desta percepção e explicação seria possível aprofundar, ampliar e corrigir falhas nas práticas do serviço turístico de base comunitária, contribuindo para uma maior inclusão social e sustentabilidade da atividade. Na busca por responder este questionamento, observou-se a iniciativa turística realizada pela Comunidade da Ilha de Deus em Recife no Estado de Pernambuco.

A escolha dessa comunidade como recorte de estudo foi baseada na importância social e ecossistêmica que a Comunidade tem por se tratar de uma Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e ao mesmo tempo estar localizada em uma Área de Proteção Ambiental (APA), o que a faz merecedora de um olhar governamental e científico mais crítico e aprofundado. Outro motivo para a escolha foi o fato de se tratar de uma comunidade tradicional, que surge a partir de um contexto de vulnerabilidade social e econômica (periférica ao sistema hegemônico), mas que através da organização, trabalho, resistência e luta vem logrando melhorias em sua qualidade de vida, inclusive através da iniciativa turística.

O Turismo de Base Comunitária, embora seja uma atividade socioeconômica recente na Ilha de Deus, vem promovendo melhorias na qualidade de vida dos ilhéus. Contudo, por ser o turismo um fenômeno conhecidamente impactante nos locais onde se instala, esta atividade necessita de estudos científicos para a melhor compreensão das transformações que o turismo vem gerando.

Diante de todo o exposto e na busca por respostas ao que se propõe na pesquisa foi definido o seguinte objetivo geral: explicar a racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária, com observação empírica da iniciativa turística da Ilha de Deus em Recife-PE. Como objetivos específicos tem-se: identificar em suas práticas como a comunidade se organiza para o trabalho no turismo; caracterizar como é a governança na Ilha de Deus na atividade turística; identificar a racionalidade que norteia a prática da iniciativa turística desenvolvida pela comunidade da Ilha e relacioná-la com a inclusão social e sustentabilidade da atividade.

Na trajetória para responder ao que se propôs, muitas questões foram levantadas, como: de que forma a comunidade da Ilha de Deus planeja e faz a gestão das práticas turísticas no Turismo de Base Comunitária? Como se dá a governança na gestão do TBC? Quem são os atores envolvidos? Como tomam as decisões? Na razão que norteia o TBC na Ilha de Deus há a preocupação com a sustentabilidade nas práticas turísticas? Como se dá a relação da governança com a sustentabilidade? A lógica praticada tem contribuído com a inclusão social da comunidade no contexto econômico do Recife? Quais as práticas desenvolvidas no TBC que direcionam para o alcance de uma divisão de renda mais justa, para a conservação da cultura e do ecossistema local? Em que medida a lógica do TBC segue ou não a lógica capitalista?

Tendo em vista os benefícios que a atividade turística realizada na forma comunitária pode possibilitar às comunidades socialmente “vulneráveis” e seu menor impacto sobre o ambiente natural, essa pesquisa pretendeu contribuir com material teórico que explique a racionalidade que norteia as práticas do turismo comunitário empreendido na Ilha de Deus, relacionando-a a inclusão social e a sustentabilidade, de modo a contribuir para o aprimoramento do TBC realizado pelos moradores da Ilha de Deus e/ou como referencial para outras comunidades que desejem empreender neste sentido.

A explicação desta racionalidade do Turismo de Base Comunitária pode ser elaborada a partir do que propõe Santos (2002), que ao analisar a sociedade moderna identifica que existem duas racionalidades, uma indolente que norteia e justifica os arranjos socioeconômicos capitalistas e uma racionalidade cosmopolita que norteia os arranjos alternativos ao sistema hegemônico.

Foi realizada então uma pesquisa de análise qualitativa - para a qual utilizou-se algumas técnicas quantitativas - de natureza exploratória com visão interdisciplinar de modo a permitir a percepção do fenômeno multidimensional como é o turismo, bem como da subjetividade da lógica humana. Para alcançar o objetivo, foram feitas pesquisas bibliográficas e em *sítes*, observação direta da organização, da iniciativa turística da Ilha e vivência das atividades turísticas oferecidas pela comunidade. Além disso, aplicou-se um questionário à comunidade da Ilha e realizou-se entrevistas informais e foram feitos alguns registros fotográficos. Realizou-se também entrevistas semi-estruturadas com sujeitos sociais de alguma

forma relacionados com a iniciativa turística da Ilha de Deus e utilizou-se a análise de conteúdo para identificar nas entrevistas a forma de turismo e as racionalidades praticadas.

A estruturação dessa pesquisa apresenta-se neste texto dividida em quatro capítulos: referencial teórico, caracterização da área de estudo, procedimento metodológico, resultados e discussões. Ao final, faz-se as considerações finais relativas ao que foi proposto na pesquisa e algumas reflexões sobre o TBC, sobre as racionalidades que o norteiam e destas com a inclusão social e a sustentabilidade da atividade.

O primeiro capítulo contém o referencial teórico no qual se aborda a origem do turismo, situando-o no modelo de desenvolvimento capitalista e de sociedade moderna, conceituando-o e caracterizando-o. Neste sentido é abordado a questão da alternativa, à ideia de desenvolvimento até chegar no Turismo de Base Comunitária (TBC) como sendo uma forma inclusiva e sustentável de desenvolver no turismo. São apresentados conceitos e características do TBC e os aspectos de sua sustentabilidade, relacionando-os à economia solidária e à boa governança. Em seguida, trata-se da racionalidade que norteia a sociedade moderna e seus arranjos produtivos, a partir da Teoria Pós-Colonial de Boaventura de Sousa Santos, conceituando a razão indolente e cosmopolita, indicando como elas se apresentam no mundo produzindo inexistências ou existências, respectivamente. Na sequência, apresentam-se os procedimentos sociológicos da racionalidade cosmopolita: a Sociologia das Ausências, Sociologia das Emergências e o Trabalho de Tradução, relacionando-os com a inclusão social e a sustentabilidade na atividade turística.

No segundo capítulo é apresentada a caracterização da área escolhida para a observação empírica do fenômeno pesquisado, o qual apresenta um breve histórico da Ilha de Deus, contextualizando a iniciativa turística lá desenvolvida e os diversos sujeitos sociais envolvidos.

Na sequência, no terceiro capítulo explicitam-se o método e a natureza da pesquisa, bem como todo o passo a passo do procedimento metodológico, as técnicas utilizadas na pesquisa e as análises das informações, justificando as escolhas feitas e os percalços encontrados durante o processo.

Dando continuidade, no quarto capítulo são apresentados os resultados provenientes da aplicação do questionário, das entrevistas e discussões realizadas com os sujeitos envolvidos na atividade turística, acerca das informações obtidas a partir da observação da dinâmica da comunidade da Ilha no desenvolvimento do turismo.

Por fim, tecem-se as considerações finais para em seguida apresentar as referências utilizadas na pesquisa.

2 UMA ABORDAGEM SOBRE O TURISMO - DO TURISMO DE MASSA AO TURISMO ALTERNATIVO

O turismo surge no contexto pós Segunda Guerra Mundial como uma atividade econômica que segue os mesmos moldes do sistema socioeconômico capitalista hegemônico, o qual, busca um aumento contínuo de crescimento econômico e concentração de renda. Validado cientificamente, politicamente e institucionalmente este modelo de desenvolvimento passa a designar a trajetória a ser seguida pelos países subdesenvolvidos em direção a um progresso pré-determinado e, o turismo passa a ser visto e propagandeado como uma das atividades para atingir este progresso.

Segundo Amaro (2017), o modelo de referência para o que se denominou de desenvolvimento e progresso era a sociedade moderna capitalista ou a sociedade do socialismo real. Ambas teriam assumido profunda e intrinsecamente uma natureza e um modo de exploração antropocêntrico, com graves prejuízos para a vida no/do planeta. Contudo, o Socialismo praticamente se extinguiu após a queda do muro de Berlim na década de 80 e o Capitalismo, devido a seus paradoxos, tem vivido crises cíclicas.

Segundo Coriolano (2014), com base na Teoria dos Ciclos de Kondratieff, teriam sido cinco crises e recuperações experienciadas pelo Capitalismo ao longo de sua história. No quarto movimento de queda e recuperação, o que reergueu o sistema foi o advento da industrialização. Na quinta onda, quando o Capitalismo se recupera o impulsionador da economia passa a ser os serviços. É neste momento, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial que o turismo é criado tornando-se “objeto” de desejo, passando a ser ofertado na mesma lógica do sistema mercadológico e produzindo muitas vezes exclusões sociais e degradação ecológica nas localidades onde se instala. Estas mazelas inerentes a este modelo de desenvolvimento se justifica e se embasa, segundo Santos (2002), a partir de uma razão indolente.

Com o advento das novas tecnologias, que dão a impressão de distâncias mais curtas e tempo dilatado, o fenômeno turístico tem tido o seu mercado ampliado, contudo, esta ampliação não vem traduzindo-se em desenvolvimento para os territórios e muito menos em conservação do “patrimônio” natural.

Segundo Coriolano (2014), o turismo desenvolvido no modelo convencional muitas vezes desterritorializa e degrada os lugares onde se instala. A autora chama

a atenção para o fato de que o turismo não é apenas uma atividade econômica, mas um fenômeno político por seu poder de transformar os lugares onde se instala, afetando as diversas dimensões da vida. Ela explica que o turismo feito desta forma acaba tornando-se uma atividade econômica como outra qualquer, realizada por grandes empresas turísticas nacionais e internacionais visando a maximização dos lucros e a concentração do capital. O turismo realizado nesta lógica tem desperdiçado o seu potencial inclusivo e de desenvolvimento dos territórios.

Para Santos (1982), seguindo a lógica do capital, os territórios ficam alienados passando a não produzir para a satisfação das necessidades reais dos indivíduos que os habitam, mas aos interesses externos, rompendo-se os vínculos espaço/tempo local.

Quando pelo contrário, as atividades produtivas das localidades, como o turismo, por exemplo, são desenvolvidas de forma contextualizada, a prosperidade econômica fica balizada, enquadrada, em uma ética/valorativa atenta a sustentabilidade ambiental, a paz social e a afirmação cultural (BARTHOLO, 2006, p. 8). Torna-se possível que se transite de uma forma turística “predatória” para outra sustentável.

E, esta sustentabilidade da atividade turística é construída alicerçada a partir de uma crítica ao modelo de desenvolvimento mercadológico. Esta sustentabilidade da atividade, segundo Bartholo (2006) é possível a partir do momento em que a atividade:

Se insere num projeto social e político cujos protagonistas são atores sociais situacionalmente afetados. Tais protagonistas emergem como sujeitos na produção de suas condições de existência e modos de vida, num processo onde novas institucionalidades são reiteradamente requisitadas e implementadas. Diversidade cultural, equidade e justiça social são alguns dos elementos valorativos cuja afirmação é compromisso da ética da sustentabilidade. O modo de afirmação de tal compromisso é gestado historicamente, não sendo possível reduzi-lo a uma única e exclusiva forma de manifestação (BARTHOLO, 2006, p. 9).

Diante desta realidade e, a partir de uma preocupação com os aspectos socioculturais envolvidos no desenvolvimento da atividade turística pela visão antropológica (SANTANA, 2009), cria-se uma atmosfera propícia para que, a partir da década de 80, passe a se pensar em um turismo alternativo, mais humanizado,

inclusivo e gerador de benefícios às comunidades locais. Surge então o conceito de Turismo Social.

Segundo Abitia (2006), o Turismo Social, uma forma alternativa de realizar a atividade turística, se caracterizaria por ser um turismo a serviço da comunidade e não uma comunidade a serviço do turismo. Como esta perspectiva é inversa a lógica capitalista de realizar o turismo, isto faz com que toda a práxis da atividade turística se diferencie bastante. Abitia (2006) ainda explica os benefícios desta modalidade turística para a comunidade protagonista, tais como integração das pessoas, distribuição de benefícios, geração de riqueza genuína, e oportunidades de protagonismo da comunidade na “empresa” turística.

O Turismo Social seria uma alternativa ao fazer turístico convencional. Um tipo de turismo alternativo que inverte a lógica do fazer turístico hegemônico. Ao invés da lógica convencional, na qual as comunidades ficam à mercê dos impactos muitas vezes negativos da atividade turística, a lógica alternativa seria desenvolvida de modo a promover melhorias na qualidade de vida das comunidades nas quais este outro fazer turístico fosse praticado. A partir desta perspectiva, outras práticas são incorporadas na experiência turística e outros resultados se tornam possíveis. Tudo ocorre de forma integrada no ambiente, essa evolução paulatina para um turismo sustentável encontra suporte, também, no surgimento de um outro perfil de turista que se torna mais atento e exigente quanto a qualidade do ponto de vista humano e ambiental de suas experiências turísticas. Forma-se uma sinergia entre as necessidades e desejos das comunidades por práxis turísticas diferenciadas que lhes proporcionem uma ampliação da qualidade de vida e a demanda do visitante por uma vivência significativa e autêntica. Bem como, entrelaçam-se de forma mais estreita a interdependência dos sistemas sociais e ecológicos, promovendo mudanças essenciais na gestão das atividades produtivas e dos serviços (que dá vez e voz a outros sujeitos e práticas), influenciada pela tomada de consciência da limitação da capacidade de suporte do sistema natural e sua resiliência ante os efeitos antrópicos negativos.

Braga (2015), vai explicar que o turismo alternativo busca um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e justo, almejando um novo paradigma de consumo. Este novo paradigma vem se concretizando a partir de um novo perfil de turistas que buscam vivenciar experiências mais autênticas e significativas

propiciadas por uma relação mais humana e horizontal entre estes e as pessoas que os recebem e mais responsável quanto aos ecossistemas dos lugares onde é realizado o turismo.

Mesmo que de forma ainda lenta, principalmente devido a certa escassez de Políticas Públicas, que favoreçam o desenvolvimento e inclusão de outras experiências no circuito turístico hegemônico, é possível se perceber algumas mudanças ocorrendo, inclusive nas relações entre as comunidades receptoras e os turistas. Estas mudanças são importantes, no sentido de se evitar a subalternidade ou até mesmo a síndrome do zoológico, que segundo Krippendorf (2001, p. 85) ocorre quando o autóctone passa a ser visto como uma atração exótica ou apenas como serviços pelo turista, acentuando um sentimento de superioridade.

Na perspectiva de se desenvolver formas alternativas de um fazer turístico social e ambientalmente mais justo, a partir da década de 90, surge a idéia do Turismo de Base Comunitária. Neste conceito, as comunidades, ao protagonizarem a atividade turística e ao praticarem a Economia Solidária, seriam capazes de garantir a territorialidade, a inclusão e promover uma maior conservação do meio natural. O fato de, para as comunidades, os lugares onde se desenvolvem as iniciativas turísticas serem lugares identitários, lugares de vida, faz com que o empreendimento seja praticado em uma escala humana, possibilitando um maior cuidado social e ecológico.

Neste ponto, é importante deixar claro o que se entende por forma e tipo de turismo, pois tratam-se de denominações com sentidos distintos. Quando se fala da forma de turismo, refere-se a como se dá o processo turístico. Por exemplo, no Turismo Convencional, o serviço é oferecido por grandes empresas transnacionais de modo padronizado, já o Turismo de Base Comunitária é protagonizado pela comunidade e os benefícios da atividade econômica ficam para a mesma. A forma como se processa a atividade turística está diretamente relacionada com a lógica que vai defini-la e justificá-la.

Por outro lado, quando se fala de “tipo” de turismo está se referindo ao produto turístico gerado a partir da diversidade de experiências turísticas que podem ser vivenciadas. Como exemplo, teríamos o turismo gastronômico e o turismo religioso, onde ambos, são produtos turísticos que podem ser realizados de diferentes formas.

2.1 Turismo de Base Comunitária

Uma das formas socialmente inclusiva e ambientalmente justa de exercer o turismo é o Turismo de Base Comunitária (TBC), o qual, é protagonizado pela comunidade local, sendo admitidas parcerias com agentes externos à comunidade. Nesta forma turística comunitária pratica-se a economia solidária e em geral as comunidades são conscientes de que a conservação cultural e ecossistêmica é importante para a sustentabilidade da atividade turística.

A capacidade transformadora e ampliadora da cidadania que o TBC promove, dependendo do estágio evolutivo de suas práxis, pode ter um alcance para além da inclusão social, termo este, que transmite a idéia de adaptação de alguma coisa à outra já existente, muitas vezes sob o risco de descaracterização ou de subalternização.

O TBC ampliaria a cidadania, promovendo o surgimento e a visibilidade das existências diversas, tornando-as credíveis ao ponto de obterem o direito a participarem ativamente do desenvolvimento dos seus territórios e do projeto maior de humanidade. Isto é algo muito maior do que incluir (embora a englobe). Contudo, incluir tem uma importante função intermediária entre a não existência e a existência plena, mas produzir existências carrega em seu âmago o dar nascimento ao ser, que deixa de ser objeto, peça de engrenagem algumas vezes desgastada, para se tornar sujeito transformador de sua realidade, um cidadão pleno.

Esta capacidade de promover a produção de existência que o TBC possui se deve aos princípios que o fundamenta: ser identitário (saberes, temporalidades e sujeitos reconhecidos e valorizados); justo (criado e gerido localmente em escala humana a partir de uma economia solidária); e ético (ao comprometer-se com o cuidado com as pessoas, as culturas e a natureza).

Quando se pesquisa sobre o conceito de TBC, tem-se uma percepção dos conceitos serem complementares entre si, tornando-se, até mesmomas fácil entendê-lo a partir de seus princípios. Isto se deve ao fato de que os contextos onde estes se desenvolvem podem ser os mais diversos, bem como variáveis podem ser os estágios de desenvolvimento no qual a iniciativa se encontra num dado momento. É por isto que, em meio a uma realidade diversa e complexa e aos desafios

específicos vivenciados por cada comunidade, o conceito de TBC deve ser algo em constante construção.

Diante disto, faria mais sentido perceber o TBC a partir do sentido do que vem a ser comunidade, territorialidade, identidade cultural, solidariedade, empoderamento para, a partir daí buscar-se entender este fenômeno. Por exemplo, Martha Irving (2009) entende o TBC a partir do que seria o sentido de comunidade, de coletividade e não de pobreza e marginalidade. Isto evita que esta forma de empreender “caia no lugar comum” da estratificação de classe e permite que seja visto como uma oportunidade para a inclusão social e uma governança democrática. Para a autora:

Turismo de Base Comunitária, segundo esta percepção, implica não apenas a interpretação simplista e estereotipada de um grupo social desfavorecido que recebe os ‘outsiders’ curiosos e ávidos pelo exotismo em seu convívio cotidiano, para o aumento de sua renda e melhoria social, mas, antes de tudo, significa encontro e oportunidade de experiência compartilhada. (IRVING, 2009, p. 111).

Percebe-se nesta definição o TBC sendo olhado com ênfase nas relações, por levar em consideração a interação da comunidade com o turista, bem como, a interação entre as próprias pessoas da comunidade, que encontram no protagonismo do fazer turístico comunitário uma oportunidade para ampliar as suas inter-relações.

Ainda sobre a compreensão do termo comunidade, Coriolano (2006), vai explicar que:

A comunidade é um grupo social residente em um pequeno espaço geográfico cuja integração das pessoas entre si, e dessas com o lugar, cria uma identidade tão forte que tanto os habitantes como o lugar se identificam como comunidade. (CORIOLANO, 2006, p. 201).

Neste conceito, a autora aborda a questão da identidade, a qual ela considera, com propriedade, como sendo a mantenedora da alma dos lugares onde o turismo comunitário se desenvolve. Isto reforça que os aspectos intangíveis do TBC são tão importantes para a inclusão social e sustentabilidade da atividade quanto as suas práticas alternativas.

Segundo Coriolano (2014), o TBC busca a sustentabilidade socioespacial priorizando os valores socioculturais e descobrindo formas inteligentes de participação na cadeia produtiva do turismo, com produtos diferenciados, e com uma nova visão de lugar e de turismo. Esta visão não é só do consumo, mas de troca de experiências, de laços de amizade e de valorização cultural.

Bartholo (2011) vai explicar que na ação turística de base comunitária existe uma conduta ética humana que balizaria o aspecto econômico e não o contrário, ou seja, a economia existiria para a realização e o desenvolvimento dos seres humanos. Isto evita que formem-se pessoas subalternizadas e exploradas para “alimentar” uma determinada lógica econômica.

Esta não subalternização seria possível no TBC, segundo Zaoual (2006), pelo fato de que a comunidade seria sujeito de seu próprio avanço, participando da concepção, desenvolvimento e gestão da atividade turística, levando em consideração sua complexidade, diversidade e realidade local.

No Turismo de Base Comunitária as populações locais possuem o controle efetivo do desenvolvimento da atividade. Esta se baseia na autogestão, no respeito ao meio ambiente, na valorização da cultura local e na economia solidária. O (Quadro 1) reúne as principais características do TBC que, é importante serem ressaltadas para a melhor identificação da forma turística empreendida.

Quadro 1 - Características do TBC

Desenvolvido por grupos organizados e os projetos são coletivos
Integração a dinâmica produtiva local, não à substituindo
Planejado e gerido pela comunidade local
Relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e o turista baseado na ética e solidariedade
Distribuição equitativa da renda na comunidade
Fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promove a valorização da produção da cultura e identidades locais
Formação de Rede entre grupos que desenvolvem experiências turísticas diferenciadas, a fim de estabelecer cooperação e parcerias
Fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a justiça ambiental

Fonte: Elaborado com base em (BRAGA APUD, REDE TUCUM, 2013, p. 38)

Segundo o “Relatório Técnico Científico do TBC/2011”, o Turismo de Base Comunitária, desde o início dos anos 2000 vem se consolidando como um instrumento de política de desenvolvimento local (situado) que foca na geração de

oportunidades de emprego e renda e na ampliação da inclusão social, fazendo o contraponto com a forma tradicional de empreender no turismo, explicando que o crescimento de receita que este alcança não está associado ao desenvolvimento das comunidades onde ele acontece.

Bartholo (2006, p. 9), contribui com o conceito de TBC, quando explica que um turismo alternativo que beneficie as comunidades precisa buscar um desenvolvimento econômico atrelado a sustentabilidade ambiental, paz social e afirmação da identidade cultural. Balizando a dimensão econômica com as dimensões humana e ecossistêmicas das iniciativas turísticas de base comunitária.

Em meio a diversidade cultural e ecossistêmicas, sempre que se analise uma iniciativa turística de base comunitária específica se procurará buscar, com base nas definições dos diversos pesquisadores do assunto, um conceito apropriado para cada contexto. Nesta pesquisa, será utilizado o seguinte conceito de Turismo de Base Comunitária: forma turística concebida e desenvolvida sob o protagonismo das comunidades que compartilham seus benefícios. Neste fazer turístico, o serviço é organizado com base na Boa Governança e realizado na forma de uma Economia Solidária, balizados pela ética humana, justiça ambiental e o cuidado com as inter-relações entre os sujeitos envolvidos na experiência turística. Esta definição de TBC enfatiza à prática da Economia Solidária e da Boa Governança, consideradas pela autora como sendo a essência de um Turismo de Base Comunitária.

A importância dada à Economia Solidária se explica pelo fato de esta ser o cerne do TBC e ao mesmo tempo ser uma prática produtiva cuja lógica é não capitalista. Segundo Azambuja (2009), a Economia Solidária surge, principalmente a partir da década de 90, como uma via de inclusão daqueles que historicamente haviam sido excluídos e, que foram excluídos pela lógica do mercado a partir da ascensão do projeto neoliberal, “cujas políticas estariam aumentando os processos de exclusão social e provocando o crescimento da pobreza junto ao desmanche dos mecanismos de proteção social” (AZAMBUJA, 2009, p. 283).

Para Singer (2003), a Economia Solidária se caracteriza pela posse coletiva dos meios de produção (esta considerada pelo autor a principal característica por promover a autogestão); por uma divisão igualitária de lucros e perdas e a não aceitação do regime de assalariamento permanente.

Ainda segundo Singer (2003), a formação de iniciativas autogeridas seria mais do que uma simples alternativa à pobreza. Ela teria um caráter educativo e político transformador para os seus praticantes promovendo nestes a incorporação de valores ideológicos, como participação, igualdade e solidariedade, conforme descrito no (Quadro 2). Estes valores ideológicos são opostos àqueles que embasam a lógica capitalista.

Quadro 2 - caracterização da Economia Solidária

Orientação na ação social	Perfil de solidariedade	Organização autogestionária
Propriedade coletiva	Igualdade	Posse coletiva dos meios
Processos de participação	Participação, igualdade e união	Gestão democrática e igualitária
Relação entre os pares	Solidariedade	Ganhos e perdas divididos igualmente, recusa ao assalariamento permanente

Fonte: Adaptado de (AZAMBUJA 2009, p.303)

Já Mance (1999), vai considerar o aspecto antagônico para conceituar a Economia Solidária, considerando-a como uma superação do Capitalismo e não como uma construção singular contextual e temporal. A Economia Solidária segundo Mance (1999), seria:

Uma estratégia para organização de uma sociedade pós-capitalista, baseada na implantação de redes que conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades em que se implanta, com a afirmação de uma ética e de uma visão de mundo antagônicas não apenas ao neoliberalismo, mas ao próprio capitalismo. (MANCE, 1999, p. 203).

Inclusive pode ser positivo para algumas sociedades que em um dado período, de transição, possam existir a inclusão de alguns elementos das práticas da economia de mercado. Não se trata de uma apologia ao capitalismo, mas sim de evitar o erro da própria razão indolente para a qual o futuro já está determinado e segue um padrão único a ser alcançado através de uma única lógica válida.

Por outro lado, Razeto (1997) diz que a Economia Solidária não deveria ser pensada a partir da negação da economia de mercado. Para este autor não existe

uma receita pela qual se incorpora a solidariedade no fazer econômico, pois trata-se de um processo com diversos caminhos e possibilidades.

Para LaVille (2004), seria exatamente esse olhar ampliado da dinâmica econômica mais geral que tornaria possível entender o processo singular de uma Economia Solidária que tende a reunir diferentes lógicas, mas onde predomina um perfil de solidariedade.

Assim, como não existe um conceito fechado e definitivo sobre TBC, porque variados são os contextos e temporalidades onde ele se instala, é possível se pensar de forma semelhante acerca da Economia Solidária que, por coexistir com a lógica capitalista hegemônica, algumas vezes necessita ser praticada em níveis variados de uma lógica contra hegemônica para que os sujeitos e suas práxis consigam incluírem-se no circuito econômico “superior”, mas ainda conservando a sua essência solidária.

Ademais, a prática da Economia Solidária, por ser norteadada por uma outra racionalidade, segundo Santos (2002), e pelo seu caráter multidimensional na vida das pessoas, pode ser capaz de promover a visibilidade e a valorização de sujeito, saberes, práticas, sua temporalidade e lugares até então excluídos.

Um problema, entretanto, enfrentado pelo TBC e outras formas de Economia Solidária é que com a hegemonia capitalista o Estado tem reduzido, na prática, o seu poder de liderança organizativa e de controle socioeconômico frente às grandes empresas, fato que põe em risco a sustentabilidade social e ecológica. Uma forma de mitigar esse impasse do poderio das grandes empresas seria a prática da governança. A governança transcende o Estado porque envolve corporações, organizações não-governamentais e indivíduos (EAGLES, 2009).

É a partir desta percepção da necessidade de uma gestão compartilhada, na qual o Estado e as grandes corporações passem a ser apenas parte dos sujeitos envolvidos nos processos em um mesmo nível hierárquico, que se passa a reconsiderar o conceito de governança.

Existe uma diversidade de conceitos acerca da governança, o que é apropriado, pois a partir desta diversidade é possível encontrar-se uma adequada para cada singularidade de contextos sociais, culturais, econômico, políticos e ecológicos locais.

O conceito de governança evoca diferentes acepções em distintos campos de conhecimento e contextos, sugerindo a emergência de um sistema de regras aceitas e legitimadas por um conjunto de indivíduos e/ou grupos em defesa de uma gestão transparente e imparcial de interesses coletivos (RODORFF et al. 2015, p. 20).

Jessop (1998) destacou a expressão governança remetendo originariamente a um esforço para pensar em formas de coordenação da ação coletiva como alternativa às leis do mercado e da hierarquia política convencional.

Neste sentido, a apreensão do conceito de boa governança e sua prática despontam como uma possibilidade de reequilíbrio na composição de forças do modelo convencional de administração para uma descentralização do poder e ampliação da contribuição da sociedade no delineamento socioeconômico e tomada de decisão.

A adjetivação para “boa governança” se deveu ao fato de que o conceito de governança original se desvirtuou e, na tentativa de fazer com que a denominação voltasse a expressar os valores elevados, que devem existir em associações humanas, na busca de alcançar objetivos comuns, tentou-se resgatar sua significação empregando-se também o termo “boa governança”, na hipótese, também, segundo Osmond (1998) de combater a outra governança.

É preciso que se perceba que a governança em si é um conceito que remete à redistribuição de poderes em processos de tomada de decisão, o que não necessariamente equivale a ampliação do grau de justiça e equidade de benefícios, podendo existir grupos que acabem por ser mais favorecidos do que outros no processo. Por isso surge o conceito de boa governança (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Cada contexto e atividade vão requerer determinados critérios, atributos e boas práticas na gestão para que seja considerada uma boa governança (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012) e, a possibilidade de alcançá-la ainda dependerá do contexto sociopolítico local.

A boa governança, ou governança suficiente boa (GRINDLE, 2004), teria a virtude de exigir uma qualificação das gestões garantindo uma gestão participativa para o alcance de metas comuns com o intuito de promover na sociedade, antes de qualquer outro interesse, a equidade e justiça social.

Trazendo esta discussão para a idéia de governança e boa governança na perspectiva do turismo e fazendo um comparativo entre o Turismo de Massa e o Turismo de Base Comunitária, tem-se que a forma convencional de empreender o turismo não é capaz de pôr em prática a boa governança. Devido aos seus princípios comuns aos do capitalismo, praticas turísticas convencionais só podem almejar à prática da governança e desta forma não é capaz de promover a justiça ambiental. Esta impossibilidade se explica da seguinte forma: o Estado tem criado normas no turismo que ainda favorecem as grandes corporações turísticas que passam a adquirir um poderio crescente, através da acumulação do capital econômico e territorial passando a governar junto ou em “substituição” ao Estado que se exime.

Por outro lado, o TBC por ser embasado em outros paradigmas socioeconômicos, mais equitativos e solidários, alternativos ao paradigma hegemônico, torna possível a prática da boa governança.

Segundo Eagles (2009), existem diversas formas de gerir os serviços de recreação e turismo e, na maioria das vezes são realizados em parceria (governo, empresas, organizações não-governamentais e comunidades). O autor verificou também que quando o turismo é realizado num contexto de não lucratividade e inclusão de outros sujeitos sociais alcança mais proximidade com a boa governança em comparação com modelos baseados na lucratividade e no setor privado. Ou seja, existiria uma co-determinação entre a consecução da boa governança com modos de produção mais inclusivos e justos. Para esta análise, elaborou-se o Quadro 3) que contém os parâmetros que qualificam a boa governança.

Quadro 3 - Parâmetros para qualificação da boa governança no TBC

Gestão democrática e igualitária da iniciativa	“sistema um participante igual a um voto”
Responsabilização	Prestação de contas
Empoderamento	Participação ampliada dos atores
Pertencimento	Se sentir fazendo parte da iniciativa
Transparência	Direito a informações compreensíveis e atualizadas sobre a iniciativa
Segurança	Liberdade de participar ou não da iniciativa
Equidade e inclusão	Todos com os mesmos direitos

Fonte: Adaptado de (BURSZTYN E BURSZTYN, 2012, p.168)

A observação na prática turística da consecução da boa governança é importante pois é mais um indício da realização ou não de uma alternativa a racionalidade hegemônica, como foi explicado anteriormente e possibilita uma maior abertura para a resolução de conflitos que surjam.

Uma prática importante na boa governança para resolução de conflitos relacionados ao Turismo de Base Comunitária, podem ser os Processos Circulares. Visto que faz parte da natureza humana a existência de conflitos e, no desenvolvimento do TBC não é diferente, segundo Pranis (2005), esses Círculos seriam capazes de promover a qualidade das relações.

O aprofundamento do pertencimento que os Processos Circulares promovem entre os indivíduos é fator essencial para angariar o comprometimento de cada um em prol do bem de todos. Para a atividade do TBC, este procedimento aprofundaria o espírito comunitário e a solidariedade que são basilares para a sustentabilidade desta iniciativa.

Antropologicamente, a organização comunitária, seus valores e princípios e a sustentação que esta propicia aos indivíduos e ao grupo, bem como a solidariedade, foram decisivos para garantir a própria sobrevivência da espécie humana.

A organização em sociedade calcada sobre os paradigmas da modernidade capitalista (individualismo, competitividade exacerbada e consumismo), apesar do avanço tecnológico que tem gerado, não tem contribuído muito para o avanço nas relações interpessoais, que tem se superficializado e afastado-se de um modelo solidário de sociedade.

O ser humano é primordialmente um ser relacional e, neste sentido, o ser cuidado, o encontro face-a-face, o envolver-se, o compartilhar com o outro em harmonia com o meio ambiente experiências prazerosas que encantam e modificam positivamente as pessoas é salutar.

A atividade turística de base comunitária devido a sua ideologia poderia ser uma das formas de se promover a reconexão entre as pessoas. Pode-se perceber esta capacidade do Turismo de Base Comunitária, nas palavras de (MALDONADO, 2009, p. 31) ao caracterizar o turismo a partir da sua dimensão humana, cultural, antropológica, explicando que este teria como objetivo principal promover o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade, entre visitantes e as

comunidades receptivas, na busca constante pelo aprender mútuo, e pelo compartilhamento de experiências sociais sobre os diversos modos de vida.

Além disso, o processo de implementar e manter empreendimentos a partir de uma filosofia diferente da capitalista hegemônica, não só não deveria ser sacrificial, como deveria ser incentivado, visto que significa uma ampliação de caminhos possíveis para a concepção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável.

A força da sustentabilidade das iniciativas turísticas comunitárias, segundo Coriolano (2014), reside no caráter identitário das mesmas, que resgata o espírito comunitário, do cuidar essencial, da cooperação, da solidariedade, da ética e ocorre a partir de uma identificação entre os pares e destes com o lugar - que é de vida, histórias, lutas, vitórias e derrotas, sustento do corpo e da alma.

A sustentabilidade turística comunitária se estrutura a partir deste sentimento de pertencimento, onde se forjam as identidades turísticas de uma comunidade, de um lugar. No (Quadro 4), a seguir, encontram-se alguns parâmetros de sustentabilidade utilizados como referencial de análise nesta pesquisa.

Quadro 4 - Parâmetros de sustentabilidade de iniciativas turísticas de base comunitária

Dimensão relacional	1 O “cuidar” das emoções e sentimentos individuais e coletivos da comunidade, das pessoas envolvidas na iniciativa do TBC da Ilha de Deus. 2 Formação de Redes e/ou parcerias.
Dimensão cultural	1 Fundamenta-se na valorização e produção da cultural e identidades locais.
Dimensão Cidadanília ¹	1 Inserção de mulheres e jovens 2 Envolvimento em projetos sociais e ecológicos locais
Dimensão ecológica	1 Observação da vocação e capacidade de suporte do lugar
Dimensão econômica	1 Ampliação de oportunidades de trabalho e renda à comunidade 2 Caráter complementar da atividade em relação as atividades tradicionais locais 3 Viabilidade econômica

¹ É aquela na qual o indivíduo, para além da inclusão social, passa a ser agente transformador da sua realidade.

Dimensão política	1 Protagonismo comunitário na atividade turística 2 Inserção nos espaços de Política Pública
-------------------	---

Fonte: Adaptado de (BRAGA, 2015) & (SANTOS, 2017).

Tem-se percebido que, cada vez mais, tem aumentado o número de turistas que buscam vivenciar experiências que encantam pelo aspecto identitário dos lugares, pelas experiências compartilhadas e vivenciadas em uma atmosfera de reencontro, de reconexão consigo mesmo a partir da oportunidade de revisitar-se na vivência compartilhada com o outro e com a natureza. Para Coriolano (2014), a experiência vivida no TBC tem a capacidade de transformar tanto o visitante como para aquele que o recebe.

Este poder transformador da atividade turística comunitária pode ser explicado da seguinte forma: quando envolvido pela ludicidade o ser humano torna-se mais receptivo a transformações que acabam por ocorrer de forma mais eficiente, profunda e duradoura. Com base nisto, percebe-se que não só uma educação libertadora², mas também um turismo feito e usufruído de forma libertadora, contribuiria positivamente para a transição paradigmática que permitiria a humanidade superar a “crise civilizatória na qual se encontra” (LEFF, 2010). Isto possibilitaria a ampliação da visão de mundo, bem como a criatividade e o reencantamento do ser humano que inspirariam um agir humanamente ético e solidário com seus pares e com a natureza, promovendo uma co-determinação entre, por exemplo, o pensar o mundo de forma diferenciada e o fazer turístico comunitário diferenciado e com resultados conseqüentemente diferenciados.

De acordo com Santos et all (2006), vivemos um período de transição paradigmática no qual o esgotamento do modelo desenvolvimentista, evidenciado pelo colapso ambiental, pela crise financeira recente, pelo acirramento das desigualdades em várias partes do mundo, entre outros eventos, torna clara a necessidade de dar visibilidade a outros sujeitos até então excluídos e buscar modelos alternativos de desenvolvimento que sejam includentes e sustentáveis.

O TBC por suas características é uma iniciativa econômica que compõe a Economia Solidária. “Uma alternativa não-capitalista de produzir para viver”

² É aquela que ocorre de forma contextual e solidária (FREIRE, 1987)

(SANTOS ET AL, 2006). É na observação do valores e princípios do TBC e da prática da Econômica Solidária e da boa governança em seu desenvolvimento que fica evidente a realização de uma outra racionalidade.

2.2 Razão Indolente, Razão Cosmopolita e o Fazer Turístico de Base Comunitária - da Inexistência a Inclusão Social

Cada razão³ constituída, aceita e praticada plasmam determinadas realidades de mundos e relações e nenhuma delas é a única possível nem necessariamente a mais adequada para cada contexto, mas acaba por justificar as relações sociais de poder.

Esta constatação também é válida para a atividade turística, dependendo da lógica que seja utilizada ter-se-ão processos e resultados diferentes na experiência turística. A lógica que exclui e desterritorializa, muitas vezes levando ecossistemas ao esgotamento, não vai poder ser a mesma capaz de promover o desenvolvimento dos territórios, a inclusão socioeconômica das comunidades e a sustentabilidade.

Neste sentido, Santos (2002) em sua “crítica a razão indolente”, demonstra como a sociedade moderna e o sistema produtivo capitalista concebem o mundo e promovem as exclusões que lhes interessam, ao mesmo tempo em que apresenta como é possível incluir os que foram excluídos a partir de uma razão cosmopolita. Em sua teoria, o autor subdivide a razão indolente em quatro razões: a arrogante, a impotente, a metonímica e a proléptica. Contudo, sua crítica concentra-se na razão metonímica e proléptica, porque, como explica o autor, a razão arrogante se impõe, não precisa se explicar é exercida através do livre arbítrio e, a razão impotente, diante do determinismo da realidade, nada pode questionar. Desta forma, a crítica foca na razão proléptica, para a qual o futuro é apenas a superação do presente e, para se chegar a este futuro existe um sentido único e determinado; e na “razão metonímica”, que julga-se a única forma de racionalidade, embora seja apenas uma em meio a diversidade de racionalidades que explicam e criam os diversos lugares

³ Nessa pesquisa considerar-se-á os termos: razão, racionalidade e lógica como sinônimos. Isto se justifica pelo fato de que em todas as leituras que davam suporte as idéias aqui discorridas essas três palavras eram utilizadas como tendo sentidos semelhantes.

que compõe o mundo. A hegemonia da modernidade ocidental sobre outras filosofias de vida é que tem tornado uma razão tão excludente, como é a razão metonímica, dominante.

A razão indolente torna resíduo tudo o que não atende aos seus critérios de validade. E o processo como isso ocorre, segundo Santos (2002), através de cinco mecanismos de produção de inexistência que ele denominou de “monoculturas”, apresentados no (Quadro 5).

Quadro 5 - Parâmetros e aspectos relacionados à “monocultura” ou formas de exclusão

Parâmetros das monoculturas	Aspectos relacionados às monoculturas
Monocultura do saber e do rigor do saber	Considera a ciência moderna e a alta cultura como únicos critérios de verdade e qualidade estética
Monocultura do tempo linear	Considera que a história segue no sentido único da modernidade ocidental
Monocultura da naturalização das diferenças	Naturaliza a dominação devido a classe, gênero, cor e etc.
Monocultura de escalas	Considera que o global ou universal precede em importância em relação ao local (resíduo)
Monocultura da produtividade	Considera válido os critérios de produtividade capitalista

Fonte: Adaptado de (SANTOS, 2002, p. 247-249)

Para superar este reducionismo a partir da crítica à razão indolente, Santos (2002) explica que a razão Cosmopolita seria capaz de tornar mais amplamente visível o mundo que nos cerca (o qual é formado a partir de diversas totalidades de mundos), possibilitando dar credibilidade às experiências sociais existentes e possíveis, a partir dos procedimentos da sociologia das ausências, mostrado no Quadro 6); sociologia das emergências e do trabalho de tradução.

Quadro 6 - Parâmetros e aspectos relacionados às “ecologias” ou formas de inclusão

Parâmetros das ecologias	Aspectos relacionados às ecologias
Ecologia de Saberes	Reconhecimento e valorização das práticas e saberes locais
Ecologia das temporalidades	Reconhecimento e valorização de práticas e saberes que remontam a outra temporalidade
Ecologia dos reconhecimentos	Reconhecimento e valorização da diversidade de sujeitos
Ecologia das Trans-escalas	Precedência em valor e credibilidade às práticas e saberes locais em detrimento da práticas e

	saberes hegemônicos globalizados
Ecologia da produtividade	Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas, da economia solidária

Fonte: Adaptado de (SANTOS, 2002, p. 250-253)

Com base em Santos (2002), tem-se que identificadas e visibilizadas as experiências sociais existentes através da sociologia das ausências, procede-se à sociologia das emergências que, com base nas “pistas” das experiências sociais disponíveis visibilizadas pela sociologia das ausências, amplia as possibilidades de experiências sociais válidas para um futuro próximo e tangível. Com isso, aumenta-se o foco nas experiências presentes, desta forma amplia-se quantitativamente e qualitativamente a percepção, validação e vivência das experiências existentes no presente e, estas dão subsídios para que os futuros irrealis sejam visualizados mais claramente, de modo a não se desperdiçar tempo e energia na direção dos mesmos. E isto amplia a quantidade e qualidade de experiências sociais visibilizadas e credibilizadas em um futuro próximo, porque, no momento em que se poupa tempo e energia com futuros ilusórios, se pode investir este tempo e energia em futuros factíveis, aumentando as chances de que estes, sim, se concretizem, não se percam.

Em seguida, como complemento aos dois primeiros procedimentos sociológicos, aplica-se o terceiro procedimento, o “Trabalho de Tradução”, com a finalidade de promover a inteligibilidade recíproca entre a diversidade de experiências sociais reveladas, disponíveis e possíveis, pelos dois procedimentos sociológicos anteriores (SANTOS, 2002).

Partindo do princípio de que todo saber é incompleto justifica-se a necessidade do Trabalho de Tradução entre as culturas. Contudo, para que este procedimento seja emancipador, é necessário que sejam previamente estabelecidos consensos transculturais. Estabelecidos os consensos, a hermenêutica diatópica é empregada de modo a se perceber, a partir da zona de contato que “são espaços sociais onde as culturas distintas se encontram”, segundo (SANTOS apud PRATT, 2002, p.268), as preocupações que são comuns entre as culturas, percebendo as diversas soluções possíveis apresentadas por cada uma delas, permitindo observar

o que lhes é comum ou não, o que lhes conecta ou afasta, se podem cooperar entre si, evoluindo para a formação de Redes transnacionais de movimentos locais que possam se tornar experiências sociais alternativas ao modo hegemônico de desenvolvimento.

O campo social da atividade turística de base comunitária, com base em Santos (2002), pelo seu caráter solidário e autogestionário, é rico de multiplicidade e diversidade de experiências a serem reveladas pela sociologia das ausências e sociologia das emergências e, através do Trabalho de Tradução podem formar constelações de saberes turísticos de base comunitária, possibilitando a formação de Redes, ampliando a capacidade de inclusão social e sustentabilidade da atividade turística.

Nesta pesquisa, os parâmetros e aspectos da sociologia das ausências e os parâmetros e aspectos das cinco “monoculturas da racionalidade” foram utilizados para analisar e explicar a lógica norteadora da iniciativa turística da Ilha de Deus.

Percebe-se, uma co-determinação: quanto mais bem estruturadas e fortalecidas a economia solidária e a boa governança presentes nestas iniciativas - visto que são a concretização de uma outra racionalidade, mais justa, de uma ideologia de existência⁴ - maiores as chances de evoluírem para tornarem-se experiências sociais emancipadoras, transformadoras e sustentáveis, (ampliam a solidariedade, o espírito comunitário a autonomia a consciência sócio-político-ecológico).

Contudo, não se pode esquecer que uma lógica inclusiva que produz práticas inclusivas, não é garantia para a promoção de uma existência plena do indivíduo e nem de arranjos socioeconômicos sustentáveis, pode ocorrer de apenas transmutar oprimidos em opressores e somar-se a arranjos socioeconômicos capitalistas. Ou seja, outras racionalidades não são o caminho e a verdade absoluta que conduzirão à emancipação social ou a solução de todos os problemas dos territórios, da mesma forma que, o TBC é uma das propostas para o desenvolvimento dos territórios, que não deve ser vista de forma fantasiosa como “a solução” e nem mesmo como a solução mais adequada para todas as comunidades, mas, ambos: outra

⁴ Utiliza-se predominantemente da razão cosmopolita em suas práxis para promover a emancipação do indivíduo e da coletividade.

racionalidade e o TBC ampliam a variedade de ferramentas para que outros processos e resultados possam ser implementados na construção de um mundo mais incluyente e ambientalmente justo.

Todo arranjo produtivo (TBC) envolve vários sujeitos sociais para a realização das atividades, e cada um desses sujeitos tem sua ideologia (considerada aqui como sinônimo de racionalidade), a qual a autora, para esta análise, dividiu em três categorias: ideologia inclusiva, ideologia de existência e ideologia alternativa capitalista.

Segundo a autora, se utilizando das razões indolentes e cosmopolita em Santos (2002), assim se definem essas categorias de análise: ideologia inclusiva - utiliza-se da razão cosmopolita em suas práxis e alguns elementos da razão indolente (lógica mercadológica) como mecanismo para a inclusão econômica no macro sistema (Circuito Turístico da Cidade do Recife) onde predomina a lógica do mercado.

Ideologia de existência - utiliza-se predominantemente da razão cosmopolita em suas práxis para promover a emancipação do indivíduo e da coletividade. Ideologia alternativa capitalista - formas que o capitalismo encontra, observando tendências ou inventando demandas, para se reinventar, para se reerguer, para se manter hegemônico, utilizando-se e justificando-se pela razão indolente.

3 CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE DA ILHA DE DEUS

A Ilha de Deus, atualmente é composta por cerca de 1.400 pessoas que compõem 375 famílias, está inserida no Parque dos Manguezais Josué de Castro, reconhecido como uma Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPA) que mede cerca de 212,84 ha dos quais 15,3 corresponde à área ocupada pela comunidade. Localizado entre os bairros da Imbiribeira e Pina, o parque dos manguezais é banhado por três rios, o Rio Jordão, o Rio Tejipló e o Rio Pina, representando o maior mangue urbano do país (MARTINS; CASTILHO; SILVA, 2006).

Trata-se de um ecossistema rico e com funções ecológicas importantes. No limiar entre a água salgada do mar e a água doce dos rios, o manguezal oferece as condições necessárias para a reprodução de diversas espécies, é um ambiente complexo e sistêmico. Contudo, sua proximidade com a área urbana da cidade do Recife torna-o bastante vulnerável do ponto de vista ecológico.

É neste ambiente onde está localizada a comunidade da Ilha de Deus, considerada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). A comunidade ocupa uma área urbanizada de 4,5 ha, a qual soma-se uma paisagem circundante com 98 viveiros de carcinicultura (Figura 1).

Figura 1 - Localização da Comunidade Ilha de Deus



Fonte: Google Maps, 2018

O povoamento da ilha teve início no século passado, mais precisamente a partir da década de 50, quando passa a apresentar uma população mais expressiva. Localizada na Zona Sul da Cidade do Recife, essa comunidade tradicional pesqueira encontra-se a 4,3 quilômetros do Marco Zero - considerado importante centro turístico da cidade (MORAES, 2017).

A comunidade da Ilha de Deus vem resistindo, constantemente, para manter seu território. A apropriação e o uso do solo sempre foi uma questão historicamente mal resolvida no Brasil e tem se arrastado até os dias de hoje. Segundo Martins (2004), este “erro” histórico vem da forma como o processo da abolição da escravidão foi conduzido (pela elite opressora e não pelos verdadeiros interessados na questão) gerando um enorme contingente de pessoas “libertas” sem lugar para viver e sem meios de produção. Somado a isto, mais adiante, com o início da especulação imobiliária nos centros urbanos, a questão habitacional piora para as pessoas socioeconomicamente vulneráveis, que passam a ser deslocadas do seu lugar através de três mecanismos: a desapropriação pela compra do imóvel por preço irrisório, por realocação dos moradores em outros lugares distantes causando ruptura na dinâmica social e econômica das pessoas, ou ainda pelo processo de *degentrification*⁵, no qual, ocorre uma reestruturação dos espaços que eleva o custo de vida de uma determinada porção do espaço (desejada pelo capital) ao ponto de não ser mais possível para os moradores originais continuarem a viver no local.

A princípio a Ilha de Deus pareceu um local desinteressante para o mercado imobiliário, mas em 2007 quando foi apresentado o projeto de urbanização, uma iniciativa que pretendia promover uma melhor qualidade de vida para a Ilha de Deus, ouvia-se falar na construção de um condomínio de luxo que ocuparia o espaço da comunidade. Dessa forma, segundo a ONG Saber Viver em entrevista no dia 6 de novembro de 2018, os moradores tiveram receio de sair de suas palafitas com medo de não mais poderem retornar. A solução foi a realização das obras por setores, com isso, apenas parte da população era retirada.

Retomando a história da Ilha (cujo nome original era Ilha de Santo Antônio), a partir da década de 80, devido à violência, a Ilha passa a ser chamada de Ilha sem

⁵CERQUEIRA, Eugênia Dória Viana. A evolução das formas de *degentrification*: estratégias comerciais locais e o contexto parisiense. Cadernos Metrôpole, [s.l.], v. 16, n. 32, p.417-436, nov. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3206>.

Deus, nesta época a comunidade apresentava uma situação bastante precária, as casas eram de palafitas, não havia energia elétrica, saneamento básico, água potável, escola ou posto de saúde. Era uma comunidade invisível à sociedade e ao Poder Público. (Informações fornecidas por representantes da ONG Saber Viver em novembro de 2018).

A Comunidade da Ilha de Deus começa a receber atenção a partir de 1983, quando religiosos alemães, conhecem e sensibilizam-se com as condições precárias do lugar, passam a desenvolver programas sociais, promovendo, também, uma influência política e organizacional importante entre os ilhéus. Ainda no ano de 1983, é fundado o Centro Educacional Saber Viver (futura ONG Saber Viver) a partir da necessidade de:

Fomentar o sentimento de luta e organização da comunidade da Ilha de Deus, diante do maior crime ecológico já registrado em Pernambuco, promovido pela liberação do vinhoto advindo das usinas e fábricas do Estado. A instituição tem como proposta a profissionalização como garantia de emprego e renda (ICONOGRAFIA, 2014, p. 46).

O episódio descrito acima provocou uma grande mortandade de peixes devido à poluição dos rios que circundam a Ilha. Naquele momento, a comunidade foi vítima da entrada das drogas e da delinquência que se aproveitaram do isolamento da Ilha que ficou em estado de miséria e abandono pelo Poder Público.

As décadas de 80 e 90 foram de violência e medo na/da Ilha. Os ilhéus passaram a ser estigmatizados pela sociedade recifense como criminosos. Nesta época, chegou a ser registrada a ocorrência de um homicídio por mês. Apesar disto, os programas sociais da instituição alemã continuavam e, em 1994 estes custearam a construção de 65 casas de alvenaria na ilha. Neste mesmo ano, foi institucionalizada a ONG Saber Vive que, tem até hoje uma importante atuação na Ilha ao desenvolver programas sociais. Esta ONG tem coordenando a iniciativa turística de base comunitária desenvolvida pela Ilha de Deus, a partir de 2010 (dados obtidos no dia 7 novembro de 2018 na ONG Saber Viver).

É importante lembrar que em 1986 foi construída, sob o protagonismo das mulheres da Ilha, uma ponte de madeira que passou a ligar a Ilha ao continente, pois até então a travessia dos moradores era realizada por barqueiros que cobravam pela mesma (MORAES, 2017). Este fato demonstra o empoderamento das mulheres

da Ilha desde aquela época e, que tem sido importante no desenvolvimento do TBC da Ilha.

Esta credibilidade e desenvoltura que as mulheres tem conquistado na ilha de Deus, tem recebido apoio e valorização por parte dos seus companheiros e essa conquista vem sendo absorvida pelas gerações mais novas de mulheres. A partir dessa nova condição feminina cria-se uma ambiência de oportunidades, não apenas para a mulher ilhéu, mas para toda a comunidade. Isto vem materializando uma realidade diferente do que se costuma perceber em grupos sociais hegemônicos cujas inter-relações entre os gêneros ocorrem fortemente determinada pelo poder patriarcal, mesmo que “travestido com roupagens novas”, sob a lógica indolente, isso gera dificuldades no desenvolvimento não apenas das mulheres, mas para a sociedade e o território ao qual ela pertence.

Esta reflexão concede à ponte de madeira “Vitória das Mulheres” um forte aspecto simbólico, significando a construção de um elo, pelo qual, a partir de uma lógica não-patriarcal (ecologia do reconhecimento) de perceber e conceber o mundo, se torna possível criar uma sociedade com mais oportunidades (uma ponte a qual todos tem o direito de participar da construção e usufruir, que se cruza na busca de conservação e evolução da vida) para todos. Desta forma, as pessoas poderiam viver de modo mais pleno a sua condição de ser humano e resgatar o prazer e o comprometimento de se perceber como integrante e dependente de dois sistemas mais amplos, complexos e interligados, o sistema da natureza e o subsistema da comunidade humana de modo a desfrutar de uma vida mais plenamente vivida e sustentável.

Após a construção da ponte de madeira a população da Ilha passou a crescer, assim como a precariedade de sua estrutura física, pois novas palafitas foram sendo construídas no solo que se formava do acumulo das carapaças dos crustáceos consumidos pela comunidade pesqueira da Ilha.

Tratava-se de uma realidade complexa, devido às dificuldades ambientais e sociais presentes na Ilha. Apesar da poluição dos rios que banham a Ilha, proveniente dos bairros vizinhos que prejudica a atividade pesqueira, a comunidade ainda tem como principal atividade econômica a coleta e catação do sururu - crustáceo característico do mangue. Esta atividade, geralmente, rende 150 reais por semana (8 baldes por dia) (BBC-BRASIL, 2016).

A segunda atividade econômica geradora de renda para a comunidade é a criação de camarões que também garante parte da sua segurança alimentar. Não obstante o impacto ambiental que toda atividade produtiva humana acarreta, a carcinicultura tem feito parte do contexto da vida dos Ilhéus. Ao todo são 98 viveiros que foram se instalando a mais de 30 anos no entorno da Ilha (BBC-BRASIL, 2016).

Praticamente todos os viveiros pertencem e são geridos por moradores da Ilha de Deus, promovendo trabalho e renda para as pessoas do lugar. Os camarões são preparados, vendidos e consumidos pelos restaurantes e pessoas das proximidades, dos bairros do entorno. Percebe-se, na cadeia de produção e consumo de camarões da Ilha, uma prioridade dada à escala local, ao invés de um sistema de produção voltado para a exportação, isto contribui para a disseminação de uma lógica socioeconômica solidária e mais justa, porque os benefícios gerados ficam na própria localidade e, o turismo da Ilha também participa da movimentação econômica dos pescados produzidos localmente, pois toda a gastronomia servida aos turistas é comprada aos próprios pescadores da comunidade.

Em relação à realidade educacional formal da Comunidade da Ilha de Deus encontrou-se que 50,5% das crianças entre 7 e 14 anos eram analfabetas. Além disso, 51,4% dos adultos acima de 25 anos e 70% dos idosos também eram analfabetos. Estes são dados da época do projeto de urbanização da Ilha de Deus. (MORAES, 2017)

Em todo caso, percebe-se que a realidade educacional hoje da ilha tem sido bem mais diversa e dinâmica. Apesar de não terem sido entregues importantes equipamentos sociais, tais como: a creche e a estrutura de beneficiamento de pescado que, constavam no projeto original da reconstrução do governo, pois de forma indireta poderiam contribuir para a melhoria socioeconômica da Ilha e da atividade turística.

A creche poderia ser um ambiente para, desde cedo, desenvolver-se entre as crianças da Ilha sua base indenitária, ao mesmo tempo que liberaria as mães e pais para suas atividades produtivas pesqueiras tradicionais - rica fonte de aprendizado ideológico e fator aglutinador da comunidade.

Praticamente todas as crianças em idade escolar estão matriculadas e em geral os jovens da Ilha têm demonstrado interesse em aprender e se politizar.

Contudo, ainda existe uma taxa de cerca de 10% de analfabetos, principalmente entre a população idosa e um certo percentual não determinado de analfabetos funcionais. No que tange aos adolescentes, ao finalizarem o ensino fundamental II, necessitam frequentar escolas externas à Ilha (ONG Caranguejo Uçá, outubro, 2018).

A Ilha de Deus é caracterizada em Iconografia (2014) como uma localidade que possui um conceito de comunidade marcante, como pode ser visto a seguir:

É muito marcante na Ilha de Deus o conceito de “comunidade”, que está sempre sendo lembrado e falado pelos seus moradores. Esta ideia de conjunto está muito associada às lutas pelas quais as pessoas passaram juntas. É visível como os moradores na Ilha relacionam-se muito bem entre si, como eles dizem, é tudo uma “grande família”. (ICONOGRAFIA, 2014, p. 87).

Existe na comunidade da Ilha um forte sentimento de pertencimento tanto, devido, ao parentesco, quanto a vivência cotidiana próxima. Esta ambiência tanto promove a solidariedade, como gera alguns conflitos.

Retrocedendo um pouco no tempo, no ano de 1995, através da pressão popular, a Comunidade da Ilha de Deus passa a ser enquadrada pelo Poder Público como ZEIS, com isso lhe é conferido um olhar mais atento do Governo e um enquadramento da mesma.

O reconhecimento da Ilha de Deus enquanto ZEIS pressupõe o cumprimento de alguns requisitos como o uso predominantemente habitacional; população com renda média igual ou inferior a três salários mínimos; carência ou ausência de serviços de infraestrutura básica; e possibilidade de urbanização e regularização fundiária (MORAES, 2017, p. 42).

A partir do momento que a Comunidade da Ilha de Deus em 1995 passa a ser reconhecida oficialmente como uma Zona Especial de Interesse Social tornou-se urgente, devido às condições precárias, sanitárias e habitacionais na qual a comunidade vivia, que fosse feita uma intervenção urbanística no lugar pelas autoridades competentes. Contudo, após muita resistência e luta, apenas no ano de 2007 foi que o Governo Federal deu início às obras na Ilha que faziam parte do projeto de urbanização. O projeto pretendia ser inovador tanto do ponto de vista físico, na tentativa de criar uma comunidade com condições de ser autossuficiente,

como do ponto de vista social/profissionalizante, servindo como um verdadeiro projeto piloto que pudesse se tornar um exemplo que poderia ser implementado em outras comunidades.

O projeto urbanístico foi “participativo” e deu condições básicas de vida aos ilhéus (Figura 2): as palafitas foram substituídas por casas de alvenaria, a Ilha recebeu energia elétrica, água potável, ruas asfaltadas, esgotos, cisternas para armazenar água, escola Municipal, posto de saúde, rádio comunitária local, padaria, escola de remo (hoje, desativada), e foi reestruturada a Igreja e as sedes das ONGs Saber Viver e Caranguejo Uçá (CAVALCANTI, 2018).

Figura 2 - Estrutura da Ilha de Deus após o Projeto de urbanização



Fonte: Saber Viver (2018)

Mesmo após a urbanização algumas modificações ainda aconteceram. A sede da ONG Saber Viver passou a acomodar um refeitório, um hostel, sala de reuniões/palestras e o museu Frei Beda (Temporário, pois o local definido para o museu foi no Prédio do Centro Educacional Saber Viver).

A influência das freiras e padres alemães, que na década de 80 haviam se sensibilizado com a situação da comunidade contribuiu para o empoderamento dos ilhéus e ampliação da qualidade de vida. Esta ambiência que foi plasmando na comunidade tradicional pesqueira da Ilha de Deus e o desenvolvimento da

capacidade de organização, foram possibilitadoras, mais adiante, de novas reivindicações, resistências, lutas e conquistas, tal como o projeto de urbanização.

Retomando a questão educacional, um sujeito social atuante neste sentido, tem sido a ONG Saber Viver, que tem constantemente buscado parceiros, de modo a promover cursos de formação profissional para as pessoas da Ilha que tenham interesse. Inclusive esta dinâmica de profissionalização está influenciando e sendo influenciada positivamente pela iniciativa turística, como afirma a Saber Viver em sua missão:

Contribuir para a qualidade de vida da comunidade da Ilha de Deus e seu entorno. Capacitar e sensibilizar jovens e suas famílias para limpeza dos rios e o reflorestamento do manguezal da Ilha de Deus, grande Recife, Pernambuco e no Brasil, proporcionando aos pescadores e as pessoas em geral a preservação das áreas que é o meio de subsistência das comunidades pesqueiras. Realizar projetos sociais, culturais, esportivos, qualificação profissional e de meio ambiente. Atender pessoas carentes em situação de vulnerabilidade e risco social (SABER VIVER, 2018).

A ONG Saber Viver desenvolve projetos na Ilha de Deus, os quais tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, como por exemplo o Projeto Semear e Colher que tem a finalidade de trabalhar para a recuperação do mangue, replantando-o, com metas a serem alcançadas em cada período de tempo. A última meta cumprida foi encerrada no final de 2018 com o plantio de 20.000 mudas de mangue. Este projeto recebe ajuda financeira de instituições alemãs, segundo informações da ONG, em entrevista realizada em novembro de 2018.

Outro projeto realizado pela Saber Viver é “Mulheres Artesãs”, em parceria com o Governo do Estado que vem dando visibilidade a cultura tradicional pesqueira e empoderando as mulheres, bem como, gerando uma fonte complementar de renda. Outra realização que está relacionada ao turismo é o Festival de Verão da Ilha de Deus, que em novembro de 2018 realizou sua quarta edição, reunindo comunidades do entorno e alguns turistas.

Na Ilha atua uma outra ONG que merece destaque é o “Movimento Ação Comunitária Caranguejo Uçá” que, através dos seus coordenadores tem atuado na Ilha como formadora de opinião e facilitadora de diversas ações, socioculturais, ecológicas e políticas realizadas junto à Comunidade da Ilha de Deus (Figura 3). Num processo de resistência e luta este movimento tem exercido um importante

papel educativo para o exercício de uma cidadania plena entre os moradores da Ilha e pessoas externas.

Esse Movimento de resistência surgiu em 2002 com a finalidade de promover a economia verde inclusiva no território da Ilha de Deus, estimular e disseminar práticas exitosas no município do Recife e no Estado de Pernambuco, alicerçada nos pilares da educação, cultura, comunicação, tecnologia da informação e meio ambiente. (ICONOGRAFIA, 2014, p. 44).

A ação pedagógica desta ONG tem ocorrido pelos projetos que realiza e através da rádio “Boca da Ilha”, instalada na própria comunidade com o objetivo de “valorizar os artistas populares e prestar serviços à comunidade, tendo sido um dos pilares da construção do processo de conscientização e fortalecimento da autoestima da comunidade” (ICONOGRAFIA, 2014, p. 78). A realização da visita pedagógica de resistência “Teça no Mangue”, descrita em seguida, contribui para o fortalecimento identitário dos ilhéus e para a conscientização ecossistêmica.

É um encontro onde vivencia-se a história política da comunidade antropológica, social e cultural. E de uma certa maneira, também movimenta uma economia solidária em rede e criativa, mas a gente... nós do Caranguejo Uçá, nós não denominamos o Teça no Mangue como uma ação de turismo de responsabilidade social. Pelo contrário, é uma ação pedagógica de denúncia sócio-política-ambiental com o intuito de poder, de uma certa maneira transformar ou ajudar na transformação a partir da visibilidade desses espaços. (Segundo a ONG Caranguejo Uçá em entrevista concedida em 20 de novembro de 2018).

O movimento Caranguejo Uçá tem aprofundado com os Ilhéus, o sentimento de cidadania – responsabilidade social e ecológica – diante da recuperação, conservação e valorização do mangue e da cultura pesqueira.

Figura 3 - Ações da ONG Caranguejo Uçá na Ilha de Deus



Fonte: (ICONOGRAFIA, 2014, p. 78)

Este aprofundamento social e ecológico desenvolvido pela Movimento Ação Comunitária Caranguejo Uçá tem uma importância não apenas interna, mas de conscientização para além das fronteiras e dos moradores da ilha. De forma inclusiva e participativa este sujeito social tem procurado estimular o debate e a conscientização socioambiental, através da criação e realização, desde o ano de 2002, da visitação pedagógico-denúncia “Teça no Manguê”. Esta tem sido uma iniciativa diferenciada pela forma como se dá a sua prática e gestão, a partir de uma lógica contra-hegemônica. Embora não tenha ligação com a atividade do TBC realizado na Ilha de Deus, este projeto endógeno tem influência sob o TBC da Ilha, seus sujeitos e inter-relações.

4 TURISMO NA COMUNIDADE DA ILHA DE DEUS

Diante do novo contexto da Ilha (urbanizada), ideias em torno de uma iniciativa turística de base comunitária foram surgindo a partir de 2010, sob a coordenação da ONG Saber Viver, inspiradas em experiências a fins existentes em outras localidades do Nordeste e influenciada pela experiência de visitação pedagógico-denúncia endógena “Teça no Mangue”.

No ano de 2015, o professor João Paulo da área de turismo, em visita técnica com seus alunos decidiu contribuir para, junto com a ONG Saber Viver, organizar um modelo turístico com embasamento técnico para a Ilha. Em seguida, em 2016, ocorre o momento da visibilidade da iniciativa turística, quando tem início a parceria com a Catamaran Tour, empresa turística que passou a fazer o traslado de grupos de pessoas saindo do Forte das Cinco Pontas em Recife e desembarcando na Ilha de Deus.

Esta parceria foi bastante importante, pois além da promoção do Turismo de Base Comunitária, ajudou a desconstruir uma imagem negativa que se tinha da Ilha referente ao período no qual a comunidade era conhecida como “Ilha Sem Deus”.

A partir da divulgação e reorganização da atividade turística da Ilha, o número de turistas interessados em conhecê-la aumentou, de forma que, no ano de 2017, o TBC da Ilha de Deus foi convidado a fazer parte da então recém formada Rede Nacional de Turismo Criativo (RECRIA), da qual também faz parte o TBC desenvolvido pela comunidade da Bomba do Hemetério - uma outra comunidade localizada em Recife. A adesão da iniciativa turística da Ilha de Deus à RECRIA foi mais um passo em direção a ampliação de possibilidades de geração de trabalho, renda e inclusão social através da atividade turística de Base Comunitária, como promovido pela ONG Saber Viver:

O Turismo Criativo na Ilha de Deus contribui com o desenvolvimento sustentável da comunidade através das ações efetivas do turismo de base comunitária com inovação e criatividade gerando renda para os moradores locais. (SABER VIVER, Site Oficial 2018).

Na seqüência, aqui descrita, sobre a origem e desenvolvimento da iniciativa turística de base comunitária desenvolvida pela Comunidade da Ilha de Deus, chega-se ao ano de 2018, quando através da Política Pública criada pela Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer da Prefeitura do Recife é construído, ao longo do ano de 2018, junto com diversos sujeitos sociais da cidade interessados no turismo, o Plano do Turismo Criativo a ser implementado e executado durante o período de 2019 a 2021. Este Plano do Governo, que tem como “carro chefe” o Turismo Criativo, cria um espaço dentro do circuito turístico convencional da cidade do Recife para possibilitar a inclusão de outras experiências turísticas, como a de Base comunitária desenvolvida pela Ilha de Deus.

Através da coordenação da ONG Saber Viver algumas atividades turísticas alternativas às práticas convencionais vem sendo desenvolvidas pela Comunidade:

4.1 Atividades Turísticas desenvolvidas pela comunidade da Ilha de Deus

Nesta seção serão abordadas as atividades turísticas desenvolvidas na Ilha de Deus.

4.1.1 Turismo Social

Segundo Abitia (2006), o turismo social se caracteriza por ser um turismo a serviço da comunidade e não uma comunidade a serviço do turismo, esta perspectiva inversa à lógica turística mercadológica faz com que a práxis da atividade turística seja diferenciada, assim como seus benefícios para a comunidade protagonista, tais como: integração, riqueza genuína e a oportunidade da autogestão na iniciativa turística.

4.1.2 Turismo Voluntário

O turismo voluntário se caracteriza por uma relação de trocas culturais, com oportunidade de aprendizado tanto por parte da comunidade anfitriã, como também, do turista. O visitante se instala na comunidade com o objetivo de realizar trabalhos voluntários em troca de participar e contribuir ativamente no cotidiano da mesma (CAVALCANTI, 2018, p.39-40).

Esse tipo de turismo tem atraído principalmente estudantes estrangeiros e alguns grupos do sudeste do Brasil. Trata-se de uma experiência turística,

conduzida pela comunidade, na qual os intercambistas ficam hospedados no hostel da Ilha, prestando serviços à comunidade em troca de vivenciarem o cotidiano dos moradores.

A relação entre a Comunidade da Ilha de Deus e os turistas voluntários que chegam principalmente do exterior, é de troca de saberes que requer a “inteligibilidade” mútua. Valores comuns de solidariedade e humanidade em uma atmosfera de alegria comumente presentes nos Ilhéus e nos jovens intercambistas são os elos comuns facilitadores da parceria positiva entre essas pessoas, com mútuo benefício.

4.1.3 Turismo Pedagógico

O turismo pedagógico (Figura 4) é uma maneira de oferecer aos estudantes a oportunidade de conhecer melhor uma determinada região e vivenciar a história, as tradições, os hábitos e os costumes da população local, por meio de aulas práticas no próprio destino receptor (MOLETTA, 2000, p. 11).

Algumas escolas, inclusive, que servem às camadas sociais média e alta da Cidade do Recife, têm incentivado seus alunos a vivenciarem a experiência turística da Ilha de Deus, através do rio (pela empresa “Catamaran Tours” em parceria com a Saber viver) ou por terra (conduzidos pela comunidade). Durante a experiência turística os estudantes aprendem de modo não-formal, sobre cidadania, ecologia e relações humanas, através da história da comunidade e da percepção do ecossistema mangue.

Figura 4 - Exemplo de Turismo Pedagógico na Ilha de Deus



Fonte: Saber Viver (2018)

4.1.4 Turismo Criativo

Conceitualmente, este fazer turístico oferece ao turista uma experiência na qual este seja participante ativo, co-criando junto com a comunidade sua vivência turística. A peculiaridade é que se trata de um TBC, porém não apenas para ser oferecido por comunidades tradicionais ou socialmente vulneráveis (segundo Zapata, em entrevista concedida em dezembro de 2018).

A Ilha de Deus tem atendido às especificações necessárias para estar incluída na programação turística da Cidade do Recife que criou um Projeto em 2019 que contempla o Turismo Criativo) através da experiência turística “Cozinhando com Negra Linda”.

4.2 Sujeitos Sociais Envolvidos Direta ou Indiretamente Com o TBC da Ilha de Deus

O fenômeno turístico influencia e é influenciado pela dinâmica da Ilha de Deus e dos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente na atividade. A ideologia de cada sujeito envolvido seus princípios, valores e práticas estarão reforçando ou dirimindo

a sustentabilidade da iniciativa turística da Ilha que, pretende embasar-se em um fazer menos predatório (social e ecologicamente).

4.2.1 Instituição alemã - Aktionskreis Peter Beda

A Instituição Aktionskreis Peter Beda, tornou-se parceira da Ilha desde a década de 80, através de religiosas alemães que se sensibilizaram com a situação de vulnerabilidade socioeconômica da comunidade naquela época. Foi esta instituição que ainda na década de 80 ajudou a fundar a ONG Saber viver.

Segundo a Saber Viver, a única fonte fixa de recursos econômicos que a ONG recebe é desta instituição alemã, mas explica (em entrevista, outubro, 2018) que não é uma verba destinada para o turismo.

Segundo Ramos (2018), “a instituição alemã Aktionskreis Peter Beda, tem sido a mantenedora, há mais de 30 anos do projeto Semear e Colher - voltado para a educação ambiental e recuperação do mangue”. Inclusive, em relação ao projeto “Semear e Colher” a ONG Saber Viver fez uma “interface” com o turismo, criando uma experiência turística na qual os envolvidos, entre outras atividades, participam do plantio de mudas de mangue na Ilha.

4.2.2 Rede Solivida

A Rede Solivida nasceu de uma inquietação, existente entre as instituições apoiadas pelo Aktionskreis Pater Beda (considerado ‘pai’ da Ilha pelos ilhéus), oriunda do entendimento de que era necessário favorecer uma articulação entre as organizações para a superação de limitações financeiras e técnicas algumas vezes existentes nas entidades (SOLIVIDA, 2018). A Solivida tem como missão:

Fortalecer as entidades que a compõem em suas respectivas áreas de atuação, através da ampliação dos conhecimentos oriundos de suas práticas à luz da troca de experiências das organizações promovendo o diálogo entre o saber popular e conhecimento científico, contextualizando e potencializando ações em rede. Todos esses esforços visam canalizar o acúmulo de suas experiências para uma profissionalização a fim de contribuir com o desenvolvimento humano em uma perspectiva de sustentabilidade socioambiental, aproximando realidades de fronteiras e comungando humanidades. (SOLIVIDA, 2018).

Como parte da Rede Solivida a ONG Saber Viver provavelmente compartilha, em certo grau, dos mesmos valores e princípios e, conseqüentemente semelhante são os princípios da Instituição Aktionskreis Pater Beda.

4.2.3 SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

O SEBRAE é uma empresa sem fins lucrativos que presta serviços de capacitação para pequenos e microempresários apresentando a seguinte visão: “Ter excelência no desenvolvimento dos pequenos negócios contribuindo para a construção de um país mais justo, competitivo e sustentável”. (SEBRAE, 2018).

Os termos competitivo e sustentável são excludentes. Sustentabilidade requer cooperação mútua. A sustentabilidade não é uma utopia possível para relações de competitividade. Contudo, essa dicotomia é concernente, pois a empresa SEBRAE, embora preste serviços relevantes e valorosos capacitando as micro e pequenas empresas, trabalha com base no sistema capitalista.

O SEBRAE tem sido parceiro no turismo da Ilha oferecendo alguns cursos de capacitação. Inclusive através de parceria com a Prefeitura da Cidade do Recife e com a Rede RECRUA.

4.2.4 Empresa Catamaran Tours

A empresa Catamaran Tours, em setembro de 2016, firmou uma parceria com a ONG Saber Viver para fazer o traslado dos turistas até a Ilha, após o desembarque a comunidade dá continuidade a atividade turística. Trata-se de uma empresa convencional do ramo turístico, como percebe-se em seu marketing oficial:

A Catamaran Tours, é uma empresa de turismo especializada em passeios náuticos pelo litoral norte e sul de Pernambuco e pelos rios do Recife [...] A empresa se identifica como um complexo que une educação, gastronomia, diversão, cultura, negócios e lazer, pois dispomos de vários serviços como: espaço para eventos, pub climatizado, sala de eventos e loja de artesanato e restaurante, localizada às margens da Bacia do Pina, no Cais das Cinco Pontas, bairro de São José. (CATAMARAN TOURS, 2018).

Esta parceria, embora não dê um retorno financeiro expressivo para a Ilha, que fica com uma parcela pequena do que é pago por cada turista que contrata a Catamaran Tours, tem contribuído bastante em termos de visibilizar o turismo da Ilha e desmistificar ideias pré-concebidas a respeito da comunidade.

4.2.5 Rede RECRUA

A Rede Recria se identifica como um movimento de estímulo às atividades do Turismo Criativo no Brasil, que surge em maio de 2017. Em agosto deste mesmo ano, durante o Seminário “O Fantástico Mundo do Turismo Criativo”, realizado em

Recife. A iniciativa turística da Ilha coordenada pela ONG Saber Viver, durante esse seminário, assina o termo de adesão à Rede RECRÍA - que propõe integrar as experiências do Turismo Criativo e fomentar as atividades que usam o turismo como plataforma para o desenvolvimento territorial.

A RECRÍA entende o Turismo Criativo como uma forma de fazer conexões entre pessoas e experiências turísticas diferenciadas. De um lado tem-se os visitantes que desejam ter uma imersão cultural por meio de vivências mais próximas com a comunidade anfitriã, e do outro lado, tem-se pessoas que possuem seus saberes e expressões culturais, prontas para serem compartilhadas, propiciando uma imersão cultural única. (RECRÍA, 2018). Não trata-se de uma iniciativa específica para lugares e sujeitos excluídos pelo sistema hegemônico.

4.2.6 Prefeitura do Recife - Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer - Grupo de Trabalho do Turismo Criativo

Segundo matéria veiculada no site oficial da Prefeitura da Cidade do Recife, esta pretende fomentar turismo, esportes e lazer de forma integrada, democrática, criativa e efetiva, tornando o Recife uma cidade cada vez melhor para se viver e visitar (PREFEITURA DO RECIFE, 2018).

A prefeitura tem sido parceira no turismo da Ilha através da inclusão das experiências turísticas da Ilha em eventos que tem promovido. Outro modo de contribuição da prefeitura em relação ao TBC da comunidade, diz respeito a sinalização das ruas indicando a localização da mesma e através da criação da Política Pública do Plano de Turismo Criativo que tem possibilitado a inclusão de experiências turísticas criativas de base comunitária no Circuito Turístico da Cidade do Recife.

4.2.7 Intercambistas

A relação entre a Comunidade da Ilha de Deus e os turistas voluntários que chegam principalmente vindos do exterior é de troca de saberes, acontecendo, inclusive em meio ao desafio adicional da diferença de idiomas falados entre os intercambistas e a comunidade. Valores comuns de solidariedade e humanidade entre os jovens intercambistas e os ilhéus tem sido os elos facilitadores da parceria com benefícios mútuos entre esses dois sujeitos sociais.

4.2.8 outras ONGs envolvidas indiretamente no TBC da Ilha

Atuam esporadicamente na Ilha de Deus outras ONGs que realizam trabalhos assistencialistas: atividades de recreação, limpeza, plantio de mangue, recolhimento dos resíduos sólidos que atracam na Ilha. Desta forma, contribuem indiretamente para a recepção do turista que encontram uma comunidade melhor cuidada, segundo a ONG Saber Viver, em novembro de 2018.

4.3 Organização Da Comunidade Da Ilha De Deus Para A Prática Turística de Base Comunitária

A realização do turismo na Ilha de Deus pode ser feita de duas maneiras: chegando por terra ou pelo rio. Quando a chegada à Ilha é através da ponte “Vitória das Mulheres” o agendamento é realizado via e-mail, diretamente com a ONG Saber Viver, nesse caso, sob o protagonismo da comunidade e com toda a renda revertida para esta. Caso a chegada seja via catamaran pelo rio, o agendamento é feito com a empresa Catamaran Tours, que recebe a maior parcela dos rendimentos (aproximadamente 4/5 do valor pago por turista, sendo repassado 1/5 para a comunidade (segundo ONG saber Viver, outubro, 2018)). Em ambos os casos, ao chegarem na Ilha o grupo é recebido pela comunidade que passa a conduzir a atividade turística.

Os grupos que chegam por terra, atravessam pela ponte e reúnem-se no girador da Ilha, enquanto os que chegam pelo rio são recebidos no “píer” pelos condutores da Ilha. Os turistas recebem instruções do condutor, quanto a não fotografarem as pessoas da comunidade que não façam parte da atividade turística, entre outras instruções de cunho ético e ecológico.

Em seguida assistem à uma apresentação de dança do grupo Nativos da Ilha, escutam um pouco da história da comunidade e conhecem o “Centro de Artesanato das Mulheres”. Percorrem algumas ruas parando em pontos específicos para fotografarem e ouvir, das marisqueiras locais, explicações de como se dá o processo produtivo do marisco e como é a vida tradicional pesqueira da comunidade.

Durante todo o percurso ocorre a interação entre os moradores envolvidos na iniciativa turística e os turistas de modo informal e horizontal. Na sequência, o grupo segue para a sede da ONG Saber Viver, onde conhecem um pouco da história de resistência e luta da comunidade, do “Mangue Beat” e da parceria com os religiosos

alemãs, em especial, sobre o Frei Beda (considerado pelos ilhéus como o padrinho da Ilha). Eles também visitam o museu da Ilha, instalado temporariamente na sede da Saber Viver, com parte do acervo em exposição no local, que consiste de fotografias antigas e objetos que contam um pouco da história da comunidade. Em seguida, os turistas conhecem as instalações do hostel, que se localiza na própria sede da Saber Viver que tem capacidade de acomodar até trinta pessoas. Na sequência, assistem em um salão preparado para a exposição de vídeos, uma palestra ministrada pelos coordenadores do turismo.

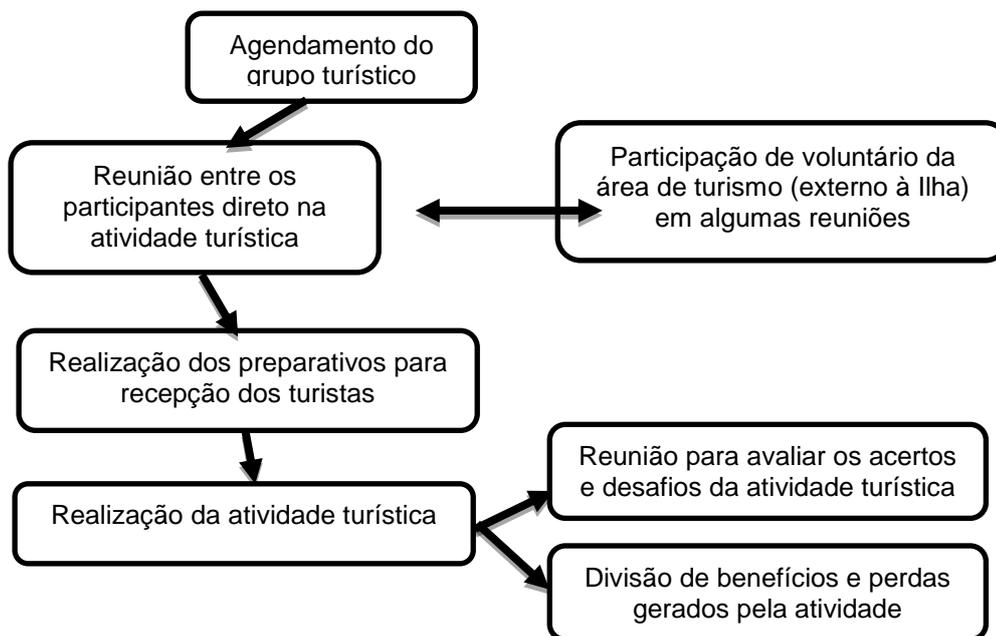
Ao término da palestra, o grupo segue para o refeitório da Saber Viver para degustar a gastronomia local feita por Negra Linda e seus colaboradores. Após a refeição, o condutor leva o grupo de volta ao píer ou à ponte para voltarem da forma como vieram.

Durante a movimentação dos turistas na comunidade, comerciantes locais oferecem aos visitantes suas mercadorias, que incluem picolé, frutos do mar, coco, artesanato, água e outros. Isto movimenta a economia local e beneficia os moradores que participam indiretamente da atividade. Aqueles que participam diretamente da atividade como: dançarinos, condutores, cozinheiros e marisqueiros, estes recebem uma parcela do que foi arrecadado de cada turista pela Saber Viver ou que foi repassado à comunidade pela empresa Catamaran Tours.

Na experiência turística criativa, oferecida pela Ilha, a única diferença é a participação, previamente combinada, do turista em oficinas de culinária local, de artesanato ou de pesca, esta última realizada com uma embarcação como a baiateira. Todas essas atividades são desenvolvidas pela comunidade, e todos os benefícios ou prejuízos são divididos entre todos que participam. Os moradores, em geral, também recebem alguma forma de benefício coletivo pensado pelos coordenadores do turismo da Ilha. Por exemplo, pode haver uma oferta à comunidade de um curso de gastronomia, distribuição de cestas básicas para a creche Saber Viver e realização de eventos ou projetos e etc. a partir da renda gerada pelo TBC.

A organização da comunidade para a atividade turística está representada no organograma (Figura 5).

Figura 5: Atividades turísticas desenvolvidas na Ilha de Deus



Fonte: Pela autora, observação direta, outubro, 2018

Na atividade de intercâmbio realizada na Ilha, a dinâmica ocorre em formato diferente. O indivíduo ou grupo fica instalado no hostel por um tempo combinado com a organização da Saber Viver. Neste período o intercambista realiza atividades voluntárias na comunidade e em troca paga uma taxa menor de estadia. Este vivencia o cotidiano da comunidade de forma mais profunda, circulando e utilizando suas instalações, prestando algum serviço que contribua para a comunidade.

Cada sujeito social, a partir do seus princípios e valores, pertence a uma das três categorias ideológicas (Quadro 7). A partir da percepção das ideologias dos sujeitos sociais envolvidos com o Turismo de Base Comunitária da Ilha de Deus, pode-se ter uma visão ainda mais nítida da capacidade inclusiva e da sustentabilidade da atividade turística da Ilha.

Quadro 7 - ideologias⁶ dos Sujeitos sociais envolvidos Direta ou Indiretamente com a iniciativa de TBC da Ilha de Deus

Sujeito Social	Ideologia
ONG Saber Viver e ONG Caranguejo Uçá (não está ligada ao TBC da Ilha, mas tem sido um movimento social formador de	Ideologia Inclusiva e Ideologia de existência, respectivamente

⁶ No quadro, entende-se ideologia como sinônimo de racionalidade

opinião importante e influente na ilha de Deus)	
Instituições alemãs	Ideologia Inclusiva
Rede Solivida	Ideologia de Existência
Voluntários no TBC da Ilha de Deus	Ideologia Inclusiva/ideologia de Existência
RECRIA	Ideologia Inclusiva
Prefeitura da Cidade do Recife	Ideologia Alternativa Capitalista
SEBRAE	Ideologia Alternativa Capitalista
Empresa Catamaran Tours	Ideologia Alternativa Capitalista
Porto Social	Ideologia Alternativa Capitalista

Fonte: a autora, 2019

As inter-relações entre a ONG Saber Viver que coordena o turismo da Ilha com os diversos sujeitos sociais, envolvidos direta ou indiretamente com a atividade, faz com que esta apresente um perfil de uma ideologia inclusiva, a partir destas diversas influencias e de sua própria finalidade.

5 MÉTODO E TÉCNICAS UTILIZADAS NA PESQUISA

Nesta seção serão apresentados o método e as técnicas utilizadas nesta pesquisa.

5.1 Natureza da Pesquisa

Foi realizada uma pesquisa de natureza exploratória com ênfase qualitativa, contudo para que mais elementos pudessem ser observados em relação ao objeto da pesquisa, considerando o tempo que se tinha e o tamanho da amostra escolhida foi utilizado uma técnica quantitativa de aplicação de questionário, os dados numéricos serviram para ampliar a análise qualitativa.

O método exploratório, segundo Gil (2008), aprofunda conceitos preliminares sobre determinada temática ainda não contemplada de modo satisfatório - como é o caso do estudo sobre a lógica que norteia o TBC - esclarecendo-o e aprofundando-o. Já a abordagem qualitativa possibilita o aprofundamento no mundo dos significados das ações e relações humanas em toda sua subjetividade que em uma análise apenas quantitativa não se desvela, como esclarece Minayo (1994). Esta abordagem é imprescindível para a percepção de “objetos” de estudo tão multifacetados, como o são as inter-relações humanas, suas práxis produtivas (a iniciativa turística de base comunitária) e a razão que as norteiam.

Devido a multidimensionalidade que envolve o fenômeno turístico no meio em que se instala - cultural, social, econômica, ecológica, política/institucional - a pesquisa foi conduzida sob um olhar interdisciplinar.

5.2 Procedimentos Metodológicos

Este estudo foi conduzido em duas etapas principais. A primeira etapa foi exploratória acompanhada do suporte da pesquisa bibliográfica, importante para situar o tema pesquisado e embasá-lo teoricamente. Na segunda etapa foi conduzida a pesquisa de campo, na qual foram realizadas observações diretas, aplicação de questionário e entrevistas semiestruturadas. Para a pesquisa bibliográfica foram consultados livros do acervo das bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco e acessados matérias jornalísticas, artigos científicos, sites e vídeos sobre a temática da pesquisa através de plataformas online.

Na etapa exploratória foi feito um reconhecimento da Comunidade da Ilha de Deus e seu contexto, através de vídeos disponibilizados na plataforma online. Em seguida, observou-se a comunidade atuando em eventos externos, oportunidade em que foram travados os primeiros contatos com as pessoas residentes na Ilha de Deus e algumas lideranças envolvidas com a iniciativa turística. Estes primeiros encontros com a comunidade ocorreram em eventos externos à Ilha: durante a oficialização do ingresso da comunidade na Rede Nacional de Turismo criativo (RECRIA) e em evento de divulgação da iniciativa turística da Ilha, realizado no Marco Zero e organizado pela Prefeitura do Recife.

Outro momento da etapa exploratória foi a observação da comunidade, desta vez, em ação interna à Ilha de Deus, durante a realização do plantio de mudas de mangue no entorno da Ilha. Naquela oportunidade estava sendo gravado um vídeo sobre a comunidade pela mídia independente “Believe in Earth”, o que foi uma oportunidade bastante enriquecedora para a pesquisa. Cada observação feita conduzia à pesquisa bibliográfica.

Ainda nesta etapa exploratória foram realizadas as primeiras entrevistas que se deu em nível informal, com a presidente da ONG Saber Viver, a qual de forma espontânea fez um relato de sua história de vida, que era também a história da própria comunidade. Neste processo, a entrevistado segue contando sua história vai fazendo inferências, críticas e reflexões. Isto gerou um material rico e profundo, não apenas do próprio sujeito social (que se escolheu pela sua importância para a pesquisa), mas da coletividade que esta representava. Travou-se um diálogo fluido entre entrevistada e pesquisadora ampliando o entendimento daquela realidade. Na sequência foi feita uma entrevista informal com o coordenador da ONG Saber Viver, bem como com alguns outros integrantes voluntários da ONG que estavam presentes no momento.

Este tipo de entrevista é o menos estruturado possível e só se distingue da simples conversação porque tem como objetivo básico a coleta de dados. O que se pretende com entrevistas deste tipo é a obtenção de uma visão geral do problema pesquisado, bem como a identificação de alguns aspectos da personalidade do entrevistado. A entrevista informal, segundo Hermanns (2006), é recomendada nos estudos exploratórios, que visam abordar realidades pouco conhecidas pelo pesquisador, ou então oferecer visão aproximada do problema pesquisado. Nos

estudos desse tipo, com frequência recorre-se a entrevistas com informantes-chaves, que podem ser especialistas no tema em estudo, líderes formais ou informais, personalidades destacadas etc.

Nesta etapa exploratória buscou-se compreender de forma integral aquele contexto social, aquelas pessoas e, ao mesmo tempo buscar a aceitação da pesquisadora pela comunidade, para melhor situar a atividade turística naquele contexto e para entender sua prática e sua lógica.

É importante lembrar que antes de dar início a etapa empírica da pesquisa foi requisitado o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) no Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco. Após o consentimento, foram iniciadas as entrevistas. O parecer encontra-se anexado neste documento.

Após a primeira etapa exploratória seguiu-se a etapa que consistiu da entrada em campo propriamente dita, que ocorreu quatro meses após os primeiros contatos, em agosto de 2017 com a comunidade. Nesta ocasião, teve início a observação direta. A observação direta é muito útil quando é dirigida ao conhecimento de fatos ou situações que tenham certo caráter público, ou que pelo menos não se situem estritamente no âmbito das condutas privadas. É, pois, muito apropriada para o estudo das condutas mais manifestas das pessoas na vida social, tais como: hábitos de compra, de vestuário, de conveniência social, de frequência a lugares públicos, etc. Como a observação direta é realizada de forma pouco sistemática, não é adequada às pesquisas que tenham por objetivo testar hipóteses ou descrever com precisão as características de uma população ou de um grupo. Desta forma, é mais adequada aos estudos qualitativos, sobretudo àqueles de caráter exploratório.

A observação direta ocorreu no período de dezembro de 2017 a setembro de 2018. Neste período houve o acompanhamento da comunidade em eventos externos relacionados ao turismo, vivência das experiências turísticas da Ilha de Deus: tour por terra, tour via catamaran, hospedagem no hostel por três dias (participando do cotidiano da comunidade). Neste período, travaram-se conversas informais que envolvia direta ou indiretamente a iniciativa turística, com a comunidade em geral, com lideranças e com uma jornalista alemã, que já conhecia a Ilha antes da urbanização e que estava hospedada no hostel para elaborar uma

entrevista sobre o turismo. Durante esta etapa foram feitos alguns registros fotográficos.

Dando continuidade, no período de setembro a dezembro de 2018, foram executadas as seguintes etapas: elaboração e aplicação do questionário à Comunidade da Ilha de Deus e a elaboração e realização das entrevistas semiestruturadas, para posterior tabulação e análise dos resultados dos questionários e transcrição e análise das entrevistas semiestruturadas.

A princípio, com a aplicação do questionário, se pretendia realizar a técnica dos Círculos de Diálogo para o aprofundamento da percepção de como ocorre a atividade turística e a lógica norteadora na visão da comunidade. Segundo Pranis (2005), “os Processos Circulares dão suporte às partes, construindo espaços para suas demandas, onde todos podem se expressar, firmando um compromisso com a não-violência e restaurando a confiança mútua”. Seriam escolhidos, com base nas respostas dos questionários, dez pessoas para participarem do Círculo de diálogo, contudo, devido ao tempo disponível e ao estado de receptividade, naquele momento, da comunidade, julgou-se que não seria possível a execução da técnica dos Círculos.

Houve uma outra modificação nesta fase, que foi em relação ao uso da técnica de questionário ao invés da aplicação de formulário. Com a aplicação de formulários se pretendia ouvir toda a população da Ilha de Deus em relação a prática do turismo, pois seriam apenas entregues nas residências para recolhimento posterior, tornando-o um processo mais rápido e, desta forma, se poderia cobrir toda a Ilha, mas provavelmente não haveria um interesse por parte dos moradores em responder o formulário, optou-se então pelo questionário aplicado pela própria pesquisadora.

Por outro lado, a técnica do questionário requer que o mesmo seja respondido no momento da aplicação, com isso o processo se torna mais lento. Contudo, segundo Gil (2008) a técnica de formulário ou mesmo o questionário possibilita atingir um grande número de pessoas em pouco tempo.

A aplicação do questionário, que se encontra no Apêndice A, pretendeu perceber a forma como o turismo é feito na Ilha de Deus a partir de dados numéricos para a ampliação da análise qualitativa. Neste sentido, foram utilizados como

critérios para escolha dos respondentes voluntários: pessoas residentes na Ilha desde 2010, período em que o turismo passa a se estruturar na comunidade e maiores de dezoito anos (não necessitando do consentimento dos responsáveis para responder ao questionário).

O questionário constou de 12 perguntas, das quais seis eram perguntas abertas e seis eram perguntas fechadas. As primeiras tratavam do perfil do respondente. Na sequência abordava-se sobre a prática turística, a governança e por fim abordava-se sobre a relação interpessoal entre comunidade e turistas.

No dia 29 de outubro foi aplicado um pré-teste do questionário, após o qual se decidiu substituir duas questões que não pareciam resultar em respostas pertinentes à questão pesquisada. Nos dias 31 de outubro, 1 e 2 de novembro, feita as devidas correções, foram aplicados 100 questionários na comunidade, sendo um por residência.

A Ilha de Deus é composta por 354 residências, como visto anteriormente, a aplicação do questionário em 100 residências equivale numericamente a uma amostra suficientemente expressiva que amplia-se por dois critérios adicionais de escolha dos respondentes, um dos critérios foi que os questionários fossem divididos de modo a serem aplicados em todas as ruas da Ilha, os respondentes abordados eram aqueles que estavam nas calçadas de suas casas (Figura 6) (técnica do fácil acesso), contudo, no momento da abordagem, a pesquisadora procurava perceber se tratava-se de uma “pessoa chave”, que demonstrava ter conhecimento acerca do posicionamento dos vizinhos próximos quanto à questão do turismo na Ilha.

Os questionários foram aplicados em um prazo de três dias, optou-se pela companhia de uma residente da ilha durante sua aplicação, de modo a facilitar o acesso às pessoas e gerar mais confiança e disposição em responder. As pessoas eram abordadas nas calçadas de suas residências. Esta etapa transcorreu sem nenhum problema.

Em seguida, as respostas dos questionários foram tabuladas e analisadas. Foi interessante observar que a escolha pela aplicação de questionário, embora mais trabalhosa do que seria com o uso de formulário, promoveu uma percepção mais rica sobre a questão estudada, pois o contato direto com cada indivíduo

permitiu perceber através da linguagem do corpo, do olhar, subjetividades mais profundas, em relação à questão em análise. Santos (2002), explica que a homogeneidade de cada cultura existe apenas quando vista de longe, mas ao aproximarmos-nos, percebemos uma maior variedade de opiniões e sentimentos dos indivíduos em relação a uma mesma questão e, se pode entender melhor a imagem coletiva que a comunidade vai decidir assumir para o mundo.

Figura 6 - Momento da aplicação do questionário



Fonte: A autora, outubro de 2018.

A pesquisadora foi procurando, de forma mais intuitiva e subjetiva, perceber, entender e refletir sobre a prática do turismo da ilha e a racionalidade que a norteia, até mesmo pelo caráter exploratório da pesquisa, observando a comunidade em variados eventos relacionados à atividade turística: eventos organizados pela Prefeitura da Cidade do Recife; eventos socioculturais internos, organizados pelas lideranças da própria Ilha; recepção de grupos de turistas; recepção de ONGs em ações socioambientais; gravações de entrevistas para diversas instituições e em suas atividades cotidianas.

As percepções, informações, necessidades e dificuldades que chegavam iam conduzindo os passos seguintes da pesquisa. As perguntas do questionário basearam-se nas características do TBC, suas características de sustentabilidade e na teoria sobre os procedimentos sociológicos das Ausências, das Emergências e do Trabalho de Tradução por Santos (2002).

Com este intuito, foram elaboradas algumas perguntas que abririam caminho para acessar as respostas necessárias e ao mesmo tempo permitir uma abordagem ainda mais ampla pelos respondentes, como recomenda Bauer; Gaskell (2010), explicando que o roteiro de entrevista deve nortear o pesquisador, mas ser usado com flexibilidade suficiente para permitir acolher temas concernentes que surjam no transcorrer da entrevista.

Caso fosse necessário algumas perguntas mais específicas seriam feitas para retomar o foco, se não, a opção seria por uma entrevista mais fluida, sem muitas interrupções. Como os respondentes selecionados eram pessoas com conhecimento e experiência no tema da pesquisa as informações fornecidas não necessitavam de muitos questionamentos.

Tratou-se de optar por perguntas “condutoras” capazes de trazer à tona nas falas a percepção de diversos elementos e características do turismo e da racionalidade, importantes para a análise e explicações.

As entrevistas ocorreram em dias úteis da semana, no próprio ambiente onde os entrevistados costumam realizar suas atividades profissionais e foram gravadas, com o consentimento deles, de modo que o conteúdo da conversa pudesse ser acessado várias vezes e com minúcia para transcrição e posterior análise de conteúdo.

No geral, as entrevistas transcorreram de forma tranquila e com os respondentes se mostrando bastante prestativos e dispostos a contribuir com a pesquisa. Um ocorrido pontual na Ilha, nesta etapa, foi uma atitude individual na tentativa de controlar as informações que seriam apresentadas no material final da dissertação que foi compreendido pela pesquisadora como algo particular que não representava o perfil característico da comunidade ou de suas lideranças.

No momento da situação, a pesquisadora procurou ouvir com respeito evitando emitir qualquer julgamento sobre o que estava sendo dito, assumindo que aquela era uma necessidade de se fazer ouvir. Ao final da situação ouve um pedido mútuo de desculpas e superação do ocorrido.

Superada a situação anterior descrita, retomou-se ao foco para a condução das entrevistas com alguns sujeitos com a iniciativa turística da Ilha de Deus. A pesquisadora optou por contatar pessoalmente cada entrevistado potencial para

solicitar a participação na pesquisa e agendar local, dia e hora mais convenientes para os respondentes.

Após a realização da primeira entrevista, em momento de orientação com a professora, se percebeu que era preciso reformular as questões para focar exatamente no que se precisava acessar e dividi-las em categorias, perfil dos indivíduos, TBC, governança, economia solidária e racionalidade. Feita as devidas correções deu-se início as entrevistas.

Antes de iniciar cada entrevista, eram feitas as apresentações pessoais, para reconhecimento mútuo e travado um clima amistoso capaz de promover o bom andamento da pesquisa. O entrevistado era informado sobre de que se tratava a pesquisa e que suas informações seriam sigilosas, bem como, sua identidade, se assim fosse requisitado. Apresentando-lhe o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) para sua leitura e consentimento de participação, pedindo-lhe permissão para dar início a gravação. Esses cuidados e gentilezas segundo Hermanns (2004) são necessários para que se obtenha a confiança do entrevistado e este se interesse em colaborar.

No transcorrer das entrevistas, em geral não foi necessário fazer interrupções para retomar o foco e algumas vezes a pergunta seguinte já havia sido dada pelo entrevistado. Isto ocorreu porque as pessoas selecionadas para participar demonstraram ser conhecedores e entusiastas dos temas abordados, dando fluidez, precisão e descontração a tarefa, o que confirmou que os critérios considerados para escolha dos entrevistados foram acertados: ser conhecedor do tema e ter interesse em contribuir com a questão pesquisada. As entrevistas realizadas com sujeitos externos à Ilha de Deus seguiram basicamente este mesmo perfil aqui descrito.

Dentre os sujeitos sociais que se julgou importante entrevistar, a entrevista só não foi possível com o grupo que englobava os turistas voluntários (intercambistas), pois durante o desenvolvimento da pesquisa não existiu essa oportunidade e, por isso fez-se uso de dados secundários, pois a percepção deste sujeito ampliava a análise em curso.

As entrevistas com as pessoas da Comunidade e com os integrantes da ONG Saber Viver, concentraram-se principalmente no período do dia 1 até o dia 4 de

outubro, quando a pesquisadora ficou instalada no hostel da Ilha de Deus. Foi um momento de imersão no cotidiano da Ilha e da Saber Viver, coordenadora do turismo, propiciando uma visão dos “bastidores” da prática turística

Findado o período de imersão na Ilha, durante a análise de conteúdo, sentiu-se a necessidade de retornar no mês de dezembro para uma outra entrevista com o coordenador da ONG Saber Viver, de modo a complementar as informações necessárias para a análise.

Na sequência, julgou-se importante realizar entrevista com um membro da RECRIA e da Prefeitura da Cidade do Recife, esta entrevista ocorreu no dia 14 de dezembro de 2018. Foi uma hora de gravação com informações fundamentais para a pesquisa, contudo ocorreu um imprevisto, ao acessar a gravação posteriormente a pesquisadora percebeu que o registro não havia sido feito, porque o aparelho, no qual foi realizada a gravação estava com a memória cheia e com isso o comando para salvar o material não funcionou.

Este incidente foi contornado, de duas formas, recorrendo-se ao registro na memória das informações prestadas e ao material impresso recebido no dia da entrevista, que contemplava a maior parte das informações, não sendo necessário, até mesmo, devido ao tempo curto e a disponibilidade da entrevistada refazer a entrevista. O material das entrevistas foi organizado para se dar prosseguimento a etapa seguinte que seria a transcrição dos áudios.

A transcrição do material gerado pelas entrevistas semiestruturadas, foi realizada por outra pessoa especializada para a tarefa, conferido com minúcia pela pesquisadora e checado comparativamente com os áudios, para dar maior segurança com a fidedignidade entre o material transcrito e gravado.

Na sequência, com o material das entrevistas transcritos em mãos e checada a sua fidedignidade, deu-se prosseguimento à etapa de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2006), nesta técnica o pesquisador procura dividir a fala dos entrevistados em unidades de significação e reduzi-la ao essencial e primordial para em seguida interpretar e correlacionar as unidades entre si, para elaborar hipóteses explicativas para o problema em estudo, que no caso desta pesquisa é explicar a racionalidade que norteia a iniciativa turística da Ilha de Deus.

Neste sentido, foi feita uma organização e tabulação dos dados obtidos. Em seguida passou-se para a análise das transcrições das entrevistas, procurando trechos que representavam categorias específicas de conteúdos nas falas a partir de sujeitos e contextos chave para cada categoria, de modo a identificar os princípios, ideologias e racionalidades presentes na experiência turística.

Ao final da etapa de organização e análise dos dados e informações colhidos em campo, em toda pesquisa científica, é preciso que se adote alguns critérios de qualificação da pesquisa de modo a conferir a mesma validade e confiabilidade. Para tanto, na questão da confiabilidade, que segundo Hermanns (2004) diz respeito a consistência das informações, neste sentido, se procurou garantir que as pessoas que forneceram as informações eram conhecedoras do tema tratado e íntegras. Outra manobra utilizada foi garantir que o que foi transcrito nas entrevistas eram concernentes com o que foi relatado e que os trechos e análises do texto final não apresentava incorreções, inclusive ortográficas (através de envio do material para correção ortográfica profissional).

No critério de validação foi utilizado a triangulação que consiste em se fazer uso de diferentes fontes para a obtenção dos dados, informações diversificadas e validação (HERMANNNS 2004). Nesta pesquisa, utilizou-se fontes diversas para acessar as informações: observação, entrevistas, vivência turística, pesquisa bibliográfica, acesso online à informações, fontes secundárias sobre os principais temas.

Foi uma prática adotada pela pesquisadora de, além das perguntas centrais, procurar obter a maior diversidade possível de informações sobre o contexto em questão, até mesmo para poder obter uma visão integrada. A validação das entrevistas se deu a partir do retorno do material transcrito para análise e confirmação dos entrevistados.

6 RACIONALIDADE DA INICIATIVA TURÍSTICA DA ILHA DE DEUS

Neste capítulo estão dispostos os resultados ao qual se chegou a partir da análise das informações reunidas através das diversas etapas da pesquisa do fenômeno turístico da Ilha de Deus: observação direta; vivência da experiência

turística; aplicação de questionário à comunidade; entrevista semiestruturadas com diversos sujeitos sociais envolvidos com a atividade turística da Ilha e da análise de conteúdo. Para explicar a racionalidade que norteia a iniciativa turística desenvolvida pela Ilha, seguiu-se respondendo a cada objetivo específico; identificação do TBC; como são as práticas no TBC, como a comunidade se organiza (a governança) e a relação da racionalidade com a inclusão social e sustentabilidade da atividade.

Neste sentido, foram aplicados 100 questionários (cada questionário representando uma família, uma residência da Ilha) de um universo total de 354 residências, dado fornecido pela ONG Caranguejo Uçá, em entrevista no dia 13/11/2018. Praticamente todas as ruas da Ilha de Deus foram percorridas para a aplicação do questionário. Isto possibilitou a verificação da existência de participantes no turismo e sua distribuição no espaço. Este material, inclusive, possibilita um mapeamento posterior, mostrando a distribuição da participação no turismo pelos moradores, para um possíveis desdobramentos da pesquisa. O questionário (Apêndice A) continha 12 perguntas, das quais 6 eram perguntas fechadas e 6 perguntas abertas de resposta simples.

Apresentam-se os resultados que foram gerados a partir do questionário, seguido das análises quanto à forma de turismo realizada na Ilha de Deus para em seguida analisar e explicar a racionalidade que o norteia. Neste intuito, foi verificada a prática da Economia Solidária e da Boa Governança no desenvolvimento da iniciativa turística da Ilha.

Tanto a Economia Solidária como a Boa Governança estruturam-se a partir de uma racionalidade alternativa à racionalidade hegemônica, ademais a explicação de como elas acontecem na atividade turística.

6.1 Resultados do questionário aplicado à comunidade da Ilha De Deus

Os sujeitos da pesquisa foram os moradores da Comunidade da Ilha de Deus que atendiam aos critérios: ser morador da Ilha de Deus pelo menos desde 2010 e ser maior de 18 anos. Tratou-se de uma amostra não probabilística que consiste em selecionar uma parcela da população que seja mais acessível (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018).

Embora amostras não probabilísticas sejam processos subjetivos, cujo erro não pode ser estimado, o efeito do uso deste tipo de amostragem pode ser considerado equivalente ao de uma amostragem probabilística (PORTAL EDUCAÇÃO, 2018), influenciado pelo conhecimento do pesquisador sobre o objeto de pesquisa, o tamanho da amostra selecionada, a escolha de pessoas chave como respondentes.

A ampliação da magnitude do depoimento de cada respondente através do questionamento acerca do conhecimento dos mesmos sobre a opinião dos seus vizinhos próximos a respeito das questões abordadas. Como a maioria dos respondentes eram do gênero feminino (o que ocorreu ao acaso) estas pareciam ser mais conhecedoras e mais dispostas a responder de modo detalhado, inclusive, ampliando a percepção que o questionário permitia, quando comparadas aos respondentes do gênero masculinos.

O resultado da análise dessa amostra inicia-se no (Quadro 8), no qual apresenta-se a distribuição espacial dos participantes no Turismo de Base Comunitária da Comunidade da Ilha de Deus, relacionando as ruas com o número de respondentes por rua, o número de residências habitadas por pessoas envolvidas na atividade turística e o número total de pessoas trabalhando no turismo por rua percorrida e suas funções.

Quadro 8 - Participação no turismo da Comunidade da Ilha de Deus

Rua	Nº de respondentes por rua	Nº de residências por rua onde pessoas trabalham no turismo	Nº de pessoas trabalhando no turismo	Função
São Paulo	37	3	4	2 dançarinos 1-comerciante 1-marisqueira (palestrante sobre seu trabalho para o turista)
Santo Antônio	2	0	0	
São Geraldo	2	0	0	
Das Flores	9	3	3	1 Condutora 2 monitores
Vila Neto	13	1	1	1 Comerciante
Travessa São Marcos	7	0	0	
Dos Pescadores	12	2	4	1 Dançarina 1 Cozinheira 1 Monitor 1 Comerciante
São José	18	3	4	2 Comerciantes 1 Cozinheira 1 Dançarina

Fonte: Pesquisa direta, outubro de 2018

As três primeiras perguntas do questionário registraram o perfil dos respondentes. Entre as pessoas abordadas, a maioria tinha idades entre 18 e 39 anos.

A predominância de mulheres respondentes se deu ao acaso, mas explica-se pelo fato de que no momento da aplicação dos questionários a maioria dos homens estavam fora, em suas atividades pesqueiras, ou não se sentiam confortáveis em responder ao questionário. Contudo, como as mulheres da Ilha são bastante empoderadas e conhecedoras do cotidiano da mesma, conseguiram aprofundar e inclusive ampliar o alcance de percepção da pesquisa.

A predominância de respondentes jovens, em idade produtiva, foi importante, pois permitiu que se percebesse a influência do turismo da Ilha na situação socioeconômica dos moradores. Contudo, a reflexão e depoimento dos mais velhos possibilitou a percepção da influência do turismo na questão indenitária da Ilha e na

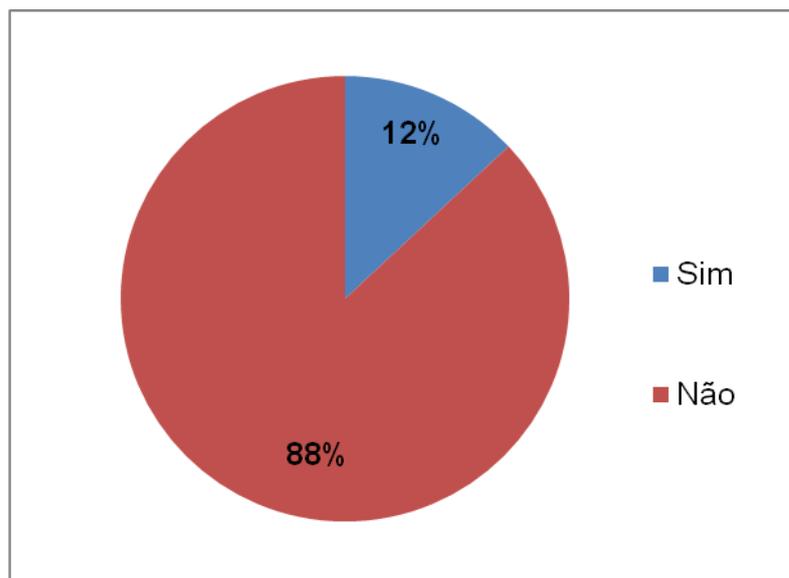
percepção do caráter complementar da atividade turística em relação às atividades tradicionais, bem como, das mudanças ocorridas no cotidiano dos moradores.

Como o Turismo de Base Comunitária da Ilha de Deus, tem início a partir de 2010, considerou-se o universo de pessoas mais antigas, com mais de 8 anos de residência na mesma. Em geral percebeu-se que independente de gênero e idade os integrantes desta comunidade demonstravam empoderamento e forte sentimento de pertencimento. Contudo em alguns momentos, expressaram-se de maneira mais crítica em relação a iniciativa turística. Mas era perceptível nas entrelinhas de falas e nos olhares, tanto da comunidade como entre suas lideranças, a demonstração de um anseio pela retomada da união existente em outros tempos. Isto, inclusive poderia ampliar os benefícios do TBC e a qualidade de vida da comunidade de forma geral.

Alguns conflitos existentes na comunidade, tendem a enfraquecer a solidariedade entre os moradores. Procedimentos que viabilizem o encontro autêntico podem fortalecer o espírito comunitário e ampliar os benefícios gerados pela atividade turística.

Em relação às questões 4 até a 7 e às questões 9 e 10 do questionário, estas tiveram a finalidade de identificar as práticas turísticas na Ilha de Deus pela perspectiva dos moradores. A partir das informações obtidas, percebeu-se que das 12 residências que participam do turismo da Ilha, do universo de 100, (Gráfico 1) chegou-se a um número de 16 pessoas com oportunidade de trabalho e renda, sendo gerados pelo turismo.

Gráfico 1 - Participação no Turismo



Fonte: Pesquisa direta, outubro de 2018

Trata-se de uma participação expressiva da comunidade, o que é uma característica do Turismo de Base Comunitária, apesar de trata-se de uma atividade de pequeno porte, sazonal e complementar.

Existe uma capacidade de suporte que precisa ser respeitada quanto a expansão da atividade turística na Ilha, o que reforça ainda mais a constatação de que se trata de uma participação alta na atividade, embora a comunidade assim não o perceba, por que os benefícios indiretos são mais expressivos numericamente, porém menos perceptíveis.

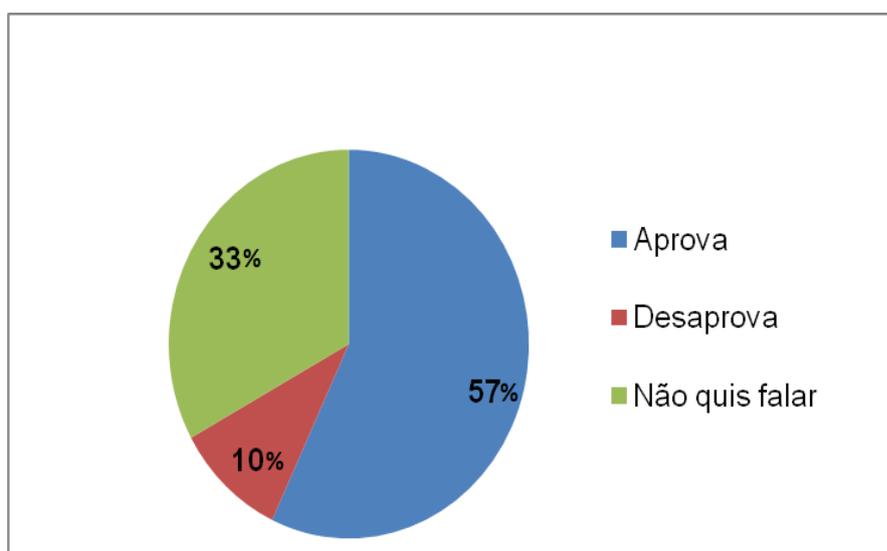
As 16 pessoas identificadas com participação no turismo desempenham seis diferentes tipos de funções, conforme visto no Quadro 8. Percebe-se que a função com maior número de participantes é a de comerciante, com um total de 5 pessoas (31,25%). Então o turismo indiretamente tem movimentado a economia da Ilha e tem gerado renda e trabalho para um maior número de pessoas do que muitas vezes é percebido pelos moradores. Em segundo lugar em participação está a função de dançarino, com 4 pessoas. (Aproximadamente 25% em cada função), provavelmente, esse resultado, tem a influência do incentivo que é dado ao desenvolvimento à cultura na Ilha pela instituição parceira alemã, bem como pelo interesse que os turistas demonstram diante das apresentações.

A função de monitor tem sido uma oportunidade para os jovens da Ilha conseguirem uma renda extra para ajudar suas famílias, e representa a terceira função mais presente no turismo. Já a função de marisqueira é realizada por uma pessoa mais velha e conhecedora da história da comunidade e do processo de mariscagem. Em relação as cozinheiras, estas desempenham um papel importante no turismo que é a de divulgar a gastronomia tradicional pesqueira local.

Apesar do percentual de participantes no turismo encontrado ter sido de 12%, o percentual de aprovação do turismo pelos moradores é bem maior (Gráfico 2). Os motivos principais desta aprovação reportados pelos moradores foram a visibilidade, geração de renda e a oportunidade de socialização com o turista. De forma menos expressiva foram considerados os benefícios sociais para os jovens. É importante registrar que alguns moradores mesmo aprovando o turismo se consideravam excluídos da atividade, mas julgavam-na importante.

Entre os 10% que desaprovam o turismo 2/3 alegaram que não aprovam, porque não fazem parte da atividade. Os outros 1/3 apresentaram os argumentos de não terem informação sobre o turismo da Ilha e de não concordarem com a forma como está sendo feito.

Gráfico 2 - Aprovação da atividade turística pela comunidade



Fonte: Pesquisa direta, outubro de 2018

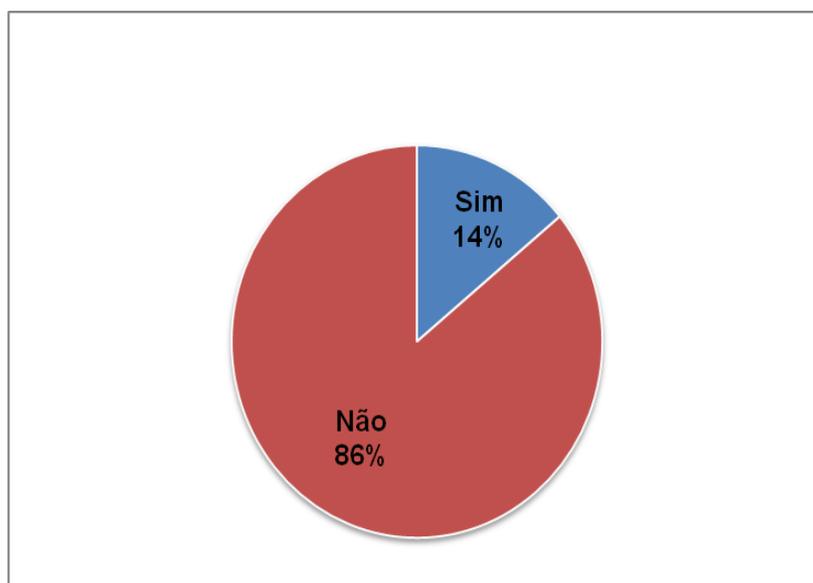
Chama a atenção no gráfico obtido o percentual de 33% de moradores que não quiseram emitir opinião. Como existem duas ONGs, que são as lideranças mais expressivas na Ilha, cada uma com uma opinião diferente em relação ao TBC, isso

possivelmente pode influenciar os moradores que tendem a se dividir em torno de uma das ONGs. No que diz respeito a atividade turística e como o TBC tem sido coordenado pela ONG Saber Viver, aqueles que se identificam, com a visão sobre o turismo da ONG Caranguejo Uçá, pedagógico-denúncia, preferem abster-se do que ir contra o espírito de solidariedade existente na Ilha.

A aprovação expressiva do TBC não se reflete na participação em reuniões relacionadas ao turismo, cujo percentual é mais próximo daquele que expressa o percentual das pessoas que estão obtendo trabalho e renda com a atividade. Como mostra o (Gráfico 3).

Segundo João Paulo (entrevista, Março, 2018) no início da estruturação do turismo em 2015, a participação dos moradores nas reuniões sobre o turismo, era muito maior (cerca de 80 pessoas) mas, com o tempo as pessoas foram desinteressando-se e hoje praticamente participam das reuniões somente os moradores da comunidade que fazem parte da ONG Saber Viver, que é quem coordena o TBC da Ilha.

Gráfico 3 - participação da comunidade na tomada de decisão no turismo da Ilha de Deus



Fonte: Pesquisa direta, outubro de 2018

Participação” é algo que se aprende e, o TBC pode, inclusive, contribuir para ampliar a capacidade de participação dos Ilhéus. De modo que, estes, ao passo que forem autogestando as atividades possam ampliar a capacidade de organização de

resolução de conflitos, da qualidade e nível de participação. Trata-se de uma comunidade empoderada, mas com alguns conflitos relacionados ao TBC, que acabam por diminuir a contribuição que o turismo poderia propiciar para o desenvolvimento do território.

Quando se fala em desenvolvimento de um território há de se considerar as questões objetivas, mas também as subjetividades, as inter-relações, a “teia” de sujeitos que participam de determinada atividade e a qualidade de suas relações. As questões 11 e 12 do questionário pretenderam acessar na comunidade da Ilha justamente essa componente subjetiva, através da percepção do sentimento dos ilhéus em relação a presença do turista em seu lugar-de-vida.

Entender que são o sentimento e a emoção as primeira e mais importantes etapas do “Trabalho de Tradução”, para a inteligibilidade entre a diversidade, justifica e explica a busca por esta informação e apresenta o primeiro passo para possibilitar as “ecologias” se processarem. O sentimento e a emoção são partes essenciais e integrantes do ser humano e se fazem presentes nas relações entre as pessoas e destas com o meio ambiente.

É através desses canais que se abrem os caminhos para o encontro, para a inteligibilidade entre as culturas diversas, entre os interesses socioeconômicos diversos em direção a finalidade para a qual não é possível ser diverso, qual sejam a decisão pela sustentação da vida e por sua evolução. Neste intuito maior é que se busca comprovar que arranjos produtivos norteados por outras lógicas alternativas podem ampliar a capacidade do ser humano de plasmar um mundo material e imaterial com maior probabilidade de sustentação da vida.

As respostas para esta pergunta foram agrupadas em categorias com base na análise do conteúdo de cada fala dos 100 respondentes voluntários ao expressarem seu sentimento de se sentirem bem ou mal com a presença dos turistas na Ilha de Deus. As categorias foram determinadas de acordo com a variedade de respostas que foram obtidas.

Ao mesmo tempo que a maioria dos respondentes disseram sentirem-se bem em relação a presença do turista, houve um percentual de 40% de moradores que não quiseram se posicionar e demonstraram um sentimento de indiferença quanto a presença do turista na Ilha de Deus.

Por outro lado, percebeu-se, na vivência do “IV Festival de Verão da Ilha de Deus” que existe um sentimento de solidariedade forte na alma de cada ilhéu, pronto para emergir que, talvez se explique através das palavras do representante da ONG Caranguejo Uçá, em entrevista no mês de outubro de 2018:

A Ilha ela é urbana, mas ela tem muito sentimento do interior, do pessoal lá do passado que vinha com uma carga de paz muito profunda e isso é de uma certa maneira trabalhada de geração em geração, a gente não deixa se perder isso...sabe?...Das nossas origens. Por mais urbana geograficamente que a Ilha seja, a gente traz esse sentimento de paciência, de um convívio mais próximo de solidariedade, a Ilha é solidária pra caramba (EDSON FLY, outubro de 2018).

Existe uma ambiência favorável para um Turismo de Base Comunitária que se revelou de forma subjetiva, através da percepção na comunidade da cooperação, da solidariedade, do pacifismo, do gosto pela dança, música, canto, poesia e “jeito de ser” da cultura local.

A comunidade assume e se orgulha de sua identidade tradicional pesqueira e a “toma para si”, a partir de um processo de conscientização paulatino, a responsabilidade ambiental, por habitar o maior ecossistema de mangue urbano do país, que poderia ser contexto facilitador do exercício da cidadania. Existe na comunidade um certo protagonismo de nascimento, um certo direito a ter deveres, porque ser protagonista é ser chamado ao dever (devir - o que está por vir), é quando se sai do estágio de vítima, de subalternidade onde a energia se esvai na infundável tarefa de clamar todo tempo por direitos, que é o início do processo de tornar-se cidadão, não apenas incluído, mas um cidadão, proativo no planejamento, na transformação, na tomada decisão da própria vida e da coletividade.

Existe por parte da Comunidade da Ilha de Deus a valorização da “festa” que tem sido importante meio de visibilizar a cultura local e unir a comunidade. No IV Festival de Verão realizado pela Ilha de Deus em novembro de 2018, foi possível observar esta característica. O envolvimento, a participação, o gosto, entre todas as gerações pela música, pelo canto, pelo teatro, pelo jeito local. Foi um momento onde percebeu-se mais do que cooperação, mas um reconhecer-se, um apoio mútuo “para além da luta”, na “festa”, que segundo Águas (2013), também é resistência, uma forma espontânea e eficaz de estimular a solidariedade. O usufruto do ócio criativo pela própria comunidade, em um evento que poderia, a partir da

predominância de uma lógica do capital, ter sido reduzido a apenas mais uma mercadoria à ser vendida ao turista.

Durante a preparação e no usufruto da festa, fora da dicotomia do ganhar e perder, ficou mais perceptível um protagonismo, uma capacidade interna de organização para a promoção de experiências geradoras de benefícios coletivos, da inclusão. Benefícios não apenas de natureza material, mas ideológica que não destrói ou descaracteriza sua base cultural ou natural. A partir desta observação, desvelou-se, para a pesquisadora, de forma subjetiva uma ambiência na comunidade propiciadora para a sustentabilidade à prática do TBC, cujo valor de sustentação fundamental é a solidariedade.

6.2 Identificação do TBC na Iniciativa turística da Ilha de Deus

Em relação à participação no turismo, segundo João Paulo, em entrevista em março de 2018, no início da estruturação do TBC no ano de 2015, momento em que foram realizados muitos encontros na sede da Saber Viver para discutir sobre a questão do turismo na Ilha, chegaram a participar dos encontros cerca de 80 pessoas da comunidade. Contudo, com o tempo passou a se restringir as pessoas ligadas a ONG Saber Viver, que fazem parte de forma direta da iniciativa turística da Ilha. Embora o índice de aprovação do turismo na Ilha seja alto, muitos não demonstram interesse em participar, por mais que seja importante para todos terem uma renda extra, não existe uma vocação para atuar no ramo turístico em toda comunidade.

A Gestão e organização para um turismo que gere benefícios mais amplos na comunidade parte de uma consciência dos próprios integrantes que não se desenvolvem uma atividade turística sozinhos, trata-se de uma construção coletiva. Os ilhéus valorizam o princípio de que não se deve dar o “peixe”, mas ensinar a quem quiser aprender, como “pescar”. Mesmo existindo esta visão entre os coordenadores da atividade, o benefício gerado pelo turismo tem sido repassado, também, à comunidade em forma de projetos sociais, equipamentos para uso coletivo (como os equipamentos para fabricação de artesanato) e de assistência social.

No que concerne à integração, à dinâmica local da atividade turística, por se tratar de uma iniciativa de pequeno porte, pela sazonalidade e pela procura pelo roteiro por parte dos turistas percebeu-se que a atividade turística tem sido desenvolvida na Ilha de forma complementar integrando-se as demais atividades produtivas e ao cotidiano da comunidade. Como percebe-se na fala de um representante da ONG Saber Viver:

O turista vem procurar uma coisa que ele não vê no dia a dia, ou seja, a preparação do sururu, tratando do peixe, cuidando do marisco, preservando e plantando mangue, eu acho que é muito interessante e importante porque eles vêm procurar isso que eles não vêem em outro lugar (ONG Saber Viver, outubro de 2018).

Esta integração do turismo à dinâmica da comunidade tem sido organizada através do agendamento dos turistas e do planejamento da atividade de forma coletiva. Trata-se de uma comunidade organizada e empoderada e, embora o grupo envolvido diretamente com o turismo não seja grande, com exceção do voluntário da área de turismo, João Paulo, todos pertencem a comunidade e, são os tomadores de decisão na iniciativa, trata-se de um turismo planejado e gerido pela comunidade local. Como explica o professor de turismo e voluntário na organização da iniciativa turística da Ilha de Deus:

[...] a Saber Viver, como eu falei, tem um poder de mobilização muito grande, então hoje as reuniões que são feitas em relação à questão do turismo – normalmente a gente faz uma reunião por mês na Saber Viver e não participam mais as 80 pessoas (do início), sabe? Obviamente que esse processo de participação acaba se dispersando [...] Mas a gente tem ainda o envolvimento de liderança-chave da comunidade nesse processo de construção. E a comunidade tá muito consciente de tudo o que funciona lá do ponto de vista turístico. (JOÃO PAULO, março de 2018).

A autogestão é característica fundamental de uma iniciativa turística de base comunitária e, a observação direta atestou esta característica presente no turismo realizado pela Ilha de Deus, como mostra a figura 6.

Figura 6 - Reunião do Grupo de Turismo de Base Comunitária da Ilha de Deus e alguns parceiros na sede da Saber Viver



Fonte: Recria (2018)

Através deste protagonismo dos integrantes da ONG Saber Viver no turismo tem sido estimulada uma relação comercial e entre o turista e os anfitriões, solidária, que a lógica convencional não é capaz de despertar, como percebe-se na fala de João Paulo em entrevista em março de 2018:

[...] através do turismo a gente consegue atrair parceiros pra outros projetos da Ilha, porque o turismo dá visibilidade. Então você tem um parceiro como um escritório de advocacia que atende à Ilha de Deus que faz doações pras crianças da Saber Viver, que faz participar sempre apoiando alguns projetos. (JOÃO PAULO, março de 2018).

A partir do que se tomou como conceito de TBC nesta pesquisa, constata-se que a iniciativa turística desenvolvida pela Comunidade da Ilha de Deus é um Turismo de Base Comunitária pelo que foi observado, apesar de estar num limiar entre tornar-se uma experiência emancipadora ou participante na exclusão, para tanto práticas econômicas solidárias e uma governança boa são o principal caminho.

6.3 Análise das práticas (economia solidária) no TBC da ilha de Deus.

Esta mesma característica solidária do TBC é a essência de arranjos produtivos na forma de uma economia solidária. Esta economia é prática no TBC da Ilha, como se percebe na fala de João Paulo sobre os benefícios gerados pela atividade e sua distribuição (divisão solidária de benefícios):

Diretamente o percentual é pequeno [...]. Agora indiretamente o TBC atende um número muito significativo. Por exemplo, num circuito turístico que a gente faz no sábado, por exemplo, praticamente toda a comunidade se mobiliza, então assim, desde o vendedor de camarão que põe o seu camarão pra vender, seu sururu pra vender, porque sabe que tem grupos de turistas ali passando, desde o vendedor de picolé, a moça que vende o cachorro quente, a moça que tem a barraquinha lá que pode vender uma cerveja, um refrigerante, uma água, então essas pessoas elas sofrem um impacto diferente no momento que tem fluxo, então desde a moça que vende o artesanato, né? Então indiretamente a gente tem um potencial de alcance maior, fora os benefícios de visibilidade (JOÃO PAULO. em março de 2018).

Os benefícios gerados aos moradores da Ilha é possível por serem eles os detentores dos elementos da cultura local, que são, somados aos elementos naturais, o produto turístico coletivo (posse coletiva dos meios de produção) e fica claro esta consciência por parte dos organizadores do TBC, quando procuram incentivar a ampliação da incorporação dos elementos da cultura local nos eventos e visitas turísticas, como se pode perceber na fala de Edy Rocha, coordenador do turismo da Ilha e da ONG Saber Viver.

Estamos, através da cultura, trazendo as pessoas. Você viu o Festival de Verão que foi feito agora. Ele resgatou esta cultura do Boi, do Maracatu e das danças populares. É este resgate que nós vamos implantar mais dentro do turismo para mostrar a capacidade das pessoas. ” (EDY ROCHA, dezembro de 2018).

Trata-se de um incentivo para empoderar, valorizar a comunidade possibilitando um fazer turístico horizontal e ético.

Consta-se desta forma a prática de uma Economia Solidária no TBC da Ilha de Deus.

6.4 Análise da organização e gestão no desenvolvimento do TBC da ilha – governança

Entre os participantes do TBC e os moradores que procuram informarem-se sobre a atividade percebeu-se em observação direta que prevalece uma relação de igualdade e respeito mútuo. As reuniões são abertas a todos os interessados e tudo é discutido e decidido coletivamente, como comprovado em observação direta (participação e relações horizontais), contudo percebeu-se que o grupo é pequeno e são sempre as mesmas pessoas que participam das decisões, sendo possível e necessário envolver outras pessoas. “Todo tem a liberdade de participar ou não da atividade” (Coordenador da ONG Saber Viver, em Outubro de 2018).

Durante a aplicação do questionário percebeu-se que alguns moradores se sentem excluídos da iniciativa turística, mas foi observado que a ONG Saber Viver é aberta para cadastrar e auxiliar aos que a procuram para participar do TBC. O percentual de 12% de participantes no turismo é um número expressivo para uma atividade sazonal e de pequeno porte.

No que concerne à Responsabilização e inclusão na atividade turística da Ilha de Deus percebe-se que existe uma solidariedade de modo que a atividade gere benefícios para todos, como se percebe na fala de Negra Linda

Os meus produtos eu compro todos na Ilha, então eu faço questão de comprar a pessoas diferentes, entendeu, porque nem todo mundo pesca tudo, então eu compro sururu a um, marisco a outro, camarão a outro, e isto acaba gerando benefícios a todo mundo. O turista passa, quer comprar uma água, a gente indica uma barraca. (NEGRA LINDA, outubro de 2018).

Percebe-se na fala da integrante da ONG Saber Viver e responsável pela gastronomia do TBC, que os coordenadores da atividade tentam incentivar a responsabilidade social, promovendo a movimentação da economia de modo que a maior quantidade possível de pessoas sejam beneficiadas pela prática do turismo, através de cursos de formação e investimento em maquinário para projetos coletivos, como o “artesanato das mulheres” da Ilha (do qual fazem parte 30 mulheres).

A atividade tem sido uma oportunidade para as mulheres empoderarem-se, jovens fortalecerem o sentimento de pertencimento (nas apresentações de dança,

teatro, culinária etc.) e, os idosos (na contação da história da Ilha, da tradição pesqueira) ampliem a sua participação social, econômica e autoestima.

Existe a prestação de contas rotineiramente, após a recepção de cada grupo turístico, mas em geral restringe-se as pessoas que participam diretamente das atividades turísticas. Porém, existem algumas situações em que de certa forma se presta contas a comunidade de forma indireta, como a descrita abaixo. É preciso dizer também que a Saber Viver demonstra uma boa abertura para qualquer morador que queira inteirar-se da movimentação socioeconômica da atividade.

Eu vou com a minha notinha e digo: ó, assina aqui. Dez quilos de sururu esta semana. Dez quilos de marisco. Isto é pra prestar conta. Até porque eu faço declaração de imposto de renda todo ano. (NEGRA LINDA, outubro de 2018)

Nesta fala Negra Linda explica como presta contas à comunidade no turismo e, como tem contribuído para gerar benefícios a outras pessoas da comunidade, por exemplo, comprando dos próprios pescadores locais os produtos que precisa para a gastronomia que ela prepara para o turista.

De forma geral a consecução de uma boa governança, como visto no referencial teórico está relacionada a empreendimentos cujos processos e fins são solidários e equânimes, voltado para gerar benefícios coletivos, lógica esta diferente da mercadológica.

6.5 Análise da racionalidade que norteia o TBC desenvolvido na Ilha de Deus

Após constatado a forma turística de base comunitária empreendida na Ilha, sua Economia Solidária e Boa governança, no Quadro 9 são apresentadas algumas práticas no TBC da Ilha de Deus que apontam para a realização de uma lógica alternativa que Santos (2002) denomina de razão cosmopolita, cujos procedimentos sociológicos das ausências, emergências e Trabalho de Tradução.

Isso possibilita que se imaginem caminhos e se corrijam falhas na iniciativa, de modo a ampliar a capacidade da iniciativa turística de promover a inclusão e ser uma atividade sustentável, reforçando-se na práxis turística da Ilha de Deus uma lógica cosmopolita que torne existente, visível e válido as experiências turísticas de base comunitária, cuja lógica indolente tende a desvalidar e tornar invisível ou desinteressante, elegendo o turismo convencional como a única forma de se usufruir

o turismo e aquela que se deve almejar, apoiado e justificado a partir da lógica indolente que norteia o circuito turístico convencional da Cidade do Recife.

Políticas Públicas podem ser “brechas” que o sistema hegemônico pode criar para incluir uma parcela maior da sociedade no circuito socioeconômico dominante sem precisar alterar o sistema. Ao mesmo tempo, as comunidades turísticas de base comunitária criam formas de adequarem-se para poder incluírem-se através das “brechas” geradas pelas Políticas Públicas.

É um estágio de transição que pode evoluir ou não para a emancipação social dos grupos subalternizados pelo sistema dominante. A atenção e ampliação de uma lógica cosmopolita através dos procedimentos sociológicos Quadro 9, são possibilidades de se caminhar na direção do resgate da cidadania autêntica exercidas de forma sustentáveis.

Quadro 9 - Parâmetros e aspectos relacionados a sociologia das ausências e sua realização a partir da iniciativa de TBC da Ilha de Deus

Categorias de análise	Aspectos característicos das “ecologias”	Aspectos característicos das práticas no TBC da Ilha de Deus
Ecologia de Saberes	Reconhecimento e valorização das práticas e saberes locais	Oficina de preparação da gastronomia local e degustação O replantio de mangue junto com os turistas A apresentação de danças tradicionais aos turistas Explicação do modo de vida pescador Realização de passeio de baiateras e pesca tradicional junto com o turista Mostra e explicação do processo de obtenção e catação do sururu Conta das histórias de resistência e lutas da comunidade pelos moradores mais antigos Os versos e canções que dona Beró (senhora idosa moradora da Ilha) declama e canta em conversa informal com os turistas
Ecologia das temporalidades	Reconhecimento e valorização de práticas e saberes que remontam a outra temporalidade	Uso de embarcações (baiateras) tradicionais no turismo Uso das práticas tradicionais pesqueiras nas oficinas criativas de pesca A apresentação de canções e danças tradicionais nas festividades da Ilha de Deus
Ecologia dos reconhecimentos	reconhecimento e valorização da diversidade de sujeitos	Os jovens têm sido estimulados a participar no turismo pela sua vivacidade e interesse ao mesmo tempo são sempre ensinados a ter respeito e saber a importância para o turismo da sua história e dos seus antecessores; As mulheres têm se inserido no turismo em várias funções e como empreendedoras em suas expertises;

		As idosas contam a história da Ilha e são valorizadas por ter esse conhecimento de quem viveu a história que conta
Ecologia das Trans-escalas	práticas e saberes locais precedem em valor e credibilidade às práticas e saberes hegemônicos globalizados	Para preparar as iguarias para os turistas utilizam-se de: matéria prima local vendida pelos pescadores locais e preparada pela chefe de cozinha Negra linda moradora da Ilha. Os turistas voluntários ficam hospedados no hostel da própria Ilha de Deus. O artesanato é produzido com matéria prima da Ilha pelas mulheres da Ilha. As práticas e os princípios do TBC são endógenos por natureza onde quer que se instale e, requer a valorização e visibilidade do que é do lugar.
Ecologia da produtividade	Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção - economia solidária	Criaram-se novos trabalhos em uma movimentação econômica solidária, tais como, dançarinos da “Nativos da Ilha”, chefe de cozinha, condutor, palestrante e etc., gerando renda, benefícios e, o importante, a partir das expertises e vocações dos moradores, relacionados a sua cultura e de alguma forma a sua identidade tradicional pesqueira, mesmo que em níveis identitários ainda variados; Os beneficiados direto tem procurado compartilhar com a comunidade, de alguma forma, os benefícios que o turismo lhes tem gerado, principalmente através de projetos desenvolvidos na comunidade ou na assistência; Indiretamente o turismo tem movimentado a economia interna da Ilha, através da movimentação do comércio; Percebeu-se solidariedade na partilha dos benefícios gerados pela atividade turística; Observou-se que grande parte dos benefícios gerados tem circulado na própria Ilha; Em um turismo exercido na forma comunitária os meios de produção do serviço são naturalmente coletivos em sua maioria – a cultura tradicional pesqueira, o mangue, as instalações da Saber Viver, à combinar, é de certa forma de uso coletivo – e lógico, cada qual na sua função não assalariada, em seu protagonismo e criatividade vai fazendo uso de alguns poucos instrumentos próprios, mas espaços e equipamentos, observou-se que tem sido de uso coletivo no desenvolvimento do turismo na Ilha.

Fonte: a autora com base na teoria de Santos (2002)

Nesta parte da pesquisa, a partir dos parâmetros que caracterizam o processo de reconhecimento de sujeitos, práticas e saberes que estiveram historicamente invisibilizados ou que foram tornados invisíveis através do sistema socioeconômico capitalista, procurou-se identificar e explicar na observação e análise do conteúdo das entrevistas com os sujeitos envolvidos na atividade turística da Ilha de Deus, práticas que indicassem a realização dos reconhecimentos da

diversidade de experiências sociais na atividade turística (“ecologias”) ou, ao contrário, indicassem a produção de inexistência (“monoculturas”), como parte da análise e explicação sobre a racionalidade que vem norteando o TBC empreendido na ilha.

Neste sentido, a autora estabeleceu como categorias de análise, com base em Santos (2002), os parâmetros dos reconhecimentos da diversidade de experiências e sujeitos (razão cosmopolita) a partir da percepção das cinco “ecologias”: dos saberes, das temporalidades, dos reconhecimentos, das trans-escalas e da produtividade. A análise das “ecologias” foi feita observando os aspectos relacionados ao TBC e como estes aspectos se apresentam.

Para a percepção da produção de inexistência (razão indolente) a autora estabeleceu como categorias de análise, com base em Santos (2002), os parâmetros de produção de inexistência (razão indolente) a partir da percepção das cinco “monoculturas”: monocultura do saber e rigor científico; monocultura da temporalidade; monocultura de classe social; monocultura de escala e monocultura de produtividade.

6.5.1 A análise das cinco monoculturas (razão indolente)

Para melhor entendimento desta análise, apresentam-se aqui as cinco “monoculturas” e seus aspectos característicos:

- Monocultura do saber e do rigor do saber - Considera a ciência moderna e a alta cultura como únicos critérios de verdade e qualidade estética
- Monocultura do tempo linear - Considera que a história segue no sentido único da modernidade ocidental
- Monocultura da naturalização das diferenças - Naturaliza a dominação devido a classe, gênero, cor e etc.
- Monocultura de escalas - Considera que o global ou universal precede em importância em relação ao local (resíduo)
- Monocultura da produtividade - Considera válidos os critérios de produtividade capitalista

Estas informações podem ser encontradas no referencial teórico desta dissertação, onde encontra-se formatado em quadro os parâmetros parciais de análise para o reconhecimento de uma lógica indolente operando, neste caso na iniciativa de TBC da Ilha de Deus.

- **Monocultura de saberes**

Nesta questão da produção de inexistência a partir da exclusão dos saberes e práticas não hegemônicos ou improdutivo (monocultura da produtividade) ou ainda pertencente a outra temporalidade (monocultura da temporalidade), parte-se da entrevista realizada com Felipe Moraes - pesquisador sobre o tema “Ilha de Deus e participação”, em Março de 2018, na qual ele expressou em sua fala a preocupação de que a prática turística (mesmo sendo de base comunitária seria uma prática estranha as verdadeiras “expertises” dos ilhéus que é o saber e práticas pesqueiras) na Ilha mais controle do que emancipe, que esta prática se valha das pessoas, do território e da paisagem para recolonizar aquele território, aquelas pessoas, aquele conhecimento tradicional pesqueiro.

- **Monocultura das temporalidades**

Elemento da monocultura da temporalidade no TBC da Ilha de Deus foi apresentado em entrevista em outubro de 2018 realizada com integrante da ONG Caranguejo Uçá. No momento da entrevista que ocorreu em local aberto com visão da Bacia do Pina, percebeu-se a presença de um catamarã no rio e o entrevistado lançou um questionamento apontando para o catamarã: “Você acha que isso é Turismo de Base Comunitária?”.

O uso de pequenas embarcações da tradição pesqueira e de condutores da Comunidade da Ilha de Deus seria o esperado para uma lógica turística de base comunitária. Neste episódio, elemento de uma monocultura de temporalidade, onde a credibilidade e valorização está no uso de embarcações modernas, e não nas embarcações tradicionais pesqueiras.

- **Monocultura de classe social**

Esta reflexão provém de observação direta em vivência do TBC da Ilha de Deus no segundo semestre de 2018, e serve para comprovar elemento presente

neste TBC de uma razão indolente, especificamente da realização da monocultura de classe social que naturaliza o homem branco europeu como superior, mais evoluído, em relação, por exemplo, à comunidade da Cidade do Recife e da Ilha de Deus.

Percebeu-se, em visitação turística de um grupo de alunos de ensino médio trasladados pela Catamaran Tours até a Ilha de Deus, a atenção, valorização e permissividade excessiva dada a um jovem europeu, que por sua vez demonstrava certo desprezo com o ambiente. Enquanto os jovens da cidade demonstravam atitudes solidárias e procuravam lixeiras para jogar os plásticos dos picolés consumidos, o estrangeiro, sem nenhum constrangimento, atirou o seu saco de picolé, ainda com suco em seu interior, no meio da sala de recepção da Saber Viver, atitude que não recebeu nenhuma reprimenda por parte da guia da empresa turística ou dos colegas recifenses.

O condutor da Ilha de Deus fazia a apresentação e não observou a atitude do jovem europeu, mas ficou a dúvida se alguém do TBC da Ilha percebeu a ação e permitiu a atitude de subalternização da comunidade diante do europeu. Por outro lado, teve-se a impressão que a lógica do turismo convencional é de subalternização o local através da monocultura de classe social.

É preciso investir na autoestima, consciência e sensibilização ambiental dos jovens da Ilha de Deus e da Cidade do Recife e dos adultos formadores, já se utilizando de uma outra lógica e paradigmas no processo educativo. Neste sentido, o TBC da Ilha de Deus pode contribuir para uma formação cidadã ampliada.

- **Monocultura de escala**

O que se considera local, não é inferior ao que recebe o status de global, e o sentimento de pertencimento que a força do local imprime nas pessoas faz com que esta se responsabilize e se comprometa com o que lhe é próximo e significativo, o global desvincula, passa a ser uma fantasia distante. Entre os jovens ilhéus observou-se um certo “olhar distante”, e uma valorização aumentada em relação aos intercambistas estrangeiros, provavelmente pela influência do intercâmbio com os alemães, que de certa forma é positivo, contudo, como chamou atenção um dos representantes da ONG Caranguejo Uçá para o fato de que a prioridade, de uma visitação pedagógica deve ser voltada para os recifenses e outras regiões próximas,

que são aqueles que teriam a condição de repensar e agir em relação a poluição dos rios que cortam a Ilha, ao desmatamento do parque dos manguezais.

Então, visto dessa forma existe um pouco de monocultura de escala mesmo internamente ao TBC da Ilha. Uma formação turística mais aprofundada, crítica e pós-colonial para os jovens ilhéus que realmente se interessem por exercer esta profissão aos poucos seria capaz de promover a “ecologia” das trans-escalas.

- **Monocultura de produtividade**

Em entrevista com a Prefeitura do Recife percebeu-se a exclusão da iniciativa turística da Ilha devido a temporalidade própria da Comunidade da Ilha de Deus para a realização do turismo (as visitas são agendadas), uma certa cobrança à Ilha de Deus, de um produto turístico que esteja sempre na “prateleira” para poder ser incluído no Circuito Turístico do Recife para o turista comprar quando quiser, à mercê da característica da lógica do TBC que determina que a atividade se integre à vida cotidiana da comunidade e seja complementar às atividades tradicionais).

Outro momento em que se percebe, através da fala de João Paulo. que para incluir-se o TBC da Ilha adequa-se em determinados pontos a lógica de mercado, em sua parceria com a Catamaran Tours, por exemplo, dos 55 reais por turista apenas 11 é repassado para a Ilha dividir entre todos e 44 reais fica para a Catamaran Tours (a Ilha adéqua a lógica da equidade do TBC à lógica do mercado) que realiza apenas o traslado (em embarcação que não condiz com a sua identidade tradicional pesqueira), contudo com esta parceria, os turistas passaram a saber da existência da Ilha e sentiram-se seguros para conhecê-la.

Por sorte, até este momento da iniciativa turística da Ilha de Deus, como demonstra a fala seguinte de João Paulo em março de 2018, voluntário da área de turismo na Ilha, esta seria a única parceria da Ilha com o turismo convencional:

Então, se ficar naquele meiozinho lá da comunidade, eles não conseguem despontar e não conseguem fazer do turismo um meio de vida significativo. Então a gente sentiu que tinha que ter um pezinho no mercado. Mas um pezinho com o risco calculado. Então, por exemplo, a gente fez um projeto, a gente vislumbrou essa possibilidade de trazer turistas para a comunidade através do rio e aí a gente foi bater um papo com a proprietária do Catamarã.

É importante perceber que todos os elementos de uma lógica indolente na atividade de TBC da Ilha de Deus surgem a partir da interação da ideologia inclusiva

da ONG Saber Viver com sujeitos sociais de ideologias alternativas capitalistas, ou seja, na “disputa” entre ideologias ainda prevalece à ideologia hegemônica.

As experiências sociais emancipadoras que as sociologias das ausências e emergências visibilizam e ampliam na prática do turismo, através do “Trabalho de Tradução” ganham poder transformador, força e significado mais profundo que provém das inter-relações humanas bem conduzidas, formando “constelações de saberes”, formando Redes.

Através do procedimento sociológico do “Trabalho de Tradução” podem ser formadas parcerias, Redes, no TBC, por exemplo. As Redes ampliam e fortalecem as experiências sociais de modo que se tornem sustentáveis e transformadoras da realidade (nova emancipação social). A inclusão social é um caminho intermediário que pode evoluir para a emancipação ou para arranjos que reforçam a manutenção do controle da sociedade. Práticas inovadoras que se processam e se justificam primordialmente através de uma lógica emancipadora evoluem para dar nascimento social aos indivíduos, a coletividade, que após o estágio de inclusão logram a emancipação.

A Rede Nacional de Turismo Criativo (RECRIA) promove e interliga experiências turísticas diferentes e criativas em todo o Brasil, através de uma espécie de consenso transcultural, que é neste caso o fazer turístico criativo (co-criação da experiência turística entre turista e anfitrião, com benefícios para a comunidade local e desenvolvimento do território). A partir do interesse comum, que seria desenvolver uma atividade turística criativa, e das diversas soluções que vão sendo apresentadas e compartilhadas através da Rede vai se processando a inteligibilidade entre a diversidade de experiências turísticas alternativas, contribuindo para a cooperação entre as diversas experiências turísticas criativas.

Ainda através da experiência turística criativa “Cozinhando com Negra linda”, oferecida pela iniciativa turística de base comunitária da Ilha de Deus, tem sido possível a inclusão da Ilha no Roteiro Turístico do Recife, através do interesse comum ocorre a inteligibilidade entre as duas culturas, a Prefeitura do Recife e a iniciativa turística da Ilha.

A ilha de Deus e a Bomba do Hemetério ambas atuando no TBC, cada uma com experiências diferentes (gastronomia na Ilha de Deus e adereços e percussão na Bomba do Hemetério) e trocando experiências pela inteligibilidade que se

processa através do canal criado pelo Turismo Criativo em Rede (RECRIA) contribuem e fortalecem a sustentabilidade e inclusão social mútua.

6.5.2 Análise das cinco ecologias (racionalidade cosmopolita)

Para melhor entendimento, apresentam-se aqui as cinco “ecologias e seus aspectos característicos:

- Ecologia de saberes - Valorização das práticas e saberes locais
- Ecologia das temporalidades - Valorização de práticas e saberes que remontam a outra temporalidade
- Ecologia dos reconhecimentos - Valorização da diversidade de sujeitos
- Ecologia das trans-escalas - Valorização e credibilidade às práticas e saberes locais em precedência à práticas e saberes hegemônicos globalizados
- Ecologia da produtividade - Recuperação de sistemas alternativos de produção

Estas informações podem ser encontradas no referencial teórico desta dissertação, onde encontra-se formatado em quadro os parâmetros parciais de análise para o reconhecimento de uma lógica cosmopolita operando, neste caso na iniciativa de TBC da Ilha de Deus.

Os reconhecimentos que o procedimento sociológico das ausências apresenta são indícios de outros reconhecimentos ainda por serem desvelados pelo procedimento da sociologia das emergências, que nesta pesquisa representam os saberes, práticas e sujeitos que no TBC da Ilha de Deus, em um futuro factível e próximo, poderiam fazer parte das experiências já existentes.

A identificação e explicação das cinco “ecologias” (razão cosmopolita) foi realizada através da observação direta, vivência turística e entrevistas realizadas no período de março a dezembro de 2018 com a ONG Saber Viver; com pessoas da Ilha de Deus que atuam diretamente na iniciativa turística da Ilha; com João Paulo - profissional da área de turismo, voluntário no turismo da Ilha de Deus.

O Reconhecimento e valorização das práticas e saberes locais aparecem no TBC da Ilha de Deus na gastronomia tradicional local oferecida aos turistas, na

explicação ao turista das expertises da tradição pesqueira, como mostra este trecho de entrevista com Edy Rocha, em outubro de 2018:

[...] as pessoas aqui são pescadores, as pessoas devem conhecer como essas pessoas vivem, né? Então é importante todo passeio turístico a gente apresenta o sururu para as pessoas e as pessoas que catam o sururu. E aí toda a cadeia produtiva do sururu, né? Como ele é pescado? Quem pesca? A vida desta pessoa. (EDY ROCHA, outubro de 2018).

Na fala de Edy Rocha. Se percebe a ecologia do saber - valorização das expertises tradicionais pesqueiras

- **Ecologia das temporalidades**

O Reconhecimento e valorização de práticas e saberes que remontam a outra temporalidade estão presentes na realização do TBC da Ilha nas apresentações culturais tradicionais, inclusive percebeu-se nostalgia nos moradores ao falarem de outras manifestações culturais da Ilha que estão sendo resgatadas através da prática turística. Destaca-se também o uso de embarcações tradicionais - as baiateras - durante passeios com os visitantes e na atividade turística criativa de pesca tradicional.

No evento turístico “IV Festival de Verão da Ilha de Deus” a ecologia das temporalidades revisitou a todos presentes naquela oportunidade, ao pôr do sol grupos de várias comunidades com trajes folclóricos começaram a atracar suas pequenas embarcações tradicionais no “marco zero” da Ilha de Deus, onde foram realizadas diversas apresentações de danças, músicas e canções que visibilizaram e valorizaram as temporalidades daqueles sujeitos cuja globalização não se apoderara, perdido na escuridão distante mal avistava-se o shopping Rio Mar.

- **Ecologia dos reconhecimentos**

O Reconhecimento e valorização da diversidade de sujeitos na prática do turismo da Ilha de Deus é percebida através da ampliação da participação socioeconômica e de tomada de decisões das mulheres, jovens e velhos moradores da Ilha. As mulheres têm se destacado no empreendedorismo no TBC da Ilha, na organização e coordenação, os idosos passam a ser mais valorizados por serem detentores da história da Ilha que se conta aos turistas.

Ecologia das trans-escalas

A valorização e credibilidade das práticas e saberes locais em detrimento das práticas e saberes hegemônicos globalizados ficam evidentes na maioria das práticas do TBC, até mesmo porque as pessoas envolvidas diretamente com o turismo da Ilha de Deus já perceberam que é a identidade local que atrai os visitantes, que eles querem conhecer o que no local não foi globalizado.

- **Ecologia da produtividade**

A Recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção fica evidente e é onde mais fortemente se percebe uma racionalidade contra-hegemônica se processando no TBC da Ilha na prática da economia solidária. Isto se deve principalmente a solidariedade e a vivência comunitária bastante presente na Ilha de Deus, bem representado nas palavras de um dos integrantes da ONG Caranguejo Uçá em entrevista, em outubro de 2018: “As pessoas da Ilha tem uma paz, uma tranquilidade que vem das pessoas do interior (os antecessores dos ilhéus que migraram para a Ilha). A Ilha é solidária pra caramba, e a gente tenta manter isso vivo nos jovens. ”

A sustentabilidade de uma economia solidária assenta principalmente no encontro solidário com o outro, para só em seguida sustentar-se através das técnicas econômicas. Na prática do TBC, Edy Rocha descreve assim a economia solidária:

[...] “Ela (chefe de cozinha Negra Linda) compra o sururu, compra o camarão, compra o peixe, tudo na comunidade. Então o pessoal (o turista) passa alí compra água mineral, compra cerveja, compra tudo. Então isso é que movimenta. A economia solidária é isso. ” (EDY ROCHA, outubro de 2018).

As pessoas que se beneficiam de forma direta do TBC não são muitas pessoas, contudo o movimento do comércio da Ilha aumenta bastante quando chegam grupos de turistas e as pessoas que se beneficiam de forma direta do TBC procuram reverter parte dos benefícios gerados pelo turismo em forma de benefícios coletivos para a comunidade através de projetos sociais, equipamentos para uso coletivo e etc.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado desta pesquisa, constatou-se que a racionalidade que norteia o Turismo de Base Comunitária desenvolvido pela Comunidade da Ilha de Deus é na verdade um misto onde, embora prevaleça a racionalidade cosmopolita (através da prática de uma economia solidária e da boa governança, práticas contra-hegemônicas que possibilitam a concretização das “ecologias”), também percebem-se elementos da racionalidade indolente (algumas parcerias que acabam por introduzir elementos de arranjos socioeconômicos hegemônicos - “monoculturas da produtividade” - na iniciativa turística) justificada por possibilitar a inclusão do TBC da Ilha no Circuito Turístico da Cidade do Recife e como garantia da sua sustentabilidade econômica.

Entre a utopia Pós-Colonial e a tirania do capital existem muitas possibilidades de mundos outros. A “materialização” destas outras realidades ocorre a partir de uma outra racionalidade existente em outros espaços/tempo, que parte de outros sujeitos e saberes, até então subalternizados ante a produção de mundo, da globalização. Esta materialização de alternativa de mundo vem sendo erguida a partir das “brechas” do sistema ainda hegemônico, a partir dos lugares “inóspitos”, da “lama”, da periferia do mundo do capital, onde foi possível manter a resistência e a luta, não contra esse ou aquele sistema, mas ainda pela inclusão social e econômica, por uma vida digna.

Para cada tipo de mundo que se deseja criar se “lança mão” de uma racionalidade que é naturalizada, intencional, com um fim específico, cujos meios só importam à medida que conduzam a meta. Nesta direção, ditam-se formas de produzir, organizar, gestar e executar as mais diversas atividades humanas, de como deve ser aplicado o “fruto” do trabalho, como se darão as relações entre as pessoas, como se usufruirá do ócio, etc. Essas formas podem ser sustentáveis ou insustentáveis.

O sistema hegemônico e a escala global parecem diluir e encobrir processos e resultados danosos, resultantes de sua forma de produzir o mundo. Por outro lado, “arregalam-se os olhares”, ante a iniciativas locais para um fazer diferente, na busca por encontrarem-se “caminhos” outros para resultados diferente, muitas vezes, sendo-lhes cobrado uma perfeição do qual o próprio sistema hegemônico não é portador.

Utilizar o momento do lazer das pessoas, do fazer turístico, como um espaço/tempo “lúdico” (extremamente polítics, sem nenhuma ingenuidade) estratégico para o aprendizado e o aprimoramento de uma outra lógica de concepção e validação de mundo é ampliar a possibilidade de inclusão e sustentabilidade.

A Comunidade da Ilha de Deus vivencia este processo no TBC, buscando um fazer diferente, mais condizente com seu contexto (humano e ecossistêmico), de modo a obter resultados não convencionais. Expressando de forma metafórica o anseio que se percebeu na comunidade é que a atividade turística da Ilha possa ser “uma construção em Rede, tecida com as raízes do mangue pelas mãos da comunidade tradicional pesqueira e por uma racionalidade o mais cosmopolita possível ante a necessidade de conviver com a lógica hegemônica que prioriza o fazer turístico convencional.

Contudo, percebe-se que existem alguns conflitos relacionados a iniciativa turística na própria comunidade. Em parte, opiniões diversas entre as principais ONGs da Ilha, quanto a forma que a iniciativa turística deve ter, ao mesmo tempo que promove uma maior criticidade para o aprimoramento da iniciativa turística e dos benefícios local. Diante disto, visto que, percebeu-se espaço para a ampliação do diálogo e trocas de expertises, sugere-se, ao final desta pesquisa o uso dos Processos Circulares à ser desenvolvido junto à comunidade, para o resgate e fortalecimento do espírito comunitário na Ilha de Deus, para a compreensão e o aprofundamento das práxis turísticas comunitárias, bem como, para a “sensibilização” e comprometimento frente a importância da conservação do ambiente estuarino da cidade do Recife e da Ilha. Conscientes de que, o Sentido da vida é a sua conservação e evolução, o sentido da produção e dos serviços é serem pontes que conduzem à conservação e a evolução da vida e que a ponte “Vitória das Mulheres” deve ser um caminho por onde adentra um turismo promotor da conservação e evolução da vida na Ilha de Deus- das pessoas e do mangue.

REFERÊNCIAS

ABITIA, S. R. Panorama do turismo social no mundo. In: CARVALHO, C. L. de; BARBOSA, L. G. M. (org.). **Discussões e Propostas para o Turismo no Brasil: observatório de inovação do turismo**. Rio de Janeiro: SENAC NACIONAL, 2006, p. 146-155.

ÁGUAS, Carla Ladeira Pimentel. **Quilombo em Festa: pós-colonialismos e os caminhos de emancipação social**. Coimbra: Feuc, 2013.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou pós-desenvolvimento? Desenvolvimento e Noflay. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 34, n. 1, p.1-20, dez. 2017.

ARRUDA, R. S. V.; DIEGUES, A. C. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

AZAMBUJA, L. R. **Os valores da Economia Solidária**. Revista Sociologia, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p.282-317, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006. p. 223.

BARTHOLO, R. S (Coord.). **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/UFPE, 2006. P. 78.

BARTHOLO, R. S (Coord.). **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/UFPE, 2011. P.31.

BAUER, Martin W; GASKELL, George (Org.). **Pesquisa Qualitativa contexto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 516p.

BBC-BRASIL. **Como um antigo esconderijo de criminosos se tornou exemplo de transformação social no Recife**. 2016 disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38236207>>. Acesso em: 10/jan/2019.

BRAGA, M. B. **Turismo de Base Comunitária em suas Regiões Litorâneas: processos e resultados diferenciados**. 2015. 160f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife, 2015.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. **Fundamentos de Políticas e Gestão Ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CAPRA, F. **Ponto de Mutação**, 25ª ed. São Paulo: Cultrix. 2012. p. 432.

- CATAMARAN TOURS. Site oficial. Disponível em:
<<http://www.catamarantours.com.br>>. Acesso em: 13/dez/2018.
- CAVALCANTI, M. C. S. (Monografia). **A Ilha de Deus no Turismo**: uma análise na perspectiva dos moradores locais, Recife.2018. 82 p.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **Conferência de Encerramento do IX CITURDES** – Prof.^a Luzia Neide Coriolano (Vídeo), 2014. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=0Kzb7rqr4Ys>>. Acesso em: 14/agosto/2017.
- CORIOLOANO, L. N. M. T. **O turismo nos Discursos, nas Políticas e no Combate à Pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.
- EAGLES, P.F.J. **Governance and recreation and Tourism Partnerships in Parks and Protected Areas**. Journal of sustainable tourism, v. 17, n. 2, mar. 2009, 231-248.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p. 107.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 4^a Ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRINDLE, M. S. **Good Enough Governance**: poverty reduction and reform in developing countries. Governance, v. 17, n 4, Oct. 2004, p. 525-548.
- HERMANNNS, H. Interviewing as an activity. (2004). In: Flick, **uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3^o ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 143-163.
- ICONOGRAFIA – **Ilha de Deus, Recife**: Governo de Pernambuco, 2014. p. 111.
- ILHA DE DEUS. **Site da Ilha de Deus - Experiências**. Disponível em:
<http://www.ilhadedeus.com.br/rooms>. Acesso em: 27/dez/2018.
- IRVING, M. A. Reinventando a Reflexão sobre o Turismo de Base Comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I; SAN SOLO, D. G. (orgs.). **Turismo de Base Comunitária**: diversidades de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.
- JESSOP, B. **The Rise of Governance and the Risks of Failure**: the case of economic development. International Social Science Journal, v. 50, n. 155, p. 29-45, 1998.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo para uma nova Compreensão do Lazer e das Viagens**, 2^a ed. São Paulo: Aleph. 2001.
- LAVILLE, J.-L. (org.). **Economía Social y Solidaria**: una visión europea. Buenos Aires: Altamira, 2004.
- LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. São Paulo: Ed. Record, 2006. 555 p.

LEFF, E. TEDxAmazônia - **Enrique Leff quer que nos cuidemos**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bxCGZhGUEbk>, 2010 Acesso em: 30/maio/2017.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I; SANSOLO, D. G. (org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidades de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANCE, E. A. **A Revolução das Redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARTINS, J. de S. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARTINS, A.; CASTILHO, C.; SILVA, H. **O Processo de Adensamento Populacional em Áreas de Manguezais: o caso específico da Ilha de Deus, Recife-PE, numa perspectiva de análise que tenta ultrapassar o nível do quantitativo**. XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2006. p. 1-15.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 51-66.

MOLETTA, V. F. **Turismo Cultural**. 2º ed. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2000.

MORAES, F. M. **A qualidade da participação popular no desenvolvimento urbano da ZEIS Ilha de Deus**. 2017. 197f. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

Osmont, Annick. **La ‘governance’: Concept mou, politique ferme**. Annales de la Recherche Urbaine. nº 80-81. (Paris, Plana Urbanisme Construction Architecture – METLp. 19- 26

PORTAL EDUCAÇÃO. **Amostragem não Probabilística**. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/amostragem-nao-probabilistica/30446>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

PRANIS, K. **Círculos com Kay Pranis**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r2XfnDeOyy0>, 2005. PREFEITURA DO RECIFE. Cartilha do Plano do Turismo Criativo 2019-2021. Recife. 2018. p. 46. Acesso em: 22/dez/2018

RAMOS, J. **Ilha de Deus e o Empoderamento do Turismo Comunitário**. Disponível em: <http://m.leiaja.com/noticias/2017/10/23/ilha-de-deus-e-o-empoderamento-do-turismo-comunitario>. Acesso em: 20/dez/2018.

RAZETO, L. **Los Camiños de la Economía de Solidaridad**. Buenos Aires: Lumen-HVManitas, 1997.

RECRIA. **Site oficial da Recria – Ilha de Deus**. Disponível em: <<https://turismocriativobrasil.com.br/experiencias/ilha-de-deus>>. Acesso em: 21/dez/2018.

RODORFF et al. **Governança da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco: desafios de escala sob olhares inter e transdisciplinares**, RBCIAMB, n.36, jun 2015, p. 19-44.

SABER VIVER. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.centrosaberviver.org.br>>. 2018. Acesso em: 10/ago/2018.

SANTANA, A. **Antropologia do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2009.

SANTOS, B. de S. Reinventar a Emancipação Social. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: CIVILIZAÇÃO BRASILIENSE, 2006, p. 515.

SANTOS, et al. **Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, p. 237-280, out 2002.

SANTOS, Milton; **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SEBRAE. **Missão, Visão e Valores Estratégicos**. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_estrategia>. 2018. Acesso em: 18/dez/2018.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SOLIVIDA. Site oficial. Disponível em: <http://redesolivida.org/pb/formacao-da-rede>. 2018. Acesso em: 10/ago/2018.

TUCUM. **Caderno de normas e procedimentos internos da Rede TUCUM – Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Rosa Martins (org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013, p. 40.

ZAOUAL, H. **Globalização e Diversidade Cultural**. São Paulo: Publisher Cortez, 2006.

APÊNDICE A - Roteiro de questionário aplicado com a Comunidade da Ilha de Deus

Objetivo: obter elementos na perspectiva da comunidade para identificar a forma de turismo praticada na Ilha de Deus

Nome da rua onde mora o respondente voluntário: _____

1. Gênero

() Feminino () Masculino

2. Idade _____

3. Quanto tempo faz que você mora na Ilha de Deus?

4. Em sua casa alguém participa do turismo realizado na Ilha de Deus?

() Sim () Não

5. Quantas pessoas participam?

6. De que forma participa (m) no turismo desenvolvido na Ilha?

7. Esse trabalho no turismo gera renda para sua família?

Sim () Não ()

8. Você (s) participam das reuniões e decisões sobre o turismo realizado na Ilha de Deus?

Sim () Não ()

8. Você aprova ou desaprova a atividade turística na Ilha de Deus?

Aprovo () Desaprovo () Não quero falar sobre isso ()

9. Por que você aprova ou desaprova?

11. Qual o seu sentimento quando chega um turista aqui na ilha?

Bom () () Não quero falar ()

10. Por que você acha bom ou ruim?

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado Participante: O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada A RACIONALIDADE QUE NORTEIA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - OBSERVAÇÃO DA INICIATIVA TURÍSTICA REALIZADA NA ILHA DE DEUS EM RECIFE-PE, onde eu, Keyla Gislane Oliveira Alpes, sou a pesquisadora responsável, e resido na Rua dos Arcos, 127, Poço da Panela, Recife-PE, CEP 52061-180. (81) 3268-2324. Sou estudante do curso de Mestrado em Desenvolvimento em Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco. Estou realizando esta pesquisa para fins exclusivamente acadêmicos e tenho como orientadora a professora Vanice Santiago Fragoso Selva, telefone 2126-8275, e-mail: Vanice.ufpe@gmail.com. Caso neste Termo de Consentimento Livre e esclarecido existam informações, palavras ou expressões que não sejam compreensíveis ao (a) senhor (a), por favor me pergunte para que eu possa esclarecê-las, pois é necessário que o (a) senhor (a) compreenda bem tudo a respeito de sua participação nessa pesquisa. Depois que todas as dúvidas desta pesquisa forem esclarecidas e o (a) senhor (a) concorde em fazer parte deste estudo, rubrique todas as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma das vias é do senhor (a) e a outra é minha, pesquisadora responsável. Caso não queira participar não será penalizado de forma alguma. Também fica garantido o direito que o senhor (a) tem de retirar o consentimento de sua participação em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalidade. Basta para isso me informar sua decisão, por e-mail ou telefone. O objetivo da minha pesquisa é entender e explicar qual é a racionalidade que norteia a atividade turística realizada na Ilha de Deus em Recife-PE e relacioná-la com a sustentabilidade da atividade. Na sua participação na minha pesquisa, o (a) senhor (a) irá responder a algumas perguntas que irei fazer por meio de uma entrevista. As perguntas não terão respostas certas ou erradas e serão baseadas na sua experiência enquanto gerente de marketing da empresa Catamaran Tours, visando entender como é a relação da parceria de sua empresa com a Ilha de Deus em sua iniciativa turística. Caso esteja de acordo em participar será gravado um áudio para posterior transcrição e análise que será feita por mim. Os riscos diretos resultantes da participação do voluntário nesta pesquisa, como possíveis desconfortos ou

constrangimentos relativos aos depoimentos ou opiniões expressadas nas entrevistas, serão minimizados pela ausência de qualquer identificação da identidade do entrevistado e pela realização da entrevista em local confiável, de acordo com a escolha do voluntário. Não serão gerados benefícios diretos como resultado desta pesquisa. Contudo, alguns benefícios indiretos poderão surgir, após a análise do material, compreensão e explicação da racionalidade que norteia a atividade turística realizada na Ilha de Deus de modo fazer a relação desta racionalidade com a sustentabilidade da atividade. O material gerado nesta pesquisa ampliará o conhecimento a cerca do turismo de Base Comunitária todos aqueles que desejem empreender neste sentido. O senhor (a) não será pago ou cobrado pela participação nesta pesquisa, pois a participação é voluntária. Mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Mesmo assim, o senhor (a) é livre para não participar a qualquer momento. Qualquer dúvida relativa a pesquisa poderá ser esclarecida por mim, Keyla Gislane Oliveira Alpes, através do telefone (81) 98943-8884 (inclusive ligações a cobrar) ou pelo e-mail: gislane.alpes@gmail.com, ou ainda pela entidade responsável por esta pesquisa. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão publicadas somente em eventos e publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Em nenhum momento o senhor (a) será identificado (a). Serão retiradas da pesquisa toda e qualquer informação que permita identificá-lo. Todo material produzido a partir desta pesquisa (questionários) ficará guardado em minha residência sob minha responsabilidade, no endereço citado anteriormente, pelo período mínimo de cinco anos. Em caso de dúvidas quanto aos aspectos éticos deste estudo, o (a) senhor (a) poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: Avenida da Engenharia, s/n, 1º andar, sala 4, Cidade Universitária, Recife-PE. CEP. 50740-600, Tel. 2126-8588 – e-mail: cepccs@ufpe.br. Nosso endereço na Universidade é: Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH – 6º andar, sala 607, Cidade Universitária, Recife-PE, CEP. 50670-900. Telefone: 2126-8288.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA COMO VOLUNTÁRIO(A)

Eu _____ CPF:

_____, abaixo assinado, após leitura (ou escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar, como voluntário (a), do estudo intitulado A RACIONALIDADE QUE NORTEIA O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA - OBSERVAÇÃO DA INICIATIVA TURÍSTICA REALIZADA NA ILHA DE DEUS EM RECIFE-PE. Fui devidamente informado (a) e esclarecido pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e/ou benefícios decorrentes da minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Local e data _____

Assinatura do participante

Presenciamos a participação do consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite voluntário em participar.

Testemunha 1

Nome _____

Assinatura _____

Testemunha 2

Nome _____

Assinatura _____

APÊNDICE C - Roteiro de entrevistas junto às ONGs Saber Viver e Caranguejo Uçá, João Paulo e comunidade

Objetivo: identificar a forma de turismo praticada na Ilha de Deus-PE (Sociologia das Ausências)

Sujeito Social: ONG Saber Viver, comunidade, J. P. e ONG Caranguejo Uçá	
Iniciais do Nome:	
Tempo de atuação no turismo da Ilha de Deus:	
Gênero Masculino () Feminino () Idade:	
Característica do TBC	Tópico de pergunta
Projetos coletivos desenvolvidos por grupos organizados (Redes e/ou parcerias internas e externas – Boa Governança)	Como é a organização para o turismo na Ilha de Deus?
Integração a dinâmica produtiva local, complementar às práticas produtivas tradicionais (percepção, valorização e articulação de experiências sociais presentes e passadas)	Qual a participação da atividade turística na economia da Ilha de Deus? As atividades econômicas tradicionais ainda são praticadas? Com que frequência? Existe uma relação do turismo com as atividades econômicas tradicionais?
Planejado e gerido pela comunidade local e para a comunidade local(Boa Governança e Economia Solidária)	Quem planejou e desenvolve o turismo na Ilha de Deus?
Relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e o turista baseado na ética e solidariedade (Economia Solidária e relações solidárias)	Quem visita a Ilha? Como é a relação? Quem são os parceiros do turismo da Ilha de Deus? Como é a relação?
Distribuição equitativa da renda e dos prejuízos da atividade turística entre as pessoas da comunidade que participam do turismo (Economia Solidária)	O turismo gerado benefícios? Quais? De que forma é dividido os benefícios e/ou prejuízos?
Fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições, promove a valorização da produção da cultura e identidades locais (visibilidade e valorização de saberes e sujeitos)	De que forma é realizada a atividade turística? Quem participa? Como participa?

Fonte: Adaptado de (TUCUM apud Braga2015); Santos, 2017)

APÊNDICE D - Roteiro de entrevistas junto à ONG Saber Viver, ONG Caranguejo Uçá e comunidade

Objetivo: identificar a sustentabilidade da iniciativa turística de base comunitária da Ilha de Deus-PE (Sociologia das Emergências – Manutenção e ampliação do TBC da Ilha de Deus)

Sujeito Social: ONG Saber Viver, Comunidade, ONG Caranguejo Uçá,	
Iniciais do Nome:	
Tempo de atuação no turismo da Ilha de Deus:	
Gênero Masculino () Feminino () Idade:	
Parâmetros de sustentabilidade do TBC	Tópico de pergunta
<ul style="list-style-type: none"> • O “cuidar” das emoções e sentimentos individuais e coletivos da comunidade das pessoas envolvidas na iniciativa do TBC da Ilha de Deus. • Fortalecimento do espírito comunitário, solidário e pacifista na comunidade e entre as pessoas que participam do TBC da Ilha de Deus • . Formação de Redes e/ou parcerias <p>(Dimensão relacional)</p>	<p>Como é o relacionamento na Ilha de Deus(relacionado a iniciativa turística) : entre as pessoas da comunidade, entre a comunidade e a ONG Saber Viver, entre a ONG Saber e outras ONGs da Ilha, entre a Saber Viver e outras instituições externas?</p> <p>Como se resolvem os conflitos relacionados a iniciativa turística?</p> <p>Poderia melhorar? Como poderia melhorar o relacionamento?</p> <p>A iniciativa turística da Ilha de Deus faz parte de alguma Rede? Qual? Tem parceiros? Quem?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamenta-se na diversidade de culturas e tradições • Promove a valorização da produção cultura e identidades locais <p>(Dimensão cultural)</p>	<p>Quais são as práticas na iniciativa turística da Ilha de Deus?</p> <p>Quem participa e como participa no TBC da Ilha?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Inserção de mulheres e jovens • Envolvimento em projetos sociais e ecológicos locais <p>(Dimensão cidadanília*)</p>	<p>As mulheres e jovens tem conseguido serem incluídos na iniciativa turística da Ilha? Em que atividades?</p> <p>A iniciativa turística da Ilha tem contribuído com as questões sociais e ecológicas locais? Como</p>

<ul style="list-style-type: none"> • Uso do ecossistema local de forma sustentável • Observação da vocação e capacidade de suporte do lugar <p>(Dimensão ecológica)</p>	São tomadas precauções durante o desenvolvimento da atividade turística na Ilha? Quais?
<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação de oportunidades de trabalho e renda à comunidade Quantidade, qualidade e equidade dos benefícios gerados à comunidade • Caráter complementar da atividade em relação as atividades tradicionais local • Balanço financeiro positivo <p>(Dimensão econômica)</p>	<p>A iniciativa turística tem ampliado as oportunidades trabalho e gerado renda para a comunidade?</p> <p>A comunidade ainda mantém suas atividades econômicas tradicionais? Qual tem sido impacto atividade turística em relação as atividades econômicas tradicionais da Ilha de Deus?</p> <p>A iniciativa turística tem conseguido se manter com os próprios recursos?</p>
<ul style="list-style-type: none"> • Protagonismo comunitário na atividade turística • Inserção nos espaços de Política Pública <p>(Dimensão política)</p>	Quem criou e desenvolve a atividade turística da Ilha?

Fonte: Adaptado de Braga, 2015; Santos, 2017

*Dimensão cidadanília - práticas que ampliam (em quantidade e qualidade) a cidadania através do TBC

APÊNDICE E - Roteiro de entrevistas junto aos sujeitos envolvidos no TBC da Ilha de Deus

Objetivo: identificar, para além do que consta nos estatutos das instituições, a ideologia dos sujeitos Sociais envolvidos com a atividade turística da Ilha de Deus, com base na teoria de Santos (2002) sobre o Procedimento de Trabalho de Tradução.

Sujeito Social: ONG Saber Viver, Rede RECREIA, Grupo de Trabalho do Turismo Criativo do Recife (Prefeitura do Recife) e Catamaran Tours	
Função:	
Gênero Masculino () Feminino () Idade:	
Formação de Redes (aspectos)	Tópico de pergunta
Político – (Interesses)	Qual a finalidade (interesses) de sua instituição (Em relação a atividade turística)?
Intelectual – (Práxis)	Como vocês atuam (na atividade turística)?
Emocional - (Necessidades)	O que vocês precisam e o que vocês podem oferecer– práticas e saberes (na atividade turística)?
Relacional – (Rede, Parceria)	Com quem você pode fazer trocas – saberes, práticas (no turismo)?

ANEXO A - Carta de Anuência da ONG Saber Viver



Ilha de Deus
Recife – Pernambuco
Brasil



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora **Keyla Gislane Oliveira Alpes**, a desenvolver o seu projeto de pesquisa: **TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: RACIONALIDADE E PRODUÇÃO DE EXISTÊNCIAS**, que está sob a coordenação/orientação da Profª Drª Vanice Santiago Fragoso Selva, cujo objetivo é explicar a racionalidade que norteia e é responsável pela sustentabilidade do empreendimento do TBC, na Ilha de Deus, localizada na cidade de Recife no Estado de Pernambuco.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados a pesquisadora deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

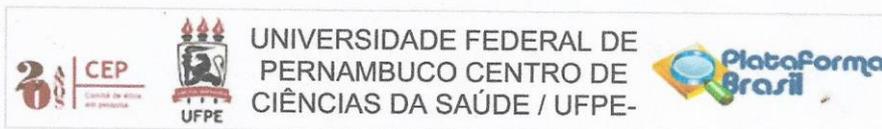
Recife Local, em 14/03/2017.

[Assinatura]
Nome/assinatura e carimbo do responsável onde a pesquisa será realizada
COORDENADOR

100.245.881/0001-001-007
CENTRO EDUCACIONAL
POPULAR SABER VIVER
Rua São Paulo, 96 Ilha de Deus
CEP 51.150-191-Imbiribeira
RECIFE - PE

A pesquisa de campo na comunidade da Ilha de Deus será realizada no período de Dezembro de 2017 à Outubro de 2018.

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CONSELHO DE ÉTICA EM PESQUISA PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA NA COMUNIDADE DA ILHA DE DEUS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Turismo de Base Comunitária: racionalidade e produção de existências

Pesquisador: KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 76850017.4.0000.5208

Instituição Proponente: CENTRO DE FILOSOFIA E CIENCIAS HUMANAS

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.375.350

Apresentação do Projeto:

O projeto de pesquisa que passo a relatar está interessado, como seu título adianta, nas racionalidades que presidem o exercício do Turismo de Base Comunitária, modalidade turística fortemente associada aos modos de existir ou de se produzir enquanto comunidade. E para ter acesso á essas lógicas, a pesquisa pretende aplicar questionários semi-estruturados ao conjunto de 200 comunitários da Ilha de Deus, que trabalhem no tipo de turismo em questão. Posteriormente, seus dados serão submetidos à análise de conteúdo. O projeto espera que os resultados da pesquisa possa traduzir-se em material didático sobre o tema.

Objetivo da Pesquisa:

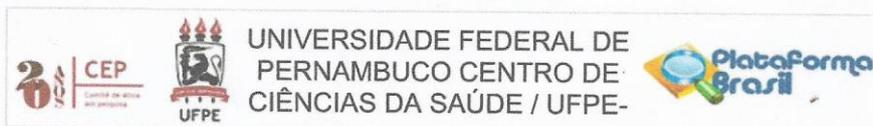
Objetivo Primário:

Explicar a racionalidade que norteia o TBC e sua relação com a sustentabilidade e produção de existência.

Objetivo Secundário:

1. Identificar a racionalidade que norteia o TBC;
2. Verificar como se dá a produção de existências;
3. Destacar como a racionalidade do TBC possibilita a sua sustentabilidade e a produção de existências.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.375.350

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Sobre os riscos próprios ao tipo de pesquisa (constrangimento, desconforto ou afecção congênere), acredito que estarão minimizados pela natureza da atividade que seus participantes desenvolvem. Em todo caso, a garantia de suspensão á qualquer momento e sem ônus foi assegurada.

Quanto ao benefício, indireto, fica sob a promessa de elaboração de material didático, por princípio aberto para consulta dos comunitários.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa que subsidiará a dissertação de mestrado da proponente, que é aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA-UFPE. Sua orientadora, professora vinculada ao Programa, tem experiência de pesquisa em turismo.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória, que submeterá seus dados à análise de conteúdo. Teoricamente, articula a modalidade de turismo ambiental, com a teoria, segundo a pesquisador, pós-colonial de Boaventura de Sousa santos, o que lhe permite pensar o turismo de base comunitária como contraponto ao turismo convencional que traduziria as práticas e epistemologia hegemônicas do Ocidente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE, A Folha de Rosto, O Termo de Compromisso de Confidencialidade e a Carta de Anuência estão adequados, e cumprem a função para a qual estão destinados.

Recomendações:

Não há.

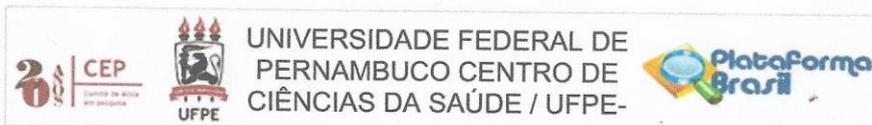
Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Considerações Finais a critério do CEP:

As exigências foram atendidas e o protocolo está APROVADO, sendo liberado para o início da coleta de dados. Informamos que a APROVAÇÃO DEFINITIVA do projeto só será dada após o envio do Relatório Final da pesquisa. O pesquisador deverá fazer o download do modelo de Relatório Final para enviá-lo via "Notificação", pela Plataforma Brasil. Siga as instruções do link "Para enviar Relatório Final", disponível no site do CEP/CCS/UFPE. Após apreciação desse relatório, o CEP emitirá novo Parecer Consubstanciado definitivo pelo sistema Plataforma Brasil.

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
 Bairro: Cidade Universitária CEP: 50.740-600
 UF: PE Município: RECIFE
 Telefone: (81)2126-8588 E-mail: cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.375.350

Informamos, ainda, que o (a) pesquisador (a) deve desenvolver a pesquisa conforme delineada neste protocolo aprovado, exceto quando perceber risco ou dano não previsto ao voluntário participante (item V.3., da Resolução CNS/MS Nº 466/12).

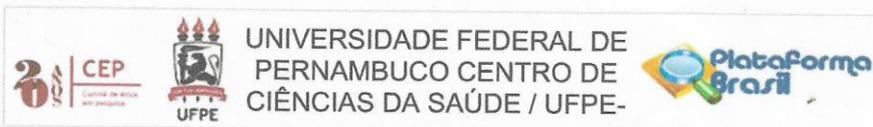
Eventuais modificações nesta pesquisa devem ser solicitadas através de EMENDA ao projeto, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas.

Para projetos com mais de um ano de execução, é obrigatório que o pesquisador responsável pelo Protocolo de Pesquisa apresente a este Comitê de Ética relatórios parciais das atividades desenvolvidas no período de 12 meses a contar da data de sua aprovação (item X.1.3.b., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). O CEP/CCS/UFPE deve ser informado de todos os efeitos adversos ou fatos relevantes que alterem o curso normal do estudo (item V.5., da Resolução CNS/MS Nº 466/12). É papel do/a pesquisador/a assegurar todas as medidas imediatas e adequadas frente a evento adverso grave ocorrido (mesmo que tenha sido em outro centro) e ainda, enviar notificação à ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, junto com seu posicionamento.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_987808.pdf	19/10/2017 17:29:06		Aceito
Outros	Carta_de_resposta_pendencias.pdf	19/10/2017 17:28:15	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEKeyla19_10.doc	19/10/2017 17:26:50	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tclemaiores11_09doc.pdf	19/10/2017 17:26:25	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
Outros	img105.pdf	19/09/2017 08:29:17	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	carta_anuencia.jpg	18/09/2017 19:20:39	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
Declaração de Pesquisadores	matricula.jpg	15/09/2017 11:11:34	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
Outros	lattes_keyla.pdf	15/09/2017 11:10:39	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br



Continuação do Parecer: 2.375.350

Outros	CurriculoLattesVaniceSantiagoFragosoSelva.pdf	15/09/2017 11:07:43	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_escaneado.docx	15/09/2017 10:25:10	KEYLA GISLANE OLIVEIRA ALPES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RECIFE, 10 de Novembro de 2017

Assinado por:
LUCIANO TAVARES MONTENEGRO
(Coordenador)

Endereço: Av. da Engenharia s/nº - 1º andar, sala 4, Prédio do Centro de Ciências da Saúde
Bairro: Cidade Universitária **CEP:** 50.740-600
UF: PE **Município:** RECIFE
Telefone: (81)2126-8588 **E-mail:** cepccs@ufpe.br